



PENSADORES DO BRASIL:
NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A
INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

**DIOGO PRADO EVANGELISTA
FERNANDO GAUDERETO LAMAS**

(organizadores)

**Diogo Prado Evangelista
Fernando Gaudereto Lamas**

Organizadores

**Pensadores do Brasil:
notas introdutórias sobre a
interpretação da realidade
brasileira**

1º Edição
Juiz de Fora
2024



Reitora: Girlene Alves da Silva
Vice-reitor: Telmo Mota Ronzani
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa: Priscila de Faria Pinto
Pró-reitora Adjunta de Pós-graduação e Pesquisa: Isabel Cristina Gonçalves Leite

Selo Editorial Serviço Social

Diretora Editorial: Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira
Editora: Profa. Dra. Carina Berta Moljo
Diretores Associados: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia, Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Conselho Editorial:

Alcina Martins (Instituto Superior Miguel Torga - Portugal)
Ana Elizabete Mota (Universidade Federal de Pernambuco)
Carina Berta Moljo (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Cláudia Mônica dos Santos (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Elaine Rossetti Behring (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
José Paulo Netto (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Marco José de Oliveira Duarte (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Margarita Helena Rozas Pagaza (Universidad Nacional de La Plata - Argentina)
Maria Carmelita Yazbek (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Lúcia Duriguetto (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Marilda Villela Iamamoto (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Miguel Ángel Oliver Perelló (Universitat Illes Balears - Espanha)
Paula Vidal Molina (Universidad de Chile - Chile)
Rodrigo Souza Filho (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Vassilis Ioakimidis (University of Essex - Inglaterra)



Projeto Gráfico, Editoração e Capa: Aline Barboza Coelli

DOI: [10.34019/ufjf.ebook.2021.00057](https://doi.org/10.34019/ufjf.ebook.2021.00057)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pensadores do Brasil [recurso eletrônico] : notas introdutórias sobre interpretação da realidade brasileira / Diogo Prado Evangelista, Fernando Gaudereto Lamas Organizadores. – Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2024.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 2,4 MB)

ISBN: 978-85-93128-75-2

1. Intelectuais - Brasil. 2. Brasil - Condições sociais. 3. Brasil - Condições econômicas. I. Evangelista, Diogo Prado. II. Lamas, Fernando Gaudereto. III. Título.

CDU: 316.344.32(81)

Bibliotecário responsável: Fabíola Rubim Silva - CRB-6 3230



Rua Isaías Régis de Miranda, 680
Hauer, Curitiba, PR, Brasil
contato@reflexoacademica.com.br



Campus Universitário, bairro São Pedro
Juiz de Fora, MG, Brasil
editora@ufjf.br / propp@ufjf.br / ufjf.br/editora



Faculdade de Serviço Social
Campus Universitário, bairro São Pedro
Juiz de Fora, MG, Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO <i>Fernando e Diogo</i>	3
CAPÍTULO I CAIO PRADO JÚNIOR E OS SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO <i>Marcelo Romero</i>	5
CAPÍTULO II A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE OCTAVIO IANNI E SUA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL <i>Davi Machado Perez</i>	24
CAPÍTULO III FLORESTAN FERNANDES: PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS DA REVOLUÇÃO SOCIAL BRASILEIRA <i>Diogo Prado Evangelista</i>	60
CAPÍTULO IV A VITÓRIA DA DIALÉTICA: A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE LEANDRO KONDER <i>Fernando Gaudereto Lamas</i>	80
CAPÍTULO V TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES DE RUY MAURO MARINI PARA A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE E LATINO-AMERICANA <i>Anderson Martins Silva</i> <i>Ednéia Alves de Oliveira</i> <i>Gustavo Giovanni dos Reis Apóstolos</i>	95
CAPÍTULO VI MILTON SANTOS: HUMANIDADE E ESPERANÇA NA CONTEMPORANEIDADE <i>Bruno Muniz Figueiredo Costa</i>	119
CAPÍTULO VII CONTRIBUIÇÕES DE CARLOS NELSON COUTINHO PARA A ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E DA CONJUNTURA TEMER/BOLSANARO <i>Rodrigo de Souza Filho</i> <i>Bruna Figueiredo Oliveira</i>	130

APRESENTAÇÃO

Pensar uma obra que trate de importantes intelectuais brasileiros e de suas análises sobre a realidade nacional não é uma tarefa simples, mas se fez necessária. A obra “Pensadores do Brasil: notas introdutórias sobre a interpretação da realidade brasileira” nasceu de uma disciplina da Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF que tratava justamente de vários autores nacionais e de suas abordagens acerca da realidade brasileira. A referida disciplina nos mostrou que, mesmo quando se tratava de autores clássicos como Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes entre outros, o domínio sobre o que eles haviam escrito e como interpretavam o país não era totalmente claro para os estudantes.

Nesse contexto, nasceu a ideia de uma obra que pudesse apresentar em linhas gerais o pensamento de autores relevantes para a compreensão da realidade nacional; uma obra que não estivesse preocupada com os “modismos” acadêmicos e que trouxesse à tona uma gama de pensadores que, por meio de suas produções, contribuíram para o debate sobre temas como racismo, subdesenvolvimento, ideologia, classe social, gênero, entre outros.

É importante destacar que a realização desta coletânea não seria possível sem o apoio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, a Pró-reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, a Capes e os colegas que aceitaram compor os capítulos que serão apresentados nesta obra. Lamentamos a ausência de nomes também relevantes para a compreensão da realidade brasileira como Francisco de Oliveira, Clóvis Moura, Darcy Ribeiro, dentre outros e esperamos publicar um segundo volume com a inclusão desse time de intelectuais renomados e fundamentais para o estudo do Brasil.

Neste volume, apresentaremos os seguintes pensadores: Caio Prado Júnior, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Leandro Konder, Ruy Mauro Marini, Milton Santos e Carlos Nelson Coutinho. Esses sete pensadores cobrem um período situado entre as décadas de 1930 e 1980, momento máximo do desenvolvimento de suas reflexões. Esses sete intelectuais também trazem à tona as transformações do marxismo no Brasil, indo desde o rompimento do dogmatismo do PCB protagonizado por Caio Prado Júnior até o desenvolvimento das análises culturais realizadas a partir do marxismo e brilhantemente feitas por Leandro Konder, passando pela inserção do pensamento de Gramsci no Brasil, desempenhado por Carlos Nelson Coutinho.

Marcelo Romero se dedicou a analisar a obra do historiador paulista Caio Prado Júnior. Na visão de Romero, a originalidade de Caio Prado Júnior reside justamente em sua análise da colonização brasileira. À época (década de 1940), ainda se defendia a existência de uma fase feudal, imposta pela percepção etapista/estalinista que então vigorava nos partidos comunistas mundo afora. Contrariando isso, Caio Prado defendeu o caráter mercantil da colonização, compreendendo-a dentro da lógica de acumulação primitiva de capitais. Tal fato coloca Caio Prado em um outro patamar dentro do marxismo brasileiro.

As contribuições de Octavio Ianni para a análise da realidade brasileira foi tratada por Davi Machado Perez. Destaque neste capítulo para as análises de Octavio Ianni sobre a formação social escravista, o ciclo da revolução burguesa, a consolidação do capitalismo dependente, as relações étnico-raciais e a condição histórica do negro.

A obra de Florestan Fernandes foi apresentada por Diogo Prado Evangelista. Na unidade do sentido de vida e da ciência, o capítulo apresenta os pontos centrais

da contribuição de Florestan Fernandes sobre as tendências e perspectivas históricas da revolução social no Brasil.

Fernando Gaudereto Lamas escreveu sobre a formação e a relevância da obra de Leandro Konder. Em sua análise, a filosofia de Konder é inseparável de sua ação e luta política, tanto em função de sua formação, como militante do PCB, quanto pelo incontornável conceito de práxis que tanto caracterizou a obra de Marx.

O artigo de Ednéia Alves de Oliveira, Anderson Martins Silva e Gustavo Giovanny dos Reis Apóstolos traz à tona a originalidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Apesar de associado à teoria da dependência, Marini não se submeteu às análises que meramente situavam a América Latina como satélite dos Estados Unidos, mas, partindo do marxismo, buscou compreender a dependência em sua relação com o imperialismo, produzindo uma visão nova e potente para a compreensão da dinâmica mundial.

A obra do geógrafo Milton Santos foi analisada por Bruno Muniz a partir de dois conceitos, a saber: humanidade e esperança. Para Muniz, a forma como Milton Santos olhava para o Brasil e para a América Latina refletia uma visão de esperança, em seu sentido político, de práxis, frente às transformações impostas pela globalização, que Santos também entendia que necessitava ser outra e não esta que nos apresenta.

Rodrigo Souza Filho e Bruna Figueiredo Oliveira trataram da obra de Carlos Nelson Coutinho. Traçando sua trajetória desde os tempos de graduando em Filosofia até sua consagração como intérprete privilegiado da obra de Lukács, os autores nos levam a conhecer profundamente a obra desse filósofo brasileiro. Souza Filho e Figueiredo nos mostram o quão atual é o pensamento de Coutinho que, baseado em Gramsci, é capaz de descortinar horizontes políticos mesmo em tempos tão nebulosos quanto o que passamos recentemente.

Os organizadores.

Juiz de Fora, Teófilo Otoni, outubro de 2023.

CAPÍTULO I

CAIO PRADO JÚNIOR E OS SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO

Marcelo Romero¹

APRESENTAÇÃO

Abordar as implicações do desenvolvimento capitalista na formação social brasileira por meio do pensamento de Caio Prado Júnior (1907-1990) é uma tarefa desafiadora e a qual muitos pesquisadores já se dedicaram. Ora ressaltando o pioneirismo e a originalidade das suas reflexões, ora enfatizando as críticas que o autor recebeu e suscitou, ora destacando a influência, criatividade ou a atualidade do seu pensamento. Levando em consideração a amplitude desse debate, o texto a seguir tem o objetivo de assinalar, de forma não exaustiva, algumas das questões que assumiram maior centralidade na produção do intelectual paulista, de modo a apresentar as suas principais obras.

Sua vida e obra ainda hoje são objeto de debate e reflexão, e sua produção intelectual é melhor compreendida quando considerada em seu conjunto e à luz do contexto histórico em que empreendeu sua atividade política. Assim, é possível verificar a existência de temáticas recorrentes nas obras do autor, elaboradas por meio de uma abordagem centrada em uma perspectiva classista e orientada pelo esforço de síntese, como, por exemplo, a ênfase na singularidade do processo histórico brasileiro; a persistência do passado colonial e escravista na formação social brasileira após a independência política e a abolição; a dependência econômica e a posição periférica do Brasil no interior do modo de produção capitalista; além do baixo nível de incorporação social e do caráter excludente e autoritário da modernização de tipo capitalista instituída no país.

¹ Doutor em História. Professor Adjunto do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

1. INTRODUÇÃO

A crise da democracia brasileira, este foi o título do primeiro artigo publicado por Caio Prado Jr., em 1927, no jornal *A Chave*, quando da sua participação no movimento estudantil da Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, em São Paulo, entre 1924 e 1928. Com vinte anos à época, o autor relacionava a importância do voto secreto na construção de uma opinião pública organizada em torno de partidos políticos, capaz de se contrapor a iniciativas governamentais apartadas dos interesses populares. Criticava o arranjo político que viabilizou a primeira república no Brasil (1889-1930), como a fraude e a manipulação dos resultados eleitorais; a predominância dos interesses regionais; a inexistência de partidos políticos de alcance nacional; além da ausência de representatividade das demais classes sociais na composição do Congresso Nacional e a sua subordinação ao Poder Executivo.²

No texto, é possível verificar a compreensão de Caio Prado Jr. acerca da dinâmica que caracterizava as relações entre as “classes abastadas: comerciantes, agricultores, industriais” — “em geral composta de *nouveaux riches*”, e os governantes da primeira república — providas de uma “cultura insignificante”. Em tempos de crise, estes procuravam apoio naquelas, alimentando um “protecionismo exagerado” e deixando-as livres para mover-se arbitrariamente na persecução dos seus interesses econômicos em detrimento dos “verdadeiros interesses do país” (IUMATTI, 2018, p. 147-149 e p. 156-157).

As críticas assinaladas pelo autor são um termômetro dos conturbados anos vinte que emergiram após a eclosão da revolução bolchevique de 1917 e da então inédita mortandade provocada pela *Grande Guerra* (1914-1918). O ano de 1922 tornou-se emblemático, seja devido à ascensão do fascismo na Itália, seja em razão da fundação do Partido Comunista no Brasil (PCB), assim como da realização da Semana de Arte Moderna — da qual Caio Prado Jr. participou aos quinze anos de idade como espectador —, e do início dos levantes tenentistas que culminaram na formação da Coluna Prestes, em 1927, mesmo ano de publicação do texto.

² Para uma discussão sobre o pensamento de Caio Prado Jr. durante esse período Cf. MARTINEZ, Paulo Henrique Martinez. **A dinâmica de um pensamento crítico**. Caio Prado Jr. (1928-1935). São Paulo: Editora da USP, Fapespe, 2008.

Nesse contexto, o artigo situa o pensador entre os atores políticos que contribuíram para forjar o consenso em favor de alterações no sistema de dominação social que persistia no Brasil, de modo a promover o enfrentamento da *questão social* como uma problemática que não se restringisse a tomá-la como um *caso de polícia*, tal qual a conhecida máxima de Washington Luís, o último presidente da primeira república.

Quase um século depois, o sistema partidário brasileiro não padece mais da ausência do alcance nacional reivindicado pelo então jovem estudante da faculdade de Direito. Entretanto, o fato de alguns dos problemas apontados pelo autor naquele momento ainda hoje subsistirem, como os aspectos relacionados à composição do Congresso Nacional, por exemplo, é indício dos limites estruturais da modernização de tipo capitalista engendrada no país ao longo dos últimos cem anos.

2. VIDA E OBRA

Com origem na oligarquia cafeeira paulista³, após formar-se em Direito em 1928, Caio Prado Jr. ingressou no Partido Democrático (PD), fundado em 1926, e do qual seu tio-avô fora o primeiro presidente. Foi preso pela primeira vez em 1929 por dar “vivas” a Getúlio Vargas na recepção da campanha presidencial de Júlio Prestes, adversário do candidato gaúcho, presente na ocasião (DIAS, 2013, p. 231). Após o golpe da chamada “Revolução de 1930”, o intelectual paulista ingressou no PCB, provavelmente entre abril e maio de 1932 (PERICÁS, 2016, p. 37), quando se posicionou contrariamente à “Revolução Constitucionalista de 1932”, a mesma posição assumida pelo partido.

Em 1933 publicou o livro *Evolução política do Brasil – ensaio de interpretação materialista da História do Brasil*. No ano seguinte, após viajar para a União Soviética, escreveu *URSS: um mundo novo* (1934). Nesse período, matriculou-se em disciplinas dos cursos de História e Geografia da recém-inaugurada Universidade de São Paulo (USP) e, embora não tenha se graduado, frequentou aulas dos professores franceses

³ Sobre a relação de Caio Prado Jr. com a sua origem de classe Cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 18-33; REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. A reconstrução crítica do sonho de emancipação e autonomia nacional. In: _____. **As identidades do Brasil**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 173-176; LIMA, Heitor Ferreira. Caio Prado e seu tempo. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.) **História e ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 1989. p. 15-16.

que aportaram naquela instituição, como Fernand Braudel, com quem estabeleceu interlocução.⁴ Em 1935, esteve entre os fundadores da revista *Geografia*, para a qual escreveu o texto *O fator geográfico no desenvolvimento da cidade de São Paulo* como aproveitamento de uma das disciplinadas cursadas na USP, e foi diretor do periódico *A platea*, redigindo alguns dos seus artigos (IUMATTI, 2018, p. 62).

Entre 1935 e 1937, foi preso novamente, denunciado pelo crime de segurança nacional, em razão da sua participação na Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual foi vice-presidente da seção regional de São Paulo. Além da produção de outros textos, começou a redação de seus *Diários Políticos*, nos quais voltou a registrar sua insatisfação com a composição do Congresso Nacional devido à predominância dos interesses regionais e com a ausência de articulações políticas de caráter nacional para a campanha presidencial das eleições de 1938 (IUMATTI, 2018, p. 88-89). Eleições que jamais ocorreram, em função de mais um golpe de Estado por parte de Getúlio Vargas, resultando na instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Libertado em 1937, exilou-se na França, onde matriculou-se em cursos de inverno na Sorbonne e atuou junto a refugiados da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Produziu relatos das viagens realizadas aos Países Baixos e Escandinávia e, em 1938 (DIAS, 2013, p. 231), entrou em contato com diversos intelectuais franceses e com periódicos como a Revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929, que exerceu grande impacto sobre a historiografia, inclusive brasileira (IUMATTI, 2018, p. 64).

Absolvido da acusação de crime contra a segurança nacional, retornou ao Brasil em 1939, quando redigiu o texto *Nova contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo*, revisando o assunto, agora de modo a sistematizá-lo à luz das leituras e dos contatos promovidos no exílio. Na primeira metade da década de 1940, viajou para o Sul de Minas, Ouro Preto e Diamantina, viagens acerca das quais também produziu relatos, demonstrando a importância que estes adquiriram para o seu conhecimento da realidade brasileira e o quanto o aspecto geográfico contribuiu para a sua reflexão (IUMATTI, p. 96-100; DIAS, 2013, p. 232-233).

⁴ Para a relação entre o pensamento de Caio Prado Jr. e o de Fernand Braudel Cf. IUMATTI. op. cit., 2018. p. 417-486; IUMATTI, Paulo Teixeira. Alguns pontos de partida para o estudo das relações entre Fernand Braudel e Caio Prado JR. (1935-1948). In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. Nogueira; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Caio Prado JR. Legado de um saber-fazer histórico**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013. p. 49-86.

Após o recrudescimento da ditadura do Estado Novo sobre o PCB, com as prisões de 1940, e preocupado em ampliar a esfera pública do debate político no Brasil, Caio Prado Jr. se ocupou de empreendimentos editoriais que evidenciaram a sua preocupação com a formação de uma opinião pública mais ampla no Brasil. Atuando como publicista dentro e fora do Partido Comunista (SANTOS, 2007a, p. 19), a partir da publicação de sua obra mais famosa, *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942, envolveu-se “mais decisivamente no movimento de articulação” em favor da derrocada da ditadura varguista (IUMATTI, 2018, p. 35). No ano seguinte, fundou a gráfica Urupês e colaborou para a revista *Hoje – O mundo em letra de forma*, com Monteiro Lobato e Arthur Neves.

Foi nesse contexto que, junto a Arthur Neves e Leandro Dupré, fundou a célebre Editora Brasiliense em 1943, que contou com a adesão de Monteiro Lobato no ano seguinte. Dedicada à “interpretação dos problemas do Brasil”, a opção pelo nome Brasiliense se ligava à intenção de disputar com a ditadura varguista a ideia de nação (REIMÃO; CENI, 2020, p. 12). Em 1944, além de viajar para a Argentina e o Uruguai — onde estreitou laços com intelectuais desses países —, redigiu textos para diferentes periódicos (DIAS, 2013, p. 233-234).

Com o fim do Estado Novo, em 1945, e o retorno do PCB à legalidade, Caio Prado Jr. se tornou candidato a deputado federal constituinte pelo partido — sendo eleito como terceiro suplente —, e assumiu a liderança da Aliança Democrática Popular em São Paulo. Além de publicar o livro *História econômica do Brasil*, participou do I Congresso de Escritores, em São Paulo, voltou a redigir seus *Diários Políticos*, dirigiu a coleção *Problemas Brasileiros* — lançada pela Editora Brasiliense —, e escreveu para a revista *Latitud*, periódico argentino.

Em 1947, elegeu-se deputado estadual pelo PCB e, com o cancelamento do registro eleitoral do partido, teve seu mandato cassado em 1948. Entre a década de 1950 e a primeira metade da década de 1960, escreveu ativamente sobre a conjuntura do país na *Revista Brasiliense* (REIS, 1999, p. 174). Em 1966, publicou o livro *A revolução brasileira*, por meio do qual criticou a caracterização da formação social brasileira elaborada pelo PCB, assentada no pressuposto da existência de resquícios feudais no país.

Durante a ditadura empresarial-militar (1964-1988), publicou, em 1968, o texto *História e desenvolvimento: contribuição para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*, elaborado com vistas a pleitear uma vaga em concurso para a USP, no qual

foi preterido em razão da perseguição política promovida pela ditadura, que lhe criou obstáculos para o desenvolvimento de uma carreira acadêmica, sem inibir, contudo, a influência exercida sobre esses círculos. Foi preso novamente entre 1970 e 1971 e, em 1977, publicou *A questão agrária no Brasil*, assunto que perseguiu ao longo de toda a sua vida. Na década de 1980, já doente, participou do início da campanha das “Diretas Já” (1983-1984), vindo a falecer em 1990.

3. O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE O PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR

Muitos pesquisadores dedicados a caracterizar o pensamento de Caio Prado Jr. apontam para a centralidade que o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) assumiu no interior da sua reflexão, além de indicarem outros títulos publicados pelo autor, ao longo das décadas de 1930 e 1970, como igualmente relevantes para a compreensão e contextualização do seu pensamento.

O historiador José Roberto do Amaral Lapa, por exemplo, considera haver “certo consenso” em torno da percepção de que a *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) “representa o ponto mais alto” da sua produção intelectual e que *A revolução brasileira* (1966) foi, ao mesmo tempo, a obra de “maior repercussão” e a que “provocou mais controvérsias” (LAPA, 1999, p. 259). Acerca das relações existentes entre essas duas publicações, o cientista político Carlos Nelson Coutinho afirma que a primeira é sua obra-prima e institui uma “linha contínua” com a segunda obra, “sua última produção significativa” (COUTINHO, 1989, p. 115).

Por sua vez, o cientista político Raimundo Santos acrescenta aos títulos mencionados o livro *História econômica do Brasil* (1945), por entender que tais obras “qualificam Caio Prado Jr. como ensaísta da nossa modernização de incorporação seletiva” (SANTOS, 2007a, p. 21-22). O historiador José Carlos Reis, a seu turno, infere que os livros *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945), e *A revolução brasileira* (1966) representam “o esteio da sua obra histórica” (REIS, 1999, p. 174).

A respeito dos títulos mencionados por José Carlos Reis, o sociólogo Florestan Fernandes compreende que o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História econômica do Brasil* são suas “obras clássicas” e representam “os principais marcos de sua contribuição”, às quais se somam os livros *Evolução política do Brasil* —

“porque apanha o Estado nacional como conexão do sistema capitalista mundial” —, e *A revolução brasileira* que, “por sua natureza”, “desdobra e amplia” as obras anteriores (FERNANDES, 1989a, p. 5).

O sociólogo Octávio Ianni insere nesse rol de publicações os textos *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954) e *História e Desenvolvimento* (1968), além de mencionar a importância das obras publicadas posteriormente, pois “retomam e desenvolvem” algumas das discussões anteriores, permitindo que Caio Prado Jr. as pontue com maior precisão, ampliando a sua reflexão. Este é o caso do livro *A questão agrária* (1979), uma reunião de textos “da maior importância sobre as bases agrárias dos impasses e das perspectivas da sociedade nacional”, publicados originalmente na *Revista Brasiliense*, entre os anos de 1955 e 1964, quando do seu fechamento pela ditadura (IANNI, 1989, p. 65 e p. 73-74).

Raimundos Santos reitera a importância dos textos publicados na *Revista Brasiliense*, também em razão do alerta feito nesses artigos acerca da ausência de “bases políticas” para a “radicalização” da “aventura ‘janguista’” no período que antecedeu o golpe de 1964 (SANTOS, 2007b, p. 28).

Já o crítico literário Antônio Cândido ressalta o significado que *Evolução política do Brasil* (1933) adquiriu no interior do pensamento social brasileiro, reconhecendo nessa obra “a primeira tentativa de síntese da nossa história baseada no marxismo” (CÂNDIDO, 2004, p. 11). Nesse sentido, o historiador Luiz Bernardo Pericás conclui que o livro promoveu “um verdadeiro marco nos estudos marxistas brasileiros”, pois conferiu “centralidade às massas populares”, salientando “a importância de sua integração à realidade do país”, uma vez que identificou o protagonismo dessa parcela da população nas “lutas populares” travadas durante a Colônia e o Império, caracterizando-os “como agentes ativos” no interior desse processo histórico (PERICÁS, 2016, p. 53).

Octávio Ianni reconhece o pioneirismo de Caio Prado Júnior na “interpretação dialética do Brasil” e acentua que, não obstante a existência de contribuições anteriores nesse sentido, é o intelectual paulista “quem inaugura uma interpretação marxista diferente, original e influente da formação social capitalista brasileira” (IANNI, 1989, p. 77).

Para o historiador Paulo Teixeira Lumatti, no entanto, existe a presença de um tom panfletário em *Evolução política do Brasil* (1933) e em *URSS: um mundo novo* (1934), ausente em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), devido ao

amadurecimento da reflexão do pensador após a segunda metade da década de 1930 e o início dos anos 1940. Lembra que durante o período do exílio na Europa, momento normalmente desconsiderado pela maioria dos pesquisadores, Caio Prado Jr. entrou em contato com diferentes intelectuais, além de passar a ter acesso a periódicos como *A Revista de História Econômica e Social*, de Lucien Febvre e Marc Bloch, munidos da premissa de uma abordagem da História vista “a partir de baixo”, igualmente empreendida por historiadores como Georges Lefebvre (IUMATTI, 2018, p. 57-64 e p. 102).

Ainda sobre o período do exílio, Iumatti destaca a influência que o marxismo elaborado na Europa exerceu sobre Caio Prado Júnior. A seu tempo, Luiz Bernardo Pericás realça a influência que o marxismo produzido no continente americano e na Rússia exerceu sobre o pensador, ao passo que Ricardo Musse a situa no contexto intelectual da produção marxista elaborada no Brasil.⁵

José Roberto do Amaral Lapa avigora que *Formação do Brasil contemporâneo* encerra em seu título “o conceito marxista de *formação econômico-social*” (LAPA, 1999, p. 261), enquanto Raimundo Santos chama a atenção para a presença de uma teoria revolucionária na obra de Caio Prado Jr., podendo ser observada desde os seus artigos de 1935 até o adendo feito à sexta edição da obra *A revolução brasileira* (1966), publicado em 1977, passando pelo texto *Os fundamentos econômicos da revolução brasileira*, de 1947 (SANTOS, 2007b, p. 23).

Em grande medida, portanto, o esforço de síntese característico da produção intelectual de Caio Prado Jr. resulta do objetivo de salientar as contradições fundamentais da formação social brasileira por meio de uma abordagem assentada na perspectiva das lutas populares constituídas nos marcos da formação e consolidação do Estado nacional no Brasil e das suas conexões com o modo de produção capitalista.

É nesse sentido que temáticas como a singularidade do processo histórico brasileiro, a persistência do passado colonial e escravista, a dependência econômica e o lugar periférico no interior do modo de produção capitalista, assim como o baixo

⁵ Para o marxismo no pensamento de Caio Prado Jr. Cf. PERICÁS, Bernardo L. Leituras marxistas de Caio Prado Junior: breves apontamentos. **Revista Novos Rumos**, vol. 55, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n2.07.p85>; PERICÁS, Bernardo L. op. cit., 2016; MUSSE, Ricardo. As aventuras do marxismo no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, maio/ago. 2015. p. 409-425; SECCO, Lincoln. **Caio Prado Jr.: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

nível de incorporação social e o caráter excludente e autoritário da modernização de tipo capitalista instituída no Brasil podem ser observadas, tanto em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) quanto em *Evolução política do Brasil* (1933), *História Econômica do Brasil* (1945) e *A revolução brasileira* (1966), entre outras obras.

4. OS SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO

O destaque atribuído ao livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), especialmente ao seu primeiro capítulo, *Sentido da colonização* — “um texto recorrente de quatorze páginas”, do qual resultaram “teses comprobatórias, extensas e intensas, de repercussão, cuja nascente foi muitas vezes um ou dois parágrafos redigidos por Caio Prado Júnior” (LAPA, p. 1999, p. 266) —, acabou por reforçar na historiografia a ênfase do autor nos efeitos deletérios que a persistência do passado colonial e escravista, além da posição periférica no interior do modo de produção capitalista, exerceram sobre a formação social brasileira. A esse respeito, uma passagem ao final desse capítulo é recorrentemente citada:

[...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro e diamante, depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido [...] (PRADO JR., 1994, p. 31-32).

Dessa forma, como parte constitutiva da expansão comercial europeia iniciada no século XV, para Caio Prado Jr. “é este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”. O foco nesse sentido da colonização portuguesa na América, e na persistência do seu “acentuado caráter mercantil” (PRADO JR., 1994, p. 31), além de colocar o sistema colonial em discussão durante a vigência da ditadura varguista no contexto da Segunda Guerra Mundial, pode servir de fio condutor para a compreensão da reflexão do pensador, de maneira a contribuir para a identificação dos seus esforços em reconhecer as contradições presentes na formação social brasileira em consequência da sua integração ao modo de produção capitalista.

Por um lado, ao discutir o lugar do Brasil no interior da divisão internacional do trabalho, José Roberto do Amaral Lapa infere que esse sentido da colonização pode ser tomado por um conceito “desde que a história de um povo seja observada em longa duração e nos seus ‘acontecimentos essenciais’” (LAPA, p. 1999, p. 262-263).

Nos artigos escritos para o jornal *A Platea*, de 1935, Caio Prado Jr. também registrou o sentido da colonização explicitado posteriormente em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Para Iumatti, em tais artigos o autor enfatizava o “caráter particular e individualizado” da colonização, “marcado pela exploração agrícola em larga escala fundada no trabalho assalariado, ou semiassalariado, subordinado ao proprietário” (IUMATTI, 2018, p. 73).

Tal “objetivo exterior” de que se revestiu o sentido da colonização também foi aludido em *Evolução política do Brasil* (1933), no capítulo em que identifica as contradições subjacentes ao “caráter geral da colonização brasileira”. Nessa obra também é possível perceber o interesse em sublinhar os conflitos envolvendo o “pequeno lavrador independente” e os “grandes e poderosos latifundiários”. De acordo com o autor:

A luta dessas classes, pequenos e grandes proprietários, enche a história colonial, degenerando não raro em violentos conflitos a mão armada. Estas lutas terminam quase sempre pela espoliação dos primeiros em benefício dos segundos (PRADO JR., 2012, p. 19-20).

Ao aquilatar esse aspecto da discussão em *A revolução brasileira* (1966), Caio Prado Jr esclarece, no entanto, que a contradição característica da formação social engendrada no país, a determinar “os pólos principais da estrutura do campo brasileiro”, não se expressa nos conflitos entre o “‘latifundiário’ ou ‘proprietário senhor feudal ou semifeudal’ de um lado, e o camponês de outro”, mas, sim, na díade resultante do confronto de interesses entre o “empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado” (PRADO JR., 2004, p. 105).

Foi também em *A revolução brasileira* (1966) que Caio Prado Jr. deu forma mais sistematizada à sua rejeição à tese, até então predominante no PCB, acerca da persistência das relações sociais de caráter feudal ou semifeudal no país, opondo-se à orientação tática do partido em torno da “revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e antiimperialista” (PRADO JR, 2004, p. 70).

O raciocínio relativo ao sentido de uma organização social “voltado para fora do país” também se estende para a compreensão sobre o processo de industrialização do sistema produtivo brasileiro ao longo do século XX e pode ser apreendido no livro *História econômica do Brasil* (1945). No capítulo em que discute as práticas imperialistas, o pensador salienta “[...] o papel que o imperialismo tem representado no sentido de manter a economia brasileira na função primária, que vem de seu passado colonial, de fornecedora de gêneros tropicais ao comércio internacional” [...] (PRADO JR., 1981, p. 280). Esse mesmo sentido é reiterado inclusive no *post scriptum* acrescido à obra em 1976. Nele, o autor discute os efeitos do chamado “milagre econômico” operado pela ditadura de 1964, e assevera que:

É de indagar, contudo, o que de fato se disfarça atrás dos enganadores números revelados nas estatísticas. O que se encontrará é fundamentalmente, e no essencial, uma indústria de bens de consumo durável substitutiva de importações, sem infra-estrutura apreciável, e dependente, do exterior, no fornecimento de seus principais e essenciais insumos. [...] Nada, como se vê, que se assemelhe a um processo de industrialização digno desse nome e comparável àquele que se verificou e, em alguns casos se verifica ainda, nos autênticos centros do progresso industrial moderno (PRADO JR., 1981, p. 355).

Por outro lado, a centralidade imputada a esse sentido da colonização não isentou o intelectual paulista de críticas expressivas.⁶ Ao sintetizar algumas das diferentes objeções endereçadas ao autor, Carlos Nelson Coutinho ressalta, por exemplo, que Caio Prado Jr., tanto subestimou os impactos do processo de industrialização ocorrido no país — e a influência das frações de classe urbanas da burguesia no Brasil — quanto fez mau uso das categorias marxistas, devido à prioridade atribuída à esfera da circulação de mercadorias em detrimento da sua produção (COUTINHO, 1989, p. 129-130 e p. 116).

Florestan Fernandes pontua, igualmente, o foco insuficiente nas “transformações do homem de negócios”. Todavia, pondera que, embora Caio Prado Jr. tenha demonstrado dificuldade em reconhecer a primazia do capital industrial e

⁶ Há significativa literatura sobre a discussão acerca do sentido da colonização e da crise do sistema colonial. A título de exemplo, dentro do campo marxista e em uma perspectiva que acompanha o raciocínio de Caio Prado Jr., Cf. NOVAES, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979. Para um contraponto a esse raciocínio dentro do campo marxista Cf. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978. Para um contraponto ao sentido da colonização definido por Caio Prado Jr. fora do campo marxista Cf. FRAGOSO, J. L. & FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993; PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

financeiro frente ao capital mercantil, foi arguto ao reter “os vínculos mais ostensivos procedentes do impacto do capital mercantil” e, com isso, sublinhar a persistência do “teor arcaico no comportamento econômico do homem de negócios e do empresário, em situações históricas diversas” (FERNANDES, 1989a, p. 9-10).

Quanto ao uso das categorias marxistas, uma passagem citada para criticar a presença de um “circulacionismo” no marxismo de Caio Prado Jr., dada a centralidade conferida ao consumo em detrimento da produção, pode ser encontrada em *Formação do Brasil contemporâneo*:

A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume e explica. O estudo que vamos empreender do comércio colonial em princípios do século passado virá assim como coroamento e conclusão de tudo quanto se tratou acima (PRADO JR., 1994, p. 228).

Outra passagem sobre a proeminência que o consumo adquiriu na reflexão do autor, assim como a respeito do sentido da colonização voltado para a produção de gêneros agrícolas e de metais preciosos para o abastecimento do mercado europeu, encontra-se em *História econômica do Brasil* (1945):

O progresso desta nova economia em germinação é condicionado sobretudo pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator *consumo*, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece *produção* (PRADO JR., 1981, p. 288-289). Grifos do autor

Raimundo Santos ressalva, porém, que, ao abrir “sua economia política ao tema do consumo”, Caio Prado Jr. “chega a reformular o marxismo brasileiro” e, assim, explica, a um só tempo, tanto o caráter dependente da colônia quanto os limites da industrialização brasileira. “Dessa gênese extrai uma imagem do Brasil como formação social de modernização tardia e incompleta” (SANTOS, 2007a, p. 19). O cientista político acrescenta, ainda, que aquilo que se considera como um “traço circulacionista” consiste, na verdade, em um marxismo no qual se “delineia um programa de reformas reestruturadoras do nosso capitalismo” interessado em enraizar “a teoria revolucionária na economia, na luta de classes e no Estado” (SANTOS, 2007b, p. 25).

Contudo, apesar da centralidade atribuída aos aspectos deletérios que constituíram o processo histórico brasileiro, é preciso considerar, igualmente, a

relevância atribuída por Caio Prado Jr. aos elementos que permitiriam romper tais amarras, sejam aqueles decorrentes do processo de independência política, durante a primeira metade do século XIX, sejam os que resultaram do desenvolvimento do processo de industrialização do sistema produtivo do país ao longo do século XX. Essa compreensão também influenciou, por décadas, um número significativo de prestigiados intelectuais, dentro e fora dos círculos marxistas, como Celso Furtado e os teóricos da dependência econômica⁷, Florestan Fernandes e a chamada “escola de sociologia paulista”⁸, entre outros.

Sobre o contexto relativo ao fim do período colonial, tal percepção está presente já nas primeiras linhas da introdução de *Formação do Brasil contemporâneo*:

O início do século XIX não se assinala para nós unicamente por estes acontecimentos relevantes que são a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil e os atos preparatórios da emancipação política do país. Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma nova fase. Debaixo daqueles acontecimentos que se passam na superfície, elaboram-se processos complexos de que eles não foram senão o fermento propulsor, e, na maior parte dos casos, apenas a expressão externa. Para o historiador, bem como para qualquer um que procure compreender o Brasil, inclusive o de nossos dias, o momento é decisivo (PRADO JR., 1994, p. 9).

Assim, foi no âmbito das contradições existentes entre a permanência do caráter externo da colonização portuguesa na América, por um lado, e o processo de constituição do Estado brasileiro a partir de 1822 — entendido como “fermento propulsor” de “processos complexos” (PRADO JR., 1994, p. 10), por outro, que Caio Prado Jr. desenvolveu a sua análise sobre a formação social brasileira no início da década de 1940. Outra passagem da introdução de *Formação do Brasil contemporâneo* reforça esse raciocínio, ao mesmo tempo em que sinaliza para a singularidade do período colonial. De acordo com o autor, após 1822,

Entramos então em nova fase. Aquilo que a colonização realizara, aquele “organismo social completo e distinto” constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. É então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo (PRADO JR., 1994, p. 10).

⁷ Para uma teoria marxista da dependência econômica Cf. MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, vol. 9, n. 3, dez. 2017. p. 325-356. (1ª edição de 1973).

⁸ Sobre a escola de sociologia paulista Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo: Ática, 1977.

Do mesmo modo, em *História econômica do Brasil* (1945), escrito em um contexto de otimismo devido ao fim da Segunda Guerra mundial, o autor analisa as oportunidades que o processo de industrialização no Brasil poderia oferecer, de modo a ensejar a ruptura com o legado do sistema colonial. Com isso, não deixou de reconhecer o incremento material do sistema produtivo brasileiro decorrente das práticas imperialistas engendradas no país, compreendendo que os estímulos à industrialização assim adquiridos, não obstante “o caráter mais agudo e extremo” das “contradições da exploração capitalista” na periferia desse sistema, poderiam favorecer a descontinuidade com a persistência do passado colonial. De acordo com o pensador,

[...] Aos fatores que já hoje se mostram favoráveis a uma ruptura definitiva com este passado, opõe-se nitidamente, em certos aspectos fundamentais, a ação do imperialismo. [...] Mas a par destes aspectos negativos do imperialismo, encontramos nele um lastro positivo. Ele representou sem dúvida um grande estímulo para a vida econômica do país. Entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o do capitalismo contemporâneo, realizou necessariamente nela muitos dos seus progressos. O aparelhamento moderno de base com que contaria a economia brasileira até as vésperas da II Grande Guerra, foi quase todo ele fruto do capital financeiro internacional (PRADO JR., 1981, p. 280-282).

Entretanto, importa salientar que os esforços para a compreensão das contradições da formação social brasileira nos marcos da instituição e consolidação do seu Estado nacional, no processo de “transformação da empresa em si em nação para si” (BENJAMIN, 2005), não se orientam por uma adesão ingênua, muito menos apaixonada, ao nacionalismo. Se faz, antes, em favor de uma “crítica em que o nacional não é comemorado ou enaltecido, mas historicizado” (REGO, 1998, p. 86). A questão nacional na reflexão de Caio Prado Jr. adquire, assim, uma função tática, pois a expansão de um mercado interno fortalece o processo de internalização do centro de decisões políticas, configurações históricas indispensáveis para a ruptura com a persistência do passado colonial.

Desse modo, as contradições “internas” são consideradas na sua relação com o que lhe “externo” em uma perspectiva de longa duração e com vistas à construção da práxis socialista, tal como o marxista paulista explicitou em *A revolução brasileira* (1966):

Essa maneira, dialética em essência, de ver as coisas, não exclui a previsão histórica – e o marxismo é essencialmente uma previsão: a do socialismo. E sim funda-a no presente resultante do passado, ou antes, na dialética do presente como projeção do passado e onde o futuro previsível já se encontra incluído e implícito nas contradições ocorrentes (PRADO JR., 2004, p. 34).

A síntese elaborada por Caio Prado Jr. acerca do processo histórico que caracterizou a formação social brasileira desde a colonização até a segunda metade do século XX se orienta, portanto, por uma formulação ocupada em relacionar dialeticamente as contradições “internas” e “externas” provenientes da integração do Estado nacional brasileiro ao modo de produção capitalista. Ao acentuar o peso da herança colonial, mesmo após a independência política e a abolição e os surtos de industrialização, iluminou os condicionantes do lugar periférico do país no interior da divisão internacional do trabalho, assim como as determinações que reiteram e atualizam essa posição subalterna. Primeiro, em decorrência do colonialismo português, entre os séculos XV e XVIII, e, depois, ao longo dos séculos XIX e XX, do imperialismo britânico e estadunidense.

Munida dessa perspectiva de longa duração, adotada como forma privilegiada de análise, tal síntese se demonstrou propícia para o discernimento dos elementos de permanência e ruptura que constituem a história do Brasil em relação ao seu passado colonial, contribuindo para o reconhecimento das oportunidades históricas de ruptura com “uma ordem excludente e autoritária” (COUTINHO, 1989, p. 130) e indicando caminhos “[...] para impedir que as oportunidades históricas fossem sempre aproveitadas pela contra-revolução [...]” (FERNANDES, 1989b, p. 36)

Carlos Nelson Coutinho (1989, p. 116), Marcos Del Roio (2016, p. 12 e p. 15), entre outros intelectuais, mencionam, cada qual a seu modo, as aproximações que essa chave de leitura e compreensão da formação social brasileira estabelece com a reflexão de Antônio Gramsci, sem que, no entanto, o autor paulista tenha citado o marxista italiano ao longo de toda a sua produção intelectual. Ao estabelecer essa aproximação, o sociólogo Rubem Murilo Leão Rêgo, por exemplo, compreende a ênfase de Caio Prado Jr. como uma interpretação capaz de reconhecer a “instituição de permanências” que caracteriza a formação social brasileira, já que é essencialmente caudatária de uma “subordinação consentida” (REGO, 1998, p. 87).

5. UM INTÉRPRETE MARXISTA DO BRASIL

Para Caio Prado Jr., portanto, o sentido da colonização é fundamentalmente dialético. Se, por um lado, destaca o caráter externo da colonização, por outro, também considera a dinâmica resultante da integração da colônia ao centro do sistema capitalista mundial. Da mesma forma, a constatação dos limites da constituição do Estado nacional não deixa de indicar a alteração do estatuto colonial; o reconhecimento dos obstáculos impostos pela ação imperialista à industrialização na periferia do modo de produção capitalista sinaliza, ao mesmo tempo, para o potencial do desenvolvimento do mercado interno; e à incorporação seletiva de uma ordem autoritária contrapõe o devir socialista.

Sejam quais forem os enfoques utilizados para abordar as suas contribuições para o pensamento social brasileiro, tanto quanto as considerações críticas a respeito das incongruências da sua reflexão, deve-se ter em mente que o marxista paulista nunca foi um intelectual em “mangas de camisa”. Ao contrário, dedicou sua vida e obra à construção da práxis socialista em um país cujas classes dominantes moveram histórica resistência à satisfação dos interesses da classe trabalhadora, buscando impedir, por todos os meios disponíveis, a sua organização política. Seja por meio de aberta repressão, seja cooptando suas principais lideranças políticas.

Dinamizado a partir de 2007 pelo centenário do seu nascimento, o multifacetado debate em torno de Caio Prado Jr. o situa junto a outros renomados intérpretes do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Uma geração de pensadores que, a partir da década de 1930, abandonou os determinismos presentes nas explicações sobre a formação social brasileira, promovendo significativa e renovadora inflexão nessas interpretações. Obras como *Evolução política do Brasil*, *Formação do Brasil contemporâneo*, *História econômica do Brasil* e *A revolução brasileira*, por exemplo, também evidenciam a vitalidade, independência e originalidade da sua reflexão no interior do pensamento marxista.

Sobre a contemporaneidade da sua reflexão, considerando o contexto histórico do primeiro quartel do século XXI — entrecortado por tentativas de golpe de Estado e reivindicações por intervenção militar —, o título do seu primeiro artigo, *A crise da democracia brasileira*, publicado em 1927, além de sintomático, não deixa de ser atual. Dada a longevidade da sua produção intelectual e a tenacidade da sua

militância política, conhecer o pensamento de Caio Prado Jr. é conhecer um pouco do Brasil, nos seus sabores e dissabores.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, C. Uma certa ideia de Brasil. In: LESSA, Carlos (org.). **Enciclopédia de brasilidade**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- CÂNDIDO, A. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 2004.
- COUTINHO, C. N. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.) **História e ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 1989. p. 115-131.
- FERNANDES, F. Os enigmas do círculo vicioso. In: PRADO Júnior, Caio. **História e desenvolvimento**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989a. p. 5-12.
- FERNANDES, F. A visão do amigo. In: D’INCAO, Maria Angela (Org.) **História e ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 1989. p. 27-39.
- DEL ROIO, M. “Capitalismo e revolução em Caio Prado Jr.”. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 20, n. 36, jan./jun. 2016. p. 10-23.
- DIAS, D. Cronologia. In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. Nogueira; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Caio Prado JR**. Legado de um saber-fazer histórico. São Paulo: Hucitec Editora, 2013. p. 231-240.
- IUMATTI, P. T. **História, dialética e diálogo com as ciências**: a gênese de Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr (1933-1942). São Paulo: Intermeios, 2018.
- IUMATTI, P. T. Alguns pontos de partida para o estudo das relações entre Fernand Braudel e Caio Prado JR. (1935-1948). In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. Nogueira; GONÇALVES, Adelaide (Orgs.). **Caio Prado JR**. Legado de um saber-fazer histórico. São Paulo: Hucitec Editora, 2013. p. 49-86.
- IUMATTI, P. T. **Catálogo Brasiliense 50 Anos 1943-1993**. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- PERICÁS, L. B. **Caio Prado Júnior**: uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

REGO, R. M. L. "Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil". **Revista USP**, São Paulo, n. 38, jun./ago., 1998. p. 78-87.

REIMÃO, S.; CENI, G. (Orgs.) **Caio Graco e a Editora Brasiliense**. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2020.

REIS, J. C. Anos 1960: Caio Prado Jr. A reconstrução crítica do sonho de emancipação e autonomia nacional. In: _____. **As identidades do Brasil**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 173-202.

SANTOS, R. (Org.) **Caio Prado Júnior: Dissertações sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Brasilienses/Fundação Astrojildo Pereira, 2007a.

SANTOS, R. Caio Prado Júnior: valorização do trabalho e sindicalismo rural. In: _____. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007b.

CAPÍTULO II

A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE OCTAVIO IANNI E SUA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

Davi Machado Perez⁹

1. INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos propriamente ao conteúdo deste capítulo, julgamos necessário tecer algumas considerações acerca do seu enfoque e dos pressupostos que orientaram o seu empreendimento. O objeto do presente texto é a interpretação do sociólogo Octavio Ianni no que diz respeito à formação social brasileira. E para dar conta da tarefa aqui proposta, tivemos que fazer algumas opções: passamos por alguns apontamentos sobre o itinerário intelectual do autor, e por elementos centrais de suas análises sobre o período de nossa formação social escravista, o ciclo da revolução burguesa, a consolidação do capitalismo dependente, as relações étnico-raciais e a condição histórica do negro.

Os limites desse enfoque não permitiram um desenvolvimento abrangente, a partir da obra de Ianni, sobre a transição pós-ditadura civil-militar e a realidade socioeconômica e política contemporânea brasileira desde o período da chamada “redemocratização”. Contudo, os elementos essenciais pontuados no que tange à consolidação de nosso padrão dependente de desenvolvimento capitalista possuem, em nossa avaliação, plena validade nos tempos atuais.

Quanto aos pressupostos que nos orientaram, é importante enfatizar que se trata de uma análise da obra do autor à luz da ontologia materialista histórico-dialética marxista. Nesse sentido, alertamos o leitor que ao longo do texto não hesitamos em recorrer numerosas vezes às obras marxianas, lenineanas e lukacsianas, por vezes citando passagens relativamente extensas. E foi recorrente também o retorno às

⁹ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.

É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Questão Social e América Latina (UFSC) e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Mineração do OuTro (UFOP). Atualmente, coordena o projeto de pesquisa *Marxismo e Formação Social Brasileira: relações de dominação e exploração*.

interpretações florestanianas, que foram base e ponto de partida crucial para as próprias elaborações de Octavio Ianni.

1.1 Notas para um itinerário intelectual

Filho de imigrantes italianos e natural de Itu – SP, Octavio Ianni (1926-2004) foi um dos pioneiros da sociologia crítica no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento e a consolidação de um modo de fazer Ciências Sociais que almeja constantemente transcender os limites de uma sociologia que descola os fenômenos sociológicos de sua base econômica e de sua transitoriedade histórica — seja pela influência do naturalismo no estrutural-funcionalismo ou pelo subjetivismo e idealismo dos “tipos ideais” weberianos¹⁰.

Formado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1954, Ianni logo se integra como assistente de Florestan Fernandes na cadeira de Sociologia I da faculdade. Esse espaço possibilita, a partir do incentivo de Florestan, a abertura de um vasto campo de pesquisas que, no primeiro momento de seu itinerário, concentrou-se na temática das relações raciais no Brasil, resultando em trabalhos como o clássico *Metamorfoses do escravo*¹¹ em 1961 e, mais tarde em 1978, *Escravidão e racismo*, no qual o autor faz relações entre a dimensão universal do mercantilismo e do capitalismo nascente e a particularidade das formações sociais escravistas.

Octavio Ianni colocava seu mestre Florestan Fernandes no patamar de fundador da sociologia crítica no Brasil, inaugurando na área um estilo de reflexão que constantemente questiona a *realidade social* e o *pensamento*. Essa constante criticidade para com o *real* e o *pensado* busca superar os limites da sociologia burguesa e, no que se refere ao questionamento do *pensado*, permite avaliar “[...]”

¹⁰Ao debater as soluções fundamentais dos problemas da indução na sociologia, Fernandes (1972, p. 98) — que foi responsável pela inserção de Octavio Ianni na pesquisa acadêmica — afirma que tanto Durkheim quanto Weber “[...] apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como algo *concreto*”. Esse afastamento da concretude, segundo o autor, manifesta-se em Durkheim pela influência do naturalismo, que eterniza relações e modos de organização social especificamente históricos; e, em Weber, apesar da crítica ao método funcionalista, pela arbitrariedade dos “tipos ideais”, que são elaborados *a priori* e tendem a ter sua determinação exagerada nos processos sociais.

¹¹ Esta obra resultou de sua tese de doutorado defendida no início da década de 1960. A pesquisa foi realizada para apresentação no concurso de doutoramento em Ciências, para a cadeira de Sociologia I, da FFLCH/USP. Tendo como membros da banca Florestan Fernandes (orientador), Caio Prado Júnior, José Loureiro Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda e Thalles de Azevedo.

cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação”, oferecendo “novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade” (IANNI, 2004a, p. 317); e no que diz respeito à problematização do *real*, faz-se presente aqui o “[...] empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta, ao mesmo tempo discutir as interpretações prevaletentes” (IANNI, 2004a, p. 317).

A influência do rigor científico e do espírito crítico de Florestan no desenvolvimento de uma sociologia que problematiza e confronta as diferentes vertentes epistemológicas com a totalidade das categorias histórico-sociais que são imanentes à processualidade concreta do real, sem dúvida, foi decisiva para o modo de fazer Ciências Sociais desenvolvido por Octavio Ianni. Esse processo vem a constituir, de acordo com Simone Meucci (2004), um dos maiores legados de Ianni como professor e pesquisador, desenvolvendo uma postura capaz de “[...] relacionar os mais sutis e corriqueiros fenômenos da vida social aos processos estruturais amplos” (MEUCCI, 2004, p. 202).

A postura que Ianni nos legou não receia a dúvida, não teme apresentar, indagar e criticar teorias, conceitos e métodos e nem se contenta com soluções confortáveis — questionando e provocando o senso comum sociológico.

Com efeito, na obra deixada por Ianni, observa-se um cuidado para ‘olhar simultaneamente a árvore e a floresta’. A diversidade de temas que foram alvo de sua investigação testemunha uma longa trajetória que, não obstante, mantém insistentemente uma perspectiva sociológica na qual todo e parte se vinculam. Entretanto, é importante que se diga: para ele, esta vinculação não se realiza de modo subordinado, mas dialeticamente. Pois ele dizia que algumas transformações, preparadas pouco a pouco na fina trama das relações sociais, por vezes surpreendiam a totalidade. Noutras vezes, entretanto, diagnosticava que transformações, paradoxalmente, não são senão uma forma de manter e conservar a estrutura ampla (MEUCCI, 2004, p. 202).

É importante contextualizar que Octavio Ianni inicia seus trabalhos de pesquisa sob a orientação de Florestan Fernandes¹² em um período em que seu mestre já

¹² Florestan Fernandes, do mesmo modo em que é legatário da heterogeneidade intelectual que influencia o campo acadêmico entre 1940 e 1950 por meio do positivismo de Comte, do estruturalismo de Durkheim e, mais tarde, do weberianismo, também impulsiona uma crítica aos limites dessas concepções e desenvolve, com base no marxismo, um método sociológico original que recusa a imitação colonial, sem deixar de beber do acúmulo de conhecimento universal produzido pela humanidade. Antonio Candido de Mello e Sousa (2001), ao mesmo tempo em que falam da “dualidade” entre o acadêmico e o militante, também falam de uma *estrutura paralela* ou de um *rio subterrâneo*

empreendia, desde os anos 1950 em parceria com Roger Bastide, estudos sobre a condição histórica do negro e as problemáticas raciais no Brasil, desenvolvendo pesquisas por meio de formas participantes de sociologia. Essas pesquisas sobre as relações raciais foram encomendadas pela Unesco, e Roger Bastide convenceu Florestan a assumir essa empreitada. Em seguida, Florestan chega ao ápice de sua carreira acadêmica: em 1965 se torna catedrático da cadeira de Sociologia I e desenvolve, com orientandos e assistentes — dentre eles, Octavio Ianni — pesquisas junto ao Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho - CESIT.

Destaca-se aqui que a Unesco, sob influência principalmente das interpretações de Gilberto Freyre, de alguma maneira partilhava da tese a respeito da existência de uma democracia racial no Brasil, e o empreendimento dessas pesquisas por parte de Roger Bastide e Florestan Fernandes teve certo pioneirismo no sentido de desmontar a tese freyriana, demonstrando e explicitando a permanência do racismo entranhado na formação social brasileira em suas relações de dominação e exploração desde o período escravista. Nas palavras de Octavio Ianni (2004b, p. 10):

O impacto desses estudos foi assimilado de modo traumático porque havia na ideologia brasileira e na academia, como ambiente cultural, um certo compromisso com a tese da democracia racial. Com os trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, em *Negros e brancos em São Paulo*, é que foi revelada a realidade do preconceito racial de par em par com o preconceito de classe e, portanto, o preconceito racial constitutivo da sociabilidade na sociedade brasileira.

Atuando como orientando e assistente de Florestan Fernandes ao lado de figuras como Fernando Henrique Cardoso e Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni foi então estimulado por seu orientador a trabalhar a realidade socioeconômica e as relações raciais no sul do Brasil que isso resultou em sua tese de doutorado sobre as metamorfoses do negro na condição de escravo em Curitiba. Ianni também desenvolveu, junto com FHC, um estudo publicado em 1960 sobre cor e mobilidade social em Florianópolis.

Os trabalhos de Octavio Ianni sobre a temática étnico-racial contribuem decisivamente para a superação tanto das abordagens naturalistas de autores como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, quanto da perspectiva culturalista

crítico e marxista em amadurecimento que corre ao longo de toda sua trajetória. Isso significa que as necessárias mediações impostas pelos limites do ambiente acadêmico naquele período impunham uma *aparente dualidade* entre o *homo academicus* e o *homo politicus*, embora já transparecesse em seus primeiros trabalhos acadêmicos a perspectiva marxista em fase de maturação.

presente, entre outras, na obra de Gilberto Freyre (2003). Nessa toada, Ianni passa a desenvolver uma extensa obra, tendo constante preocupação em desvendar os dilemas das relações raciais no Brasil. Nas palavras do autor:

É preciso reconhecer que um mergulho na história social do Brasil mostra que durante a escravatura formou-se uma poderosa cultura racista. Essa ideia, em grande medida, já está em Caio Prado Júnior. Em seu livro *A formação do Brasil contemporâneo*, há um estudo primoroso sobre o que foi o escravismo na formação da colônia, inclusive com desenvolvimentos fundamentais em termos do que é a sociabilidade, a cultura e o contraponto escravo-senhor. Esta questão pode ser encontrada parcialmente em trabalhos de Roger Bastide e de forma mais elaborada em textos de Florestan Fernandes (IANNI, 2004b, p. 11).

Nos primeiros anos da década de 1960, o grupo vinculado à Florestan começa a realizar estudos mais amplos sobre a empresa industrial que acabaram sendo o foco principal do Cesit, e desenvolve um projeto sobre economia e sociedade no Brasil. Ambos os projetos se encontram transcritos no livro de Fernandes intitulado *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1976) e resultam dos referidos estudos socioeconômicos, importantes obras de Octavio Ianni, como a *Industrialização e desenvolvimento Social no Brasil*, de 1963, *política e revolução social no Brasil*, e o clássico *Colapso do populismo no Brasil*, de 1968.

Esses estudos e pesquisas passam a avançar também para o âmbito do contexto latino-americano. Porém, o grupo sofre entraves com a radicalização da ditadura civil-militar:

O momento de glória de Florestan Fernandes e de alta produtividade da cadeira de Sociologia I e do CESIT não conseguiram resistir às múltiplas pressões e dificuldades que o acadêmico e a sua instituição sofreram nos amplos processos de crise, mobilização e repressão que a sociedade brasileira vinha enfrentando a partir da deposição do presidente João Goulart e da instauração, por mais de vinte anos, de um regime ditatorial. (SOARES, 1997, p. 60-61).

Nesse íterim, Octavio Ianni foi, ao lado de outros orientandos e assistentes de Florestan, um dos organizadores do grupo de estudos que perdurou entre o final dos anos 1950 e os anos 1960, intitulado *grupo de Marx*¹³ (*seminário de Marx* ou *seminário*

¹³ Nas palavras de Eliane Veras Soares: “Em 1958, José Arthur Giannotti retornou ao Brasil, após a realização do seu doutoramento na França, onde viveu durante dois anos. Lá participou do grupo “Socialismo ou Barbárie”, que promovia o debate em torno das novas correntes de interpretação do marxismo e a crítica à burocracia do Estado soviético. Ao lado de Fernando Henrique Cardoso – que

de *O Capital*). Entre seus membros, estavam José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novaes, Paul Singer, Juarez Roberto Schwarz e Bento Prado Júnior. O grupo contribuiu para que uma geração de sociólogos superasse o estrutural-funcionalismo por meio da descoberta das obras de autores como Marx, Lukács e Gramsci. Os “discípulos” em um primeiro momento não convidam o “mestre” Florestan Fernandes para participar do grupo. Mas, posteriormente, a partir da própria constituição de uma sociologia marxista na academia, o grupo vai estabelecer profícuo diálogo com o antigo mestre.

É curioso como em um primeiro momento ocorre uma cordial polarização entre Florestan Fernandes e o *Grupo Marx* — do qual Ianni fazia parte. O grupo considerava Florestan eclético demais. Porém, em um segundo momento, principalmente após a instauração da ditadura civil-militar, essa polarização adquire uma complexidade e um patamar em que, por exemplo, um dos membros do antigo *Grupo Marx*, como Fernando Henrique Cardoso, passa a defender uma espécie de justificação do modelo capitalista dependente, como resultado de sua própria integração ao sistema vigente¹⁴. FHC, após participar da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, quando se exilou no Chile, junto a outros membros do antigo *Grupo Marx*, cria o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap. Octavio Ianni, que nunca partilhou plenamente das concepções e posições teóricas e políticas de FHC, torna-se membro do Cebrap no início da década de 1970, instituição da qual Florestan Fernandes recusa-se a participar pelo fato de ser financiada por recursos da Fundação Ford (SOARES, 1997, p. 76-77).

A ampliação do foco dos estudos e pesquisas de Octavio Ianni para o contexto latino-americano acompanha uma ambição do autor em desvendar o caráter da burguesia brasileira e latino-americana, seus padrões de exploração, seu vínculo com o Estado e suas formas de dominação política, bem como as possibilidades da revolução e da transição socialista nas particularidades do Brasil e da América Latina.

havia rompido com o Partido Comunista, em 1956, por ocasião da invasão da Hungria pelo exército vermelho -, Giannotti idealizou a formação de um grupo de estudos que se iniciou com a leitura de *O Capital*. O grupo reuniu-se de 1958 a 1964.” (SOARES, 1997, p. 61).

¹⁴ Teotônio dos Santos (2015, p. 89) mostra como na década de 1980 as bandeiras liberal-democráticas vão progressivamente sendo controladas pelo pensamento conservador, e é nesse processo que “assistimos a uma corrente da Teoria da Dependência, que teria em Fernando Henrique Cardoso sua expressão mais coerente, defender a tese da viabilidade de um processo de democratização no interior de um capitalismo dependente. Ela abandonava qualquer perspectiva de crítica e de enfrentamento com o capitalismo dependente, suas expressões monopólicas e seus interesses articulados com o capital internacional. Ela limitava os seus objetivos reformistas aos objetivos liberais, ao processo de destruição e de desestabilização das ditaduras, para construir regimes democráticos”.

Resultam daí obras como *A formação do Estado populista na América Latina*, de 1975, *Imperialismo e cultura*, de 1976, *A ditadura do grande capital* em 1981, *Ciclo da revolução burguesa* em 1983 e *Classe e nação*, de 1984.

Na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, há uma ampliação e ao mesmo tempo certa viragem nas abordagens de Octavio Ianni, desenvolvendo estudos e obras sobre a sociedade global a partir de conceito de *globalização*. Data também desse período um importante trabalho fruto de seu empenho para consolidar a sociologia brasileira enquanto campo científico, adensando reflexões sobre o fazer da ciência e a epistemologia científica no livro *A Sociologia da sociologia* de 1989, calibrando seus pressupostos teórico-metodológicos. Seus estudos da sociedade global a partir do conceito de globalização resultam em trabalhos como *A sociedade global* (1992), *A era do globalismo* (1996) *Teorias da globalização* (1996), *Enigmas da modernidade-mundo* (2000) e *A globalização e o retorno da questão nacional* (2000).

Em abril de 2004, aos 77 anos, Octavio Ianni falece em São Paulo, deixando-nos um imenso legado teórico e político para a compreensão e a transformação do Brasil, da América Latina e do mundo.

1.2 Elementos centrais da interpretação do Brasil em Octavio Ianni

Consideramos de suma importância abordar o modo como Octavio Ianni caracteriza a formação social brasileira desde o período colonial, passando pelo Império e a República. A compreensão de sua interpretação do Brasil não pode se resumir a indicações de momentos mais fenomênicos e singulares de suas pesquisas empíricas, embora as pressuponha. É necessária uma apreensão de sua construção categorial a respeito dos processos estruturais e dinâmicos que conformam historicamente a totalidade da formação social brasileira.

A necessidade da referida consideração é ressaltada pelo próprio sociólogo quando fala da limitação de apenas descrever sequências de fatos sem apanhar plenamente os processos cruciais, pois “[...] todos os acontecimentos mencionados somente adquirem valor explicativo quando são subsumidos a uma noção determinada de estrutura e historicidade dos sistemas sociais” (IANNI, 1966, p. 78). Trataremos a seguir da interpretação do autor acerca da particularidade brasileira no contexto histórico da acumulação primitiva do capital.

1.2.1 Acumulação primitiva e formação social escravista

É notável a maneira como Octavio Ianni trabalha com categorias centrais da concepção marxiana — expostas como resultado geral no *Prefácio à contribuição à crítica da economia política* de Marx publicado em 1859 —, tais como: estrutura e superestrutura, modo de produção, formação social, forças produtivas, relações sociais de produção, formas ideológicas etc., além de todo o edifício categorial construído nos volumes de *O Capital*. E podemos constatar uma rigorosa apropriação da concepção de Marx já em suas análises sobre o período escravista no Brasil, inserido no contexto da acumulação primitiva do capital.

Nas palavras de Octavio Ianni (1978, p. 6, grifos nossos):

[...] para compreender em que medida o mercantilismo "prepara" o capitalismo, é necessário que a análise se detenha nos desenvolvimentos das *forças produtivas* e das *relações de produção*. Mas para compreender esses desenvolvimentos é preciso situá-los no âmbito das transformações estruturais englobadas na categoria *acumulação primitiva*. Nesse sentido é que a acumulação primitiva expressa as condições históricas da transição para o capitalismo. Foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no Novo Mundo.

Ianni distingue com nitidez capital¹⁵ e capitalismo, e expõe sem analogias mistificadoras o que caracterizava o capital comercial no período do mercantilismo e o contexto da acumulação primitiva que, em nível global, impulsionava a transição do feudalismo para o capitalismo. A acumulação primitiva “envolve um conjunto de transformações revolucionárias, a partir das quais se torna possível o desenvolvimento capitalista”, e pode ser considerada “o processo social, isto é, político-econômico, mais característico da transição do feudalismo ao capitalismo” (IANNI, 1978, p. 4).

O autor explicita o aparente paradoxo expresso na realidade de que nesse período, ao passo que na Europa emergia o trabalho livre, nas colônias do “Novo Mundo” se desenvolveram as *plantations*, os engenhos e as *encomiendas*. O trabalho

¹⁵ Nunca é demais reafirmar que Karl Marx (2013, I) trata da gênese e desenvolvimento do capital enquanto uma relação social como algo anterior à sociedade tipicamente capitalista, chegando a afirmar, no Capítulo 24 de *O Capital* sobre a assim chamada acumulação primitiva, que “A Idade Média havia legado duas formas distintas do capital, que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes da era do modo de produção capitalista, já valiam como capital *quand même* [em geral]: o capital usurário e o capital comercial.” (MARX, 2013, I, p. 820). Até na Roma Antiga em sua época republicana tardia, Karl Marx (2017, III, p. 376) observa que “[...] o capital comercial foi desenvolvido num grau maior do que jamais havia sido em todo o mundo antigo”.

escravo era “[...] a base da produção e da organização social nas *plantations* e nos engenhos; ao passo que nas *encomiendas* e outras unidades produtivas predominavam distintas formas de trabalho compulsório” (IANNI, 1978, p. 3).

Karl Marx (2017, III, p. 365) é bastante explícito em suas considerações históricas sobre o capital comercial — seja na forma do capital de comércio de mercadorias, seja na do capital de comércio de dinheiro — em diferenciá-lo do capital industrial, adjetivando de absurdas e toscas as análises que consideram o capital mercantil somente como um tipo particular do capital industrial, afirmando ainda que “[...] não só o comércio, como também o capital comercial, é mais antigo que o modo de produção capitalista; ele é, na realidade, a forma mais antiga de existência livre que o capital apresenta na história” (MARX, 2017, III, p. 369).

O capital comercial, que emergia globalmente no interior do processo de acumulação primitiva, é que impulsiona o estabelecimento do estatuto da escravidão no Brasil. Octavio Ianni não titubeia em sua caracterização da particularidade brasileira nesse período enquanto uma *formação social escravista*, dado o fato de que o *modo de produção economicamente dominante* em seu interior era o escravista, mas sempre situa essa particularidade imbricada em sua relação com a Metrópole e o contexto global mercantilista.

A exploração do trabalho compulsório, em especial do escravo, estava subordinada aos movimentos do capital comercial europeu. Este capital comandava o processo de acumulação sem preocupar-se com o mando do processo de produção. O comerciante europeu se enriquece comprando barato - com as vantagens da exclusividade que a metrópole mantém sobre os negócios da colônia e vendendo mais caro. O dinheiro se valoriza no processo de circulação da mercadoria (IANNI, 1978, p. 8).

O capital mercantil possui hegemonia e autonomiza o processo de circulação, subordinando a produção. A produção de mercadorias pode acontecer, segundo Ianni (1978, p. 9), nas mais diversas relações de produção: “seja nos grêmios, corporações e manufaturas, seja nas haciendas, *encomiendas*, fazendas, engenhos e *plantations*”. E na época de autonomia e preponderância do capital mercantil em relação ao processo produtivo, o comerciante não troca as mercadorias baseando-se em seus valores, equivalências ou no trabalho social nelas plasmado. Trata-se principalmente de comprar barato e vender caro.

Ele [o comerciante] opera no âmbito do mercado europeu, da comercialização dos produtos provenientes do Novo Mundo e outras partes do sistema colonial europeu surgido com o mercantilismo. Beneficia-se do monopólio colonial, característico do mercantilismo, para aumentar mais ou menos à vontade o seu lucro comercial. Nessas condições, é secundário o valor real da mercadoria, em termos de contabilidade de custos, ou trabalho social nela cristalizado. Esse valor, seja qual for a maneira de avaliá-lo, somente tem importância para o dono da *plantation*, engenho ou outras unidades produtivas baseada no trabalho compulsório ou formas de cooperação simples. Para o capital mercantil, era bastante secundária a forma de produção do fumo, açúcar, algodão, prata, ouro e outros produtos. Mesmo porque, no apogeu do capital comercial, o comerciante não domina o processo produtivo, mas sim o processo de circulação (IANNI, 1978, p. 9).

Portanto, o sociólogo apresenta nitidamente a distinção entre capital mercantil e capitalismo, diferenciando-se das concepções circulacionistas que, em sentido diametralmente oposto à lição marxiana, atribuem prioridade à circulação e não ao modo de produção para caracterizar as relações sociais tipicamente capitalistas. E aqui podemos considerar que uma *formação social* engloba dentro de si sua *estrutura* (a totalidade de seus processos de produção e reprodução da vida social, forças produtivas e relações de produção) e sua *superestrutura*¹⁶ (a dimensão das formas ideológicas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas etc.). Sendo que, o *modo de produção* que na estrutura é *economicamente dominante* condiciona a dimensão superestrutural e determina em última instância o caráter e a anatomia da própria formação social¹⁷.

Basta considerar, por exemplo, que as jurisprudências e os processos políticos que legitimam relações de escravidão não podem ser as mesmas que legitimam e são determinadas por uma sociedade que já aboliu a escravidão e generalizou o trabalho assalariado. Ou seja, a *particularidade* de uma sociedade escravista se difere de uma sociedade tipicamente capitalista tanto em seu modo de produção economicamente dominante quanto em sua dimensão jurídica, política e institucional.

¹⁶ Aqui é importante destacar que na concepção materialista e monista de Marx a unidade do mundo na sua materialidade é um pressuposto, não há consciência fora do ser (real, material) consciente, e as formas ideológicas operam no próprio processo de produção e reprodução da vida social, tal como destacado por Lukács (2013) quando desenvolve sobre *o ideal na economia*. Diferenciar estrutura e superestrutura não significa negar que ambas coexistem em uma mesma totalidade, e que os processos subjetivos que se objetivam na ação intencional (e distinguem as relações sócio-materiais próprias do ser social em relação ao restante da natureza orgânica e inorgânica) — mais ou menos automatizados ou estranhados — fazem-se presentes inclusive nas relações econômicas.

¹⁷ Em Lukács (2013, p. 538), essa compreensão de formação social como algo mais amplo do que a base econômica também aparece quando o autor fala em “economia” e “formações sociais a ela associadas”.

Avançando no desvelamento da particularidade situada no período histórico de nossa formação social escravista, Octavio Ianni (1978) enfatiza que, para o lucro do comerciante se realizar, ele necessita de quantidades crescentes de mercadorias e, se em um nível seu lucro se efetiva comprando barato e vendendo mais caro, em outro nível ele necessita comprar cada vez mais mercadorias e ampliar a escala da acumulação. Nesse processo “por sob o lucro do comerciante está o sobrevalor criado pelo sobretrabalho realizado pelo negro e o índio aberta ou veladamente escravizados” (IANNI, 1978, p. 10). Há, então, substantivamente, sobretrabalho na produção escravista, tal como exposto por Marx (2013, I) quando demonstra que o sobretrabalho também se faz presente em modos de produção diversos do capitalismo, como o escravismo e o feudalismo.

A escravidão é posta pelo colonizador dirigido pelo capital mercantil diante da sua necessidade de “[...] atar o trabalhador aos outros meios de produção. Ele não pode ser assalariado, porque a disponibilidade de terras devolutas permitiria que se evadisse, transformando-se em produtor autônomo” (IANNI, 1978, p. 10). Além do fato de que as metrópoles não dispunham de força de trabalho suficiente para ser transferida às colônias no intuito de dinamizar a produção.

Não há dúvida de que essa caracterização de nossa particularidade no período colonial e escravista suscitou e ainda suscita muitas polêmicas, e acreditamos que há uma questão de fundo decisiva nessas divergências: enquanto alguns autores consideram possível somente uma caracterização a partir da dimensão universal do chamado “capitalismo mercantil” — e nossa particularidade seria apenas uma variante do mesmo —, outros autores afirmam a possibilidade de caracterizar a particularidade brasileira em si, mesmo tendo em conta suas conexões com o contexto global mercantilista. Nos termos de Gorender (2016), enquanto os primeiros desenvolvem somente uma análise “de fora para dentro”, os segundos consideram possível o caminho “de dentro para fora”.

Nas duas passagens a seguir, fica patente que nosso sociólogo ituano está entre aqueles que consideram possível caracterizar a particularidade brasileira em si:

[...] as formações sociais escravistas tornaram-se organizações político-econômicas altamente articuladas, com os seus centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução, técnicas de controle e repressão. Independentemente dos graus e maneiras de vinculação e dependência das colônias, em face da metrópole, é inegável que em cada colônia organizou-se e desenvolveu-se um sistema internamente articulado e movimentado de

poder político-econômico. Nesse sentido é que em cada colônia constituiu-se uma formação social mais ou menos delineada, homogênea ou diversificada (IANNI, 1978, p. 13).

É indispensável compreender a fisionomia da formação social escravista como uma estrutura político-econômica singular; nos primeiros tempos, não era apenas um apêndice do sistema mercantilista, e depois, a partir do século XVIII, não se manteve apenas um apêndice do capitalismo em expansão. (IANNI, 1978, p. 13).

Octavio Ianni firma sua posição não somente defendendo a necessidade de caracterizar a particularidade do que foi nossa formação social escravista, mas também demonstrando que mesmo o contexto global se apresenta em um primeiro momento enquanto sistema mercantilista, e somente a partir do século XVIII é que teremos universalmente o capitalismo em expansão. Evidencia-se assim que esses períodos de transição precisam ser considerados em sua dinâmica concreta e não por meio de generalizações a-históricas.

[...] toda a época em questão, em seus acontecimentos mais importante e secundários ou reflexos, somente se torna efetivamente explicada quando examinada com referência à coexistência da produção mercantilizada (café, açúcar, cacau, algodão, borracha, couros, erva-mate etc.) com o regime escravocrata. (IANNI, 1966, p. 78).

Somente tendo em conta as características próprias do mercantilismo e da acumulação originária de capital é que se pode entender o processo histórico da revolução burguesa e a irrupção e consolidação do modo especificamente capitalista de produção. Caso contrário, teríamos de considerar que as revoluções burguesas nos países centrais não destruíram nenhuma estrutura econômica velha e nem criaram jurisprudências adequadas ao novo modo de produção.

O Brasil Colônia se inscreve, como já afirmamos, na fase histórica (que vai do final do século XV até meados do século XVIII) da *acumulação primitiva*, que impulsionou a futura ascensão do modo de produção capitalista. Marx (2013, I) chama a acumulação primitiva ou acumulação originária de *pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio*, afirmando que o modo de produção capitalista foi *um resultado* desse processo histórico.

O movimento da produção capitalista, que consiste em um processo de transformação do dinheiro em capital, em que por meio do capital é produzido mais-valor e com o mais-valor se obtém mais capital, só poderia se realizar pressupondo a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho,

generalizando o trabalho assalariado. Para Marx (2013, I, p. 785, grifos nossos), “todo esse movimento parece [...] girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” [...] *prévia* à acumulação capitalista”, acumulação essa que “*não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida*”.

Ruy Mauro Marini (1990), que desenvolveu a categoria da superexploração e trouxe contribuições pertinentes sobre a particularidade do capitalismo dependente latino-americano, afirma erroneamente que falar em pré-capitalismo no período escravista e colonial é contrariar a concepção de Marx e cair no ecletismo, quando a própria obra de Marx expõe nitidamente a acumulação primitiva enquanto uma acumulação *prévia* à acumulação capitalista. O ecletismo na verdade está no circucionismo daqueles que não diferenciam capital comercial de capitalismo, priorizando a circulação e não o modo de produção para identificar a acumulação especificamente capitalista. Afinal,

[...] nada pode ser mais absurdo do que considerar o capital comercial, seja na forma do capital de comércio de mercadorias, seja na do capital de comércio de dinheiro, como um tipo particular do capital industrial, semelhante, por exemplo, ao modo como mineração, agricultura, pecuária, manufatura, indústria do transporte etc. constituem ramificações do capital industrial determinadas pela divisão social do trabalho e, por conseguinte, esferas particulares de investimento do capital industrial. A simples afirmação de que qualquer capital industrial, quando situado na fase de circulação de seu processo de reprodução, desempenha, como capital-mercadoria e capital monetário, funções idênticas àquelas que aparecem como funções exclusivas do capital comercial em suas duas formas, já bastaria para tornar impossível essa concepção tosca. Já no capital de comércio de mercadorias e no capital de comércio de dinheiro, ao contrário, as diferenças entre o capital industrial como capital produtivo e o mesmo capital na esfera da circulação estão delimitadas pelo fato de que as determinadas formas e funções que o capital assume temporariamente aparecem como formas e funções autônomas de uma parte separada do capital e se encontram exclusivamente incorporadas nesta última. A forma modificada do capital industrial e as diferenças materiais, derivadas da natureza dos diversos ramos da indústria, entre capitais produtivos aplicados em diversos investimentos produtivos são coisas abissalmente distintas. (MARX, 2017, III, p. 365, grifos nossos).

Essa diferenciação entre o capital comercial, demonstrando sua gênese e desenvolvimento histórico pretéritos, e o capital industrial tipicamente capitalista, é característica central do historicismo radical de Marx. Reside justamente na compreensão da gênese e da transitoriedade histórica dos processos, a distinção da obra de Marx em relação às concepções liberais que derivam a economia nacional de

um *pecado original* ou *Estado de natureza*, eternizando as relações sociais de produção presentes com abstrações a-históricas.

Lênin (1988, p. 13, grifos nossos), em sua obra sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ao criticar as posições dos populistas russos, afirma nitidamente a importância de se considerar o processo de passagem da economia mercantil simples para a economia capitalista:

O mercado é uma categoria da economia mercantil que, no curso do seu desenvolvimento, transforma-se em economia capitalista, alcançando, somente nesse estágio, um domínio absoluto e uma extensão universal. Se se pretende analisar as teses teóricas básicas concernentes ao mercado interno, *deve-se partir da economia mercantil simples e acompanhar a sua gradual transformação em economia capitalista.*

Somente incluindo na análise as características do processo histórico da acumulação primitiva e a particularidade das colônias e da expropriação colonial nesse contexto é que se pode compreender os elementos que impulsionaram historicamente as revoluções burguesas e a emergência da sociedade tipicamente capitalista com a *generalização do trabalho assalariado*.

Para Marx (2013, p. 245, grifos nossos):

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

Se consideramos que a Revolução Industrial tem sua irrupção na Inglaterra somente na segunda metade do século XVIII, seremos obrigados a concluir que até esse período o capital mercantil emergia em sociedades cujo modo de produção dominante ainda não era capitalista. A compreensão dessa transitoriedade não nos parece apenas algum tipo de preciosismo historiográfico, mas uma necessidade para a consideração do presente a partir de elementos legatários desses processos e para a própria projeção do futuro, pois uma transição para além do capital precisa ter em conta a gênese e desenvolvimento do capital enquanto relação social, sua perenização e o desafio histórico de sua superação.

Octavio Ianni (1978) demonstra abertamente a pluralidade de interpretações entre diversos autores que trabalharam esse período, tanto no que se refere ao colonialismo no Brasil quanto na América Latina e Estados Unidos, e afirma que todas

essas distintas interpretações transitam em torno do que cada autor compreende por *modo de produção* e por *formação social*.

Em termos gerais, a formação social escravista moderna era assim caracterizada por Ianni (1978, p. 13):

Uma formação social escravista era uma sociedade organizada com base no trabalho escravo (do negro, índio, mestiço etc.) na qual o escravo e o senhor pertenciam a duas castas distintas; sociedade essa cujas estruturas de dominação política e apropriação econômica estavam determinadas pelas exigências da produção de mais-valia absoluta. Nessas formações sociais, as unidades produtivas - como os engenhos de açúcar no Nordeste do Brasil e as *plantations* do Sul dos Estados Unidos, por exemplo, estavam organizadas de maneira a produzir e reproduzir, ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais-valia absoluta, a cultura do senhor (da casa-grande), a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho "darwinista" sobre as desigualdades raciais e outros elementos.

Além da importante consideração da dimensão cultural e das doutrinas racistas que legitimam a escravidão, ressaltamos aqui dois pontos importantes na análise do autor. O primeiro diz respeito à categorização de nossa sociedade escravista como uma *sociedade de castas*, aproximando-se de Florestan Fernandes quando este utiliza o conceito de classes sociais somente para se referir às sociedades especificamente capitalistas. Porém, a realidade que se configurava pela predominância do trabalho escravo e pelo domínio das oligarquias agrárias é caracterizada por Fernandes (2005) como *sociedade estamental*. Os estamentos, considerados historicamente, possuem mais mobilidade social do que as castas e menos mobilidade social do que as classes. Constituem, portanto, um elemento transitório desse processo.

Tal como Octavio Ianni, Fernandes (2009, p. 41) se considera dentre os autores que só aplicam o conceito de *classe social* "com um máximo de especificidade histórica, para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista". Considerando que "a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem" (FERNANDES, 2009, p. 41). Essa ordem é fundada na

universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo¹⁸.

O segundo ponto consiste na constatação feita por Octavio Ianni (1978) de que no modo de produção escravista seria extraída mais-valia (mais-valor) absoluta a partir do mais-trabalho do homem/mulher escravos. É importante ressaltar que a análise completa sobre a geração desse excedente só pode ser feita considerando a relação dessa produção com o comerciante mercantil (e é de fato assim que ela aparece na obra do autor), e não apenas a relação com o senhor de engenho.

Na análise de Fernandes (2005, p. 32), que foi base para as elaborações de Ianni, não se pode associar legitimamente o senhor de engenho do período colonial ao “burguês” e nem a “aristocracia agrária” à burguesia. A mercantilização da produção agrária só se dava como tal para os agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. No contexto da sociedade mercantil e da apropriação colonial a posição ocupada pelo senhor de engenho era uma posição marginal. Seu papel era de agente econômico especializado, funcional à organização de uma produção de tipo colonial, estruturalmente heteronômica, com a finalidade de gerar riquezas para a apropriação colonial. Apesar de seus privilégios, ele era parte dependente e submissa à expropriação controlada fiscalmente pela Coroa e economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional. Portanto,

O que ele realizava como excedente econômico [...] nada tinha que ver com o “lucro” propriamente dito. Constituía a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial. Essa parte flutuava em função de determinações externas incontroláveis, mas tendia a manter-se em níveis relativamente altos dentro da economia da Colônia porque exprimia a forma pela qual o senhor de engenho participava da apropriação colonial (através da expropriação de terras e do trabalho coletivo dos escravos). No conjunto, nada justificaria

¹⁸ Um contraponto à essa categorização aparece em Carlos Nelson Coutinho (2011) quando fala da origem weberiana do conceito de estamento, contrapondo à formulação de Fernandes (2005) o entendimento marxista de que nas sociedades escravistas e feudais também existiam classes e lutas de classe. Porém, Coutinho (2011, p. 228-229) também afirma que “[...] quando analisa os processos de transição da ‘sociedade estamental’ para o capitalismo, Florestan não deixa de fazer intervir nessa análise a noção da luta de classes, o que novamente o aproxima do marxismo”. Mesmo que Florestan Fernandes exponha na “Nota explicativa” de *A revolução burguesa no Brasil* que nas partes I e II do livro (escritas em 1966) predomina a noção de “sociedade estamental” e na parte III (redigida em 1973-1974) se fazem presentes os conceitos marxistas de “escravismo” e “escravismo colonial”, o autor não abandona — como pretende Coutinho (2011, p. 229) — a categoria estamentos e sociedade estamental. Essa categorização vai reaparecer na obra *Nova República?* (1986), na qual Fernandes afirma que no processo de nossa revolução burguesa *a lógica das classes substituiu o estamento e a lógica dos estamentos*.

assimilar o senhor de engenho ao “burguês”, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia [brasileira] emerge com a colonização. (FERNANDES, 2005, p. 33).

Octavio Ianni (1978) não nega a existência de polêmicas nessa abordagem e transita entre diferentes citações de Marx a respeito da produção nas *plantations* estadunidenses, em que Marx (1944, p. 332-333 apud IANNI, 1978, grifos nossos) vai afirmar que nas *plantations* “[...] existe um regime de produção capitalista, *ainda que somente de um modo formal*, posto que a escravidão dos negros *exclui o trabalho livre assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista*”. E em outra passagem, Karl Marx (1963, p. 24 apud IANNI, 1978, grifos nossos) vai afirmar que no caso do homem ou mulher escravizados não se trata da venda de sua força de trabalho ao possuidor de escravos, pois ele próprio é vendido “[...] com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, a seu proprietário”, sendo ele “uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas *sua força de trabalho não é sua mercadoria*”.

A polêmica, que não nos propomos a sanar definitivamente, explicita-se se colocarmos em questão se o que foi investido na compra do escravo se processa como capital constante ou como capital variável. Algumas pistas aparecem quando Marx descreve esse processo com mais detalhes:

Não precisamos detalhar aqui *a economia escravista propriamente dita* (que também percorre uma escala que vai desde a escravidão patriarcal, predominantemente para consumo próprio, até *o sistema de plantações, que trabalha para o mercado mundial*) nem o sistema em que o proprietário fundiário cultiva a terra por conta própria, detém todos os instrumentos de produção e explora o trabalho de servos, livres ou não, pagos em produtos ou em dinheiro. Aqui coincidem proprietários de terra e proprietários de instrumentos de produção e, por isso, também o explorador direto *dos trabalhadores que se contam entre esses instrumentos de produção*. Do mesmo modo, coincidem renda e lucro e não se dá nenhuma separação entre as diversas formas de mais-valor. O mais-trabalho dos trabalhadores que aqui se apresenta no mais-produto é extraído deles diretamente pelo proprietário do conjunto dos *instrumentos de produção, entre os quais o solo* e, na forma originária da escravidão, *os próprios produtores diretos*. [...] O rendimento do proprietário da terra, seja qual for o nome que se lhe dê, o mais-produto disponível que ele apropria, é aqui a forma normal e predominante em que *todo o mais-trabalho não pago é diretamente apropriado, e a propriedade fundiária forma a base dessa apropriação*. (MARX, 2017, III, p. 864, grifos nossos)

Podemos assim considerar que, mesmo não se tratando da compra da *força de trabalho*, o senhor compra o homem/mulher escravizado/a por um valor que é equivalente à antecipação do mais-valor (ou seja, o total do valor que sua força de

trabalho agregará na produção às mercadorias finais, menos o que será gasto em sua alimentação, moradia etc.) que será gerado por ele ao longo de todo o período em que trabalhará no engenho ou plantação.

Ainda sobre a economia escravista, afirma Marx (2017, III, p. 869, grifos nossos):

O preço que se paga pelo escravo não é outra coisa senão *o mais-valor ou o lucro, antecipado e capitalizado, a ser extraído dele*. Mas o capital que se paga na compra do escravo *não pertence ao capital por meio do qual se extrai do escravo o lucro, o mais-trabalho*. Pelo contrário. É capital que o senhor de escravos alienou, dedução do capital que ele detém na produção real. Não existe mais para ele, exatamente como o capital investido na compra da terra não existe mais para a agricultura. A melhor prova está no fato de que *ele só volta a ter existência para o senhor de escravos ou para o proprietário fundiário quando ele volta a vender o escravo ou a terra*. Então se produz a mesma situação para o comprador. A circunstância de que ele tenha comprado o escravo *ainda não o capacita a, sem mais nem menos, explorá-lo*. Só o capacita a isso *um capital posterior, que ele emprega na própria economia escravista*.

O senhor aliena esse capital investido na compra da pessoa escravizada e só poderá adquiri-lo novamente quando vender o homem/mulher escravo/a. Não se trata, portanto, do modo de produção especificamente capitalista, que pressupõe o trabalho assalariado, mas de um modo de produção escravista que em um primeiro momento interage com o mercantilismo global e posteriormente com a gradual ascensão do capitalismo em nível mundial.

Georg Lukács (2013) demonstra que a extração do mais-trabalho (e do mais-valor) não é exclusividade do modo de produção capitalista, mas um processo que se faz presente no escravismo, no feudalismo e no capitalismo. Sendo que a variabilidade é “[...] determinada de acordo com que condições, com que determinações econômicas, se dá o surgimento e a apropriação do mais-trabalho (do mais-valor)” (LUKÁCS, 2013, p. 382). Em seguida, Lukács (2013, p. 382) resgata em Marx a delimitação das formas como o mais-trabalho aparece ou é ocultado, no âmbito do fenômeno, nos referidos modos de produção: no capitalismo todo trabalho aparece como trabalho pago. No feudalismo, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra ficam nítidos e se diferenciam no espaço e no tempo. E, no escravismo, mesmo a fração da jornada em que a pessoa escravizada repõe o valor¹⁹ de seus meios de subsistência e trabalha de fato para si, aparece como trabalho para o senhor. Todo o trabalho aparece como não pago.

¹⁹ A categoria valor é utilizada pelo próprio Marx (2013, I, p. 403) se referindo ao trabalho escravo.

Partindo dos pressupostos aqui levantados a respeito de nossa formação social escravista, Octavio Ianni (1978) demonstra então a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, da condição de escravo para a condição de “cidadão” ou trabalhador “livre” em que, na dimensão econômica, enquanto no trabalho escravo operava apenas a mais-valia absoluta, no trabalho assalariado passar a operar também a mais-valia relativa.

O leitor que nos acompanhou até aqui deve ter notado que dedicamos boa parte deste capítulo para tratar de formação social escravista, capital mercantil e acumulação primitiva. Esse tratamento, em nossa avaliação, justifica-se pelo fato de ser um tema ainda bastante polêmico entre estudiosos da formação social brasileira e que nos permite trabalhar elementos que, como já explicamos, são estratégicos para a compreensão do presente e a projeção do futuro.

Abordaremos no próximo ponto as análises de Octavio Ianni a respeito dos processos que impulsionaram nossa revolução burguesa, o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo dependente no Brasil.

1.2.2 Revolução burguesa e capitalismo dependente

Segundo a interpretação de Octavio Ianni (1966), a revolução burguesa adquire condições para sua emergência na particularidade brasileira quando, na segunda metade do século XIX, o rompimento com o estatuto colonial possibilita a diferenciação do sistema produtivo e das relações de produção, e a sociedade, desse modo, adquire relativa autonomia e singularidade. Decorre desse processo uma generalização da ruptura entre trabalhador e meios de produção, em um contexto em que o capitalismo global, em ascensão desde meados do século XVIII, também contribui para acirrar a contradição entre desenvolvimento de forças produtivas e relações sociais de produção²⁰ no interior da formação social brasileira. Ou seja, é nesse momento que se explicita na sociedade brasileira a “[...] contradição entre a *mercadoria* e o *escravo*”, fazendo com que “a contradição entre o modo de produção

²⁰ É importante ressaltar que Marx (2008), no seu *Prefácio* de 1859, afirma que é a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que possibilita a abertura de uma época de revolução social. E essa mesma revolução consiste na mudança da estrutura social — e, portanto, do modo de produção economicamente dominante — e de toda imensa superestrutura jurídica, política, cultural etc. erigida sobre ela (que se transforma mais ou menos rapidamente). A categoria *formação social* também aparece no *Prefácio* expressando a totalidade das dimensões estruturais e superestruturais de uma dada sociedade.

e as relações de produção” se torne “aberta e incômoda, impondo-se a sua resolução” (IANNI, 1966, p. 78, grifos do autor).

O rompimento com o estatuto colonial e a criação de um Estado nacional fazem com que os móveis capitalistas²¹ obtenham condições de se expandir (em um primeiro momento no âmbito da grande lavoura), podendo manifestar suas potencialidades capitalistas com plenitude, canalizando-as para o mercado interno, intensificando o desenvolvimento urbano e expandindo novas formas de atividades econômicas.

A abolição da escravidão, efetivada tardiamente no Brasil em 1888, envolveu por partes das classes dominantes a possibilidade de ampliação da margem de lucro e do nível de desenvolvimento das empresas e do mercado. O negro escravizado se transforma em trabalhador “livre”, e a mão de obra em força de trabalho. Na categorização de Ianni (1966, p. 83), é nesse momento que “[...] a produção de lucro é função da produção da mais-valia relativa”. Ou seja, é nesse contexto que se generaliza no Brasil o trabalho assalariado e o modo de produção capitalista propriamente dito, possibilitando a adequação da força de trabalho (composição técnica do capital) para a complexificação da composição orgânica do capital (composição técnica + composição de valor via meios de produção).

O âmbito histórico da revolução burguesa no Brasil, de acordo com Ianni (1984), situa-se entre sua emergência com a abolição da escravatura e a consolidação da revolução burguesa no golpe civil-militar de 1964, em um processo que sempre combinou formas mais ou menos explícitas de poder ditatorial por parte das classes dominantes.

No princípio, sob o Estado monárquico (1822-89), no qual o poder moderador do rei tem uma conotação arbitrária, predominam os interesses do bloco agrário vinculado principalmente à cana e ao café. Em seguida, sob o Estado oligárquico (1889-1930), no qual a política dos governadores tem um papel saliente, reforçando o autoritarismo, predominam os interesses do bloco agrário apoiado principalmente na cafeicultura. Depois, sob o Estado populista (1930-64), que passa por um período de “formação” (1930-37) e pela ditadura do Estado Novo (1937-45), predominam os interesses do bloco industrial-agrário, vinculado principalmente ao café e à indústria de bens de consumo duráveis. A partir de 1964, sob o Estado militar, apoiado em um poderoso bloco industrial, ou melhor, financeiro e monopolista, predominam os interesses da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira. Em todas essas épocas, os imperialismos inglês, alemão, norte-americano e outros estão presentes e são decisivos (IANNI, 1984, p. 21).

²¹ Para Fernandes (2005), os *móveis capitalistas do comportamento econômico* consistem em instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que foram introduzidos no Brasil já no período colonial e teriam a potencialidade ou seriam propulsores das *futuras* relações capitalistas de produção.

Fica evidente, então, que o autor está falando de uma revolução burguesa atípica ou de uma via não clássica de revolução burguesa, que consolidou o capitalismo no Brasil sem romper os laços de dependência com o imperialismo estrangeiro. A manutenção da dependência e de elementos estruturais e superestruturais arcaicos não se dá por falta de desenvolvimento capitalista ou de modernização, mas pelo próprio caráter do desenvolvimento e da modernização nos países dependentes, reintegrando e refuncionalizando esses elementos pretéritos na própria dinâmica do capitalismo.

A análise da revolução burguesa no Brasil em Octavio Ianni compartilha com Florestan Fernandes pontos importantes de suas categorizações, mas há também elementos distintos que abordaremos adiante. Ianni compreende que a dependência econômica perpassou toda a história nacional desde a Colônia, contribuindo ao processo de acumulação primitiva pré-capitalista e posteriormente integrando-se de maneira subordinada à ascensão do modo de produção capitalista. Passamos de uma economia escravista (base de uma formação social escravista), que perdurou na Colônia e no Brasil Império, para uma economia (e formação social) capitalista no período de transição para a República, com a generalização do trabalho assalariado. Esse processo foi desencadeado pela emergência de uma revolução burguesa atípica que teve como principais protagonistas as antigas oligarquias rurais que “se aburguesaram” e os comerciantes imigrantes.

Nossa revolução burguesa conforma um tipo de desenvolvimento capitalista que refuncionaliza e integra à sua própria dinâmica elementos do passado colonial e escravista. Essa refuncionalização de elementos pretéritos não significa apenas a sobrevivência de resquícios do passado em vias de extinção, mas uma metamorfose desses elementos que faz com que eles sejam perpetuados pelas próprias relações capitalistas contemporâneas. Diferente do dualismo cepalino — cujo importante expoente é a obra de Celso Furtado (1959) — e sua crença de que o desenvolvimento nacional superaria os resquícios do passado e possibilitaria a superação da dependência, a concepção aqui aludida compreende que a penetração do imperialismo na economia nacional, pelo contrário, é aprofundada em consonância com o próprio desenvolvimento capitalista protagonizado por uma burguesia nativa pró-imperialista.

Octavio Ianni (1984), ao mesmo tempo em que concorda na essência com a categoria *modernização conservadora*, que é utilizada por Florestan Fernandes com

base em Moore Jr (1975)²² para se referir à particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, também aponta algumas limitações nessa categorização. Mesmo reconhecendo no trabalho dos autores que utilizam essa categoria a existência de algumas referências à bloco histórico, classes sociais e suas relações com o Estado, o autor constata que é bastante escassa a “referência às classes e forças políticas subordinadas da cidade e do campo”, sendo mais frequente apenas a “referência à sociedade civil, à pouca força, debilidade ou desorganização política da sociedade civil” (IANNI, 1984, p. 39).

O sociólogo chama a atenção para a importância de considerar que as vias não clássicas de revolução burguesa (seja a *via colonial* brasileira, a *via prussiana* na Alemanha ou a *revolução passiva* na Itália²³) são ao mesmo tempo contrarrevoluções burguesas que reagem diante do papel ativo das classes subordinadas. Ou seja, no caso do Brasil, a análise do ciclo de nossa revolução burguesa precisa ter em conta:

[...] a longa história de lutas populares: escravos, índios, imigrantes, camponeses, operários, empregados, funcionários, estudantes ao longo das décadas. Esquecem as revoluções e os movimentos populares: Confederação do Equador, Cabanagem, Sabinada, Balaiada, Farroupilha, abolicionismo, Canudos, Contestado, greves de colonos nas fazendas de café, greves de operários nas fábricas, a greve dos 300 mil em São Paulo, as lutas das ligas camponesas em 1955-64, revoltas indígenas, o protesto negro, lutas de posseiros em Trombas (Formoso) e sul do Pará, greve de operários em Osasco e Contagem em 1968, greves dos canavieiros de Pernambuco em 1979, greves de metalúrgicos do ABC em 1978, 79 e 80 (IANNI, 1984, p. 40).

Logo, acreditamos que não existe, por parte de Octavio Ianni, qualquer pretensão de negar a importância das lutas populares, dos negros, indígenas, mulheres, camponeses, operários etc., pelo contrário, sua preocupação sempre foi no sentido de enfatizar tais formas de luta e resistência em sua dinâmica e conteúdo particular na realidade brasileira. Essa pretensão não é antagônica à elaboração de uma interpretação do Brasil que desenvolva o movimento desantropomorfizador

²² Barrington Moore Junior (1975) emprega o conceito de *modernização conservadora* para caracterizar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão. Esses países realizaram revoluções burguesas vindas “de cima” por meio de um processo de modernização que se baseou na industrialização condicionada por um pacto político edificado entre a burguesia e os terra tenentes, conduzindo-os a regimes políticos autocráticos.

²³ Destacamos aqui que essas distintas vias, embora partilhem entre si o fato de serem vias não clássicas de revolução burguesa, não podem ser homogeneizadas. Cada uma possui particularidades próprias e é sem dúvida diverso tratar de um país europeu que, mesmo por meio de uma revolução burguesa atípica, ascende à condição de potência imperialista; e tratar do caso brasileiro em que transitamos da condição de colônia para a condição de país capitalista dependente.

próprio da ciência — ou seja, voltar-se para o objeto, para a essência e para a totalidade dos processos e de suas correlações de forças etc., o que envolve conhecer também o inimigo, afinal, só é possível lutar contra e transformar aquilo que se conhece.

Ainda sobre a consolidação da revolução burguesa no Brasil, evidencia-se que nossa condição particular impede a conformação de uma superestrutura liberal-democrática de tipo clássico, realidade que se explicita se levamos em conta a sucessão de golpes de Estado e restrições democráticas que configuram a história política brasileira. O caráter tardio de nosso desenvolvimento capitalista também faz com que a burguesia emergente prefira se aliar às antigas classes dominantes e excluir qualquer possibilidade de um compromisso permanente com as classes subordinadas. Isso ocorre porque nossa burguesia se incorpora ao sistema de poder imperialista mundial em um período em que já se dá uma batalha de vida ou morte entre capitalismo e socialismo, radicalizando o caráter reacionário das burguesias imperialistas e das burguesias dependentes. Aqui tanto Florestan Fernandes (2005) quanto Octavio Ianni (1984) coadunam categorizando esse processo enquanto uma *contrarrevolução burguesa permanente*.

É importante também assinalar, embora não tenhamos condições de aprofundar mais essa temática nesse espaço, que uma preocupação latente de Octavio Ianni em sua obra foi com a questão da terra, a perpetuação da sua concentração e do latifúndio, e a condição do camponês e dos trabalhadores do campo em geral. O sociólogo via no camponês tanto uma potencialidade de aliado do proletariado na luta pela revolução socialista quanto também um vetor de utopias que cultuam condições pretéritas e que podem também ecoar em movimentações reacionárias (IANNI, 1986).

Em sua obra sobre o ciclo da revolução burguesa no Brasil, Octavio Ianni (1984), tratando da orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao longo dos anos 1945-64, expõe criticamente a perspectiva da revolução democrático-burguesa que orientou os comunistas brasileiros ao longo do século XX. Tal perspectiva acreditava que os latifundiários e uma parte da burguesia industrial (dependente) seriam associados ao imperialismo, mas haveria um setor da burguesia industrial interessado no desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas: a burguesia nacional. Acreditava-se, portanto, na possibilidade da consolidação política e econômica de um capitalismo nacional no Brasil, que seria logrado por meio de uma

revolução “nacional-libertadora” que teria como vanguarda a “burguesia nacional”, enquanto o proletariado industrial ocuparia papel secundário nesse processo.

Nessa aliança, a burguesia nacional deveria representar um papel de vanguarda, secundada pelo proletariado industrial; representar o seu papel de classe social, explorando as suas potencialidades para conquistar a hegemonia econômica e política. A dificuldade maior era vencer o latifundismo e o imperialismo. O “regime democrático popular” no qual se realizaria o modelo deveria resultar de uma “revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista”. Essa revolução seria realizada principalmente com base numa aliança do proletariado com a burguesia, além do apoio de camponeses e outras classes ou grupos subalternos, desse modo, a sua possível hegemonia. Para o PCB, a vitória de um regime nacionalista, em termos políticos e econômicos, ou da revolução democrático-burguesa, seria uma etapa necessária, prévia à transição para o socialismo (IANNI, 1984, p.47).

Porém, o sociólogo demonstra, no decorrer desse período, a aceitação por parte da burguesia nacional de uma aliança política e econômica com o imperialismo, associando-se e incorporando-se à “histeria anticomunista” difundida pela doutrina da Guerra Fria nos países dependentes dos EUA desde 1947, o que diminuiu, ou quase anulou, a contradição entre burguesia nacional e estrangeira (IANNI, 1984, p. 51-52). Essa realidade nos apresenta um descompasso entre ideologia e história, na medida em que a perspectiva nacional-libertadora (ou democrático-burguesa) padecia de um anacronismo, ou simplesmente não era viável diante de uma burguesia nacional que consolidou seu poder associando-se ao imperialismo estrangeiro e aprofundando sua relação de dependência.

É importante ressaltar que essas críticas ao etapismo e à perspectiva nacional-libertadora (ou democrático-burguesa), desenvolvidas por Florestan Fernandes e Octavio Ianni, tiveram impacto no movimento comunista já nos anos 1970/1980. Luiz Carlos Prestes, que foi a principal liderança comunista da história do Brasil, partilhou da estratégia etapista durante um longo período em que esteve à frente do PCB, e depois de superar essa perspectiva demonstrou que, embora tenha havido formulações brasileiras que projetavam a estratégia nacional-libertadora, é inegável nesta a marcante influência das resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista²⁴.

²⁴ Anita Leocádia Prestes (1980, p. 206), em análise histórica sobre as posições do Partido Comunista Brasileiro (PCB), demonstra que tal concepção sofria forte influência das orientações da Internacional Comunista (IC). Tratava-se de uma visão falsa da estratégia da revolução que “não resultava da análise

Em suas posições revolucionárias expressas publicamente quando rompe com o PCB em 1979/1980 — após tentar disputar a orientação do Comitê Central durante dez anos —, Luiz Carlos Prestes (1980) passa a defender uma nova estratégia para a revolução brasileira, embasada nas leituras que havia feito principalmente das obras de Florestan Fernandes²⁵. Para o líder comunista, a estratégia da revolução brasileira não seria mais em duas etapas, mas uma estratégia socialista, por meio da mediação de um bloco de forças antimonopolistas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias capaz de tomar o poder, liquidar o poder do grande capital e iniciar a transição ao socialismo (PRESTES, 1981).

Para Octavio Ianni, de maneira mais acentuada entre os anos 1970 e 1980, a crítica à perspectiva democrático-burguesa sem dúvida era acompanhada de uma defesa do horizonte da revolução socialista²⁶:

O socialismo é principalmente uma revolução social. Rompe com a forma capitalista de organizar a economia e a sociedade, o poder e a cultura. No socialismo as atividades produtivas organizam-se primeiramente de acordo com as necessidades do trabalhador, daquele que produz a riqueza social. A produção e a distribuição do produto organizam-se em conformidade com as necessidades de alimentação, habitação, transporte, educação e cultura do povo. Para que possa ser uma verdadeira democracia política, o socialismo começa por ser uma verdadeira democracia social (IANNI, 1988, p. 137).

concreta das contradições reais presentes na formação social brasileira ou de outros países latino-americanos”, desconhecendo assim as “particularidades do desenvolvimento capitalista em países dependentes do imperialismo como o Brasil, onde a dominação imperialista não só não representava um entrave ao capitalismo” como também “propiciava seu *desenvolvimento dependente*, conservando e utilizando para isso estruturas anteriores de tipo pré-capitalista”. Revelava-se o dogmatismo na “aplicação à realidade brasileira dos esquemas elaborados pela Internacional Comunista, particularmente as resoluções do VI Congresso da IC, realizado em 1928”, as “teses sobre os países coloniais e semicoloniais, entre os quais são incluídas as nações latino-americanas, passam a orientar a atividade do PCB” (PRESTES, 1980, p. 201). A “Resolução-Comentário do Secretário da IC para a América Latina” datada de 1930 exerceu forte influência na “Resolução do Bureau Político do Comitê Central do PCB” que constatava a existência de feudalismo no Brasil e de um regime semicolonial (PRESTES, 1980 p. 203). Projetava-se que a revolução brasileira deveria ser de tipo democrático-burguês, tendo uma primeira etapa anti-latifundiária, “antifeudal” e anti-imperialista em aliança com setores burgueses “nacionalistas”, para posteriormente criar as condições para a revolução socialista, transposição mecânica das análises feitas por Lênin para a Rússia czarista, onde de fato existiam resquícios feudais (PRESTES, 1980, p. 204, 205). Tal orientação estratégica perdurou durante um longo período da história do PCB em que ocorreram diversas mudanças de orientação tática — ora esquerdistas, ora direitistas — mantendo-se sempre essa estratégia.

²⁵ Em edição do Programa Roda Viva da TV Cultura exibida em 1986, Luiz Carlos Prestes declara seu apoio à candidatura de Florestan Fernandes para a Assembleia Constituinte e afirma que Florestan é, para ele, “o que mais se aproxima de uma solução marxista para o estudo dos problemas brasileiros” (PRESTES, 1986). Esse programa contou com a participação de Octavio Ianni na bancada, e o sociólogo dialogou com o *Cavaleiro da Esperança* sobre temas como a relação dos EUA com o Brasil e a América Latina, e a pouca duração das Constituições ao longo de nossa história nacional.

²⁶ Aqui caberia o debate sobre emancipação política e emancipação humana e sobre o definhamento do Estado na fase superior do socialismo (o comunismo), o que não é nosso foco nesse capítulo e, de qualquer maneira, nos parece que Octavio Ianni está se referindo ao momento imediatamente pós-revolucionário e não à fase superior do socialismo.

No que se refere à impossibilidade da alternativa democrático-burguesa no Brasil, Ianni (1984) demonstra que a consolidação da aliança das elites nativas com o imperialismo estrangeiro e o abandono de um projeto nacional para o País também se evidenciam quando a burguesia nacional decide romper com o que o autor chama de “populismo”. A *aliança populista*²⁷, que poderia ter sido uma base importante do capitalismo nacional, opera suas políticas nacionalistas mediante uma aliança de classes que serve como tática na luta pela revisão e reestruturação das relações políticas e econômicas internas e externas. Porém, essa aliança pode ser facilmente rompida:

a) quando a burguesia nacional se acha suficientemente forte para administrar sozinha o aparelho de Estado e beneficiar-se do monopólio do poder; b) quando essa burguesia consegue fazer acordos satisfatórios para si com o imperialismo; c) quando as lutas contra o imperialismo e os seus aliados internos chegam ao ponto de transformar-se em luta de classes aberta. (IANNI, 1984, p. 53).

O contexto em que se desencadeou essa ruptura com o chamado “populismo” até o golpe empresarial-militar de 1964 foi de expansão do capitalismo industrial, com importantes influências na agricultura e no capital financeiro, fazendo com que o Estado se tornasse um elo fundamental da acumulação monopolista de capital. Decresceu a força da burguesia nacional e aumentou a articulação entre capital monopolista e Estado. Expandiu-se fortemente, desde o governo Juscelino Kubitschek e durante a ditadura civil-militar, o capital monopolista estrangeiro no País, fortalecendo o comprometimento do poder estatal com esse capital.

Para Paulo Netto (2014, p.74), o imperialismo (principalmente estadunidense) foi um grande apoiador do golpe de 1964, pois os EUA “estavam fomentando movimentos como o que levou ao 1º de abril em todas as latitudes, no processo da *contrarrevolução preventiva em escala mundial*”. Porém, é importante ressaltar que o golpe não partiu somente de Washington, ele foi gestado a partir da dinâmica interna da luta de classes no Brasil, tendo como responsáveis diretos as camadas burguesas vinculadas “ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos [...] da pequena burguesia urbana para o seu campo” (PAULO NETTO, 2014, p. 74). Apesar de a tutela militar ser um

²⁷ Octavio Ianni (1984) fala em “Aliança Populista” para se referir aos setores políticos do trabalhismo e aliados que circularam em torno de Getúlio Vargas e posteriormente Brizola, João Goulart etc.

traço peculiar do regime, é um equívoco caracterizá-lo somente como um regime militar, pois é indiscutível que “a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital”, por isso “deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como a *ditadura do grande capital* (conforme a análise de Octavio Ianni)” (PAULO NETTO, 2014, p. 74).

A ditadura do grande capital, dessa maneira, permitiu a cristalização do capitalismo dependente, a plena vinculação da economia brasileira ao imperialismo²⁸ e o firmamento da impossibilidade de democratizar substantivamente a sociedade brasileira. Ianni (2019, p. 89) demonstra que em 1974 “[...] o faturamento das empresas estrangeiras alcançou 42,8% do total, enquanto as nacionais privadas chegaram a 32,0%, e as estatais atingiram apenas 25,2%”. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que foi recrudescida a repressão contra o proletariado, decresceu o seu nível de ganhos em relação às demais classes sociais, e decresceu o seu salário real em relação aos seus ganhos anteriores. Consolidando um padrão de superexploração da força de trabalho determinado pelas exigências do capital monopolista e do imperialismo.

A economia brasileira é uma totalidade heterogênea, desigual e contraditória. Cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolísticos com oligopolísticos e concorrenciais. Inclusive, e principalmente, está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente determinada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo. Nesse sentido, o conjunto da economia brasileira passou a ser influenciado pelas exigências da reprodução monopolista. Daí a acentuada e generalizada tendência no sentido da concentração e centralização do capital. Sob as mais diversas formas, os capitais mais poderosos submetem, combinam-se ou simplesmente absorvem os menores (IANNI, 2019, p. 94).

Essas tendências, no contexto da ditadura civil-militar, fizeram com que se intensificasse a pauperização absoluta e a pauperização relativa da classe operária, e isso fez com que a burguesia monopolista nacional e estrangeira, desvalorizando o salário real, realizasse uma *mais-valia extraordinária*, aumentando a expropriação e a taxa de mais-valor. A superexploração da classe operária, segundo Ianni (2019, p.

²⁸ Ressaltamos que o imperialismo, segundo a concepção de Lênin (2012), sustenta-se em elementos objetivos como a exportação de capital, a fusão do capital bancário e industrial (financeirização) e é expressão da fase monopolista do capitalismo. Sendo que a tendência à concentração e centralização é intrínseca ao processo de reprodução ampliada do capital (MARX, I, 2013). Portanto, falar em capitalismo contemporâneo é falar em capitalismo monopolista-oligopolista, financeiro e imperialista.

138), aparece no “[...] cotidiano da vida do trabalhador em termos de escassez, ou precariedade, de recursos para alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, transporte e outros elementos que entram na composição das condições sociais de existência da classe”.

Acreditamos que os elementos principais aqui pontuados como determinantes na conformação de nosso padrão de desenvolvimento capitalista dependente possuem validade e perenização ainda atuais, mesmo que a transição “lenta, gradual e segura” tenha reconfigurado politicamente e taticamente o domínio da burguesia monopolista e do imperialismo sob o Estado e a sociedade brasileira. No próximo tópico, pontuaremos algumas análises de Octavio Ianni sobre relações étnico-raciais e a condição histórica do negro no Brasil.

1.2.3 Relações étnico-raciais e a condição histórica do negro

Nosso objetivo nesse ponto é demonstrar, com base em uma leitura imanente e não em pressupostos falsos ou parciais generalizantes, como Octavio Ianni considera as relações étnico-raciais no contexto da formação social brasileira, principalmente no que diz respeito às formas de dominação e discriminação étnicas sustentadas em ideologias raciais e à condição histórica do negro.

Primeiramente, consideramos importante expor alguns elementos da própria conceituação de *raça* presente no pensamento sociológico do autor. Não há dúvida de que o termo se constitui sociologicamente a partir de sua dimensão ideológica, ou seja, de formas ideológicas²⁹ baseadas na falsa ideia da existência de diferentes “raças” humanas. Mas que, enquanto ideologia, *operam na realidade e sustentam relações sociais de dominação e exploração que são concretas*. Portanto, não se trata de resumir esses processos somente ao âmbito ideal ou da consciência.

Vejamos como o sociólogo apresenta tal categoria:

²⁹ Marx (2008), no *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*, entende as formas ideológicas enquanto formas de consciência (jurídicas, políticas, filosóficas, artísticas, religiosas etc.) sob as quais os seres humanos tomam consciência dos conflitos sociais e lutam para dirimi-los. Consideramos que, em uma sociedade de castas ou de classes, há ideologias vinculadas aos interesses das classes dominantes e que operam diante dos conflitos no sentido de perpetuar o *status quo*, e há ideologias vinculadas aos setores explorados e dominados que podem intervir nos conflitos sociais vislumbrando a superação das relações econômico-sociais vigentes.

Em termos sociológicos, raça é uma categoria social constituída pela integração de um conjunto de avaliações produzidas socialmente, em que as pessoas ou grupos – devido às posições reais ou imaginárias que ocupam no sistema social – se consideram como pertencentes a “raças” diversas. Nesse sentido, a categoria se elabora a partir de certas condições sociais de existência dos grupos em interação e dos seus produtos sociais, passando a interferir ativamente nas autoavaliações recíprocas, permeando as suas relações de aproximação e afastamento. Essa categoria, como é evidente, envolve o preconceito racial, em que as autoavaliações diferenciais dos grupos “raciais” atuam no âmbito do comportamento efetivo ou prospectivo das pessoas ou grupos. É por intermédio dele que as acepções sociais de raça se manifestam, orientadas de modo a possibilitar ou garantir as relações de dominação-subordinação representadas nas ideologias raciais. Em outras palavras, o preconceito opera como técnica social de ordenação e reorientação das ações e relações entre pessoas e grupos, mistificando os fundamentos reais das formas de dominação vigentes na sociedade global (IANNI, 1966, p. 46-47, nota 3).

Caberia nesse debate o questionamento, se partirmos do materialismo histórico-dialético, dos limites da sociologia enquanto ciência social específica. Afinal, se nos aproximamos da perspectiva projetada por Marx e Engels (2007) de uma única ciência, a ciência da história, englobando em si tanto a histórica da natureza quanto a história da sociedade (em suas relações de diferença e unidade), ou da projeção de Lukács (2012) de uma ciência internamente unitária que considere o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social nas suas diferenças e ao mesmo tempo na sua unidade, uma categoria deveria expressar formas de ser e determinações reais da existência.

Desse modo, poderíamos falar em etnias e em formas de discriminação, segregação e dominação étnicas sustentadas por ideologias de raça (sem negar, portanto, a existência da ideologia racial e sem negar relações de pertencimento e de dominação étnicas que são concretas). De qualquer maneira, é nítido que Octavio Ianni entende “raça” enquanto uma construção ideológica que se materializa em relações de subordinação social reais e que pode perdurar para legitimar relações históricas de dominação e exploração.

Ianni (1966) enfatiza que o preconceito, as barreiras raciais, os estereótipos e as ideologias raciais devem ser compreendidos no contexto das estruturas econômico-sociais. O problema racial só pode ser compreendido “[...] quando é visto a partir da estrutura de dominação vigente; ou seja, à luz das condições e possibilidades (reais ou imaginárias) de mobilidade: seus mecanismos, canais, barreiras” (IANNI, 1966, p. 42). Ressaltando que não se trata de abandonar a análise das manifestações culturais, psíquicas, da “situação racial” ou das “relações raciais”. Estas devem ser valorizadas e absorvidas em suas realizações positivas. A questão,

no entanto, é colocar esses elementos sob outras bases, em termos da configuração estrutural global, afinal: “Somente quando inserimos o fenômeno, com todas as suas expressões singulares, no sistema global é que a análise realizará a síntese explicativa final, apanhando as suas várias e às vezes dispares significações” (IANNI, 1966, p. 43).

A reivindicação, por parte do sociólogo, de uma perspectiva de totalidade, consiste em compreender a realidade enquanto complexo de complexos, em suas dimensões singulares, particulares e universais, fugindo, desse modo, de conclusões unilaterais. Quando se trata da análise da condição histórica de classes, etnias e grupos sociais, é preciso considerar a diversidade de elementos presentes na realidade: rebelados e não-rebelados, explorados e excluídos do processo produtivo etc., para que assim possamos nos aproximar de sínteses generosas capazes de darem conta do processo global. Criar um antagonismo reivindicando um elemento contra o outro consiste em uma polarização estéril, pois ambos se fazem presentes na realidade e devem ser cientificamente considerados.

Se não há dúvida, como já demonstramos anteriormente, que para Octavio Ianni a escravidão era perpetuada por relações de dominação étnicas legitimadas no imaginário social por ideologias racistas, resta-nos desvelar como o autor compreendia a perpetuação dessas relações e formas ideológicas no contexto da conformação do capitalismo no Brasil.

No que se refere às transformações decorrentes do processo de abolição da escravatura e generalização do trabalho livre, Ianni (1962, p. 281-282) observa:

[...] o preconceito do branco entra em nova fase com a metamorfose do escravo em negro e mulato. Enquanto no período propriamente escravocrata a discriminação se realiza contra o membro da casta, da raça negra, dos escravos, na sociedade de classes em formação, em lugar de exprimir-se entre as classes sociais, o preconceito concentra-se sobre a cor, distinguindo e distanciando os homens, ainda quando trabalham lado a lado, na mesma condição.

Explicita-se, assim, que mesmo em seus primeiros trabalhos que abordaram relações étnico-raciais, o sociólogo não cria expectativas positivas sobre a possibilidade de o racismo ser superado com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Pelo contrário, suas conclusões vão no sentido de entender que a discriminação é funcional à conformação do capitalismo, preservando “cristalizada

uma hierarquia de atributos sociais que corresponde às exigências das relações de dominação-subordinação constituídas com o novo sistema” (IANNI, 1962, p. 285).

Em *Raças e Classes Sociais no Brasil*, Octavio Ianni (1966) afirma que o antigo “escravo” não é redefinido como cidadão no sentido pleno do termo, mantendo a condição de “ex-escravo”, “negro” ou “mulato” até a atualidade. O processo de transformação da “casta” em uma massa de trabalhadores não rompe com a condição de subordinação, que se faz presente também no capitalismo, e incorpora a discriminação racial como elemento funcional à sua reprodução como sistema.

Como a reincorporação do negro e do mulato se faz no seio de um sistema econômico-social que também dispõe hierarquicamente as pessoas, e como ao lado deles haverá trabalhadores brancos de diversas origens em competição, reifica-se a cor, delimitando-se o grupo e os indivíduos como negros e mulatos. [...] Esse é o sentido fundamental da ideologia racial do grupo branco dominante, em cuja mente a cor é uma abstração reificada, definindo a totalidade da pessoa à qual é atribuída (IANNI, 1966, p. 50).

Não há dúvidas que se trata de considerar que o capitalismo perpetua relações de dominação, de discriminação, de entraves para a mobilidade social etc. refletidas em ideologias racistas. E quando avançamos na análise da obra e do itinerário de Octavio Ianni até os seus últimos escritos, encontramos a reafirmação e o enriquecimento dessa compreensão, no sentido de que “a sociedade moderna, burguesa, capitalista, fabrica contínua e reiteradamente a *questão racial*, assim como as *desigualdades masculino-feminino*, o *contraponto natureza e sociedade* e as *contradições de classes sociais*” (IANNI, 2004c, p. 28, grifos do autor). E encontramos também a projeção da possibilidade de construção de uma nova sociedade como um horizonte que precisa ter em conta essas questões, afinal:

[...] é possível imaginar que esses problemas ou enigmas podem ser fermentos de outras formas de sociabilidade, outros jogos das forças sociais, outro tipo de sociedade, outro modo de produção e processo civilizatório; com os quais se põe em causa a ordem social burguesa prevalecente, revelando-se a sua incapacidade e impossibilidade de resolvê-los, reduzi-los ou eliminá-los. Sim, esses problemas ou enigmas podem ser tomados como contradições sociais abertas, encobertas ou latentes, permeando amplamente o tecido das sociedades nacionais e da sociedade mundial, com os quais se fermenta a sociedade do futuro (IANNI, 2004c, p. 29).

Esses desafios transparecem nos últimos escritos de Ianni na preocupação com o comportamento das esquerdas no Brasil na primeira década dos anos 2000, observando que “os partidos de esquerda têm uma visão extremamente frouxa, para

dizer o mínimo, da questão racial, da questão feminina e da questão regional, que no Brasil são muito sérias” (IANNI, 2005, p. 46). Sem desconsiderar as relações de classe que estruturam economicamente a sociedade, o sociólogo chama atenção para a necessidade de as esquerdas estabelecerem mediações que levem em conta as particularidades regionais, as relações étnico-raciais e a condição da mulher na ordem patriarcal de gênero. Indicando também algumas perspectivas para o movimento negro:

Penso [...] que o movimento negro precisa superar esse estado de espírito de considerar que a esquerda, oficial ou oficiosa, ou o marxismo, não é capaz de lidar com a questão racial. Primeiro, do que eu conheço do pensamento de Marx e de outros, há subsídios notáveis. Segundo, por que o movimento negro deve ficar numa atitude de indiferença ou de crítica? Por que o movimento negro não assume uma tarefa que considero perfeitamente possível: educar a esquerda? E mostrar a ela que sem a questão racial a esquerda não é um movimento plenamente integrado na dinâmica da sociedade e das lutas sociais. (IANNI, 2005, p. 47)

De nossa parte, consideramos que desde o seu falecimento em 2004 até o presente, alguns avanços significativos no âmbito dos movimentos populares e das esquerdas acumularam no sentido do enfrentamento dos desafios indicados por Octavio Ianni. Porém, com certeza, os mesmos desafios seguem se reafirmando na necessidade de construção de uma alternativa socialista e comunista que esteja à altura do desafio histórico de edificação de uma sociedade sem exploradores e explorados, sem opressores e oprimidos.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, SP: Companhia Editorial Nacional, 1972.

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

IANNI, O. **As Metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1962.

_____. **Industrialização e desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

_____. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

_____. **Classe e nação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

_____. *A utopia camponesa*. In: Revista da Universidade de São Paulo, nº 2, agosto de 1986. P. 103-118.

_____. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

_____. **Sociologia da sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **A globalização e o retorno da questão nacional**. Campinas: IFHC/UNICAMP, 2000.

_____. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.

_____. *Entrevista: o preconceito racial no Brasil*. Estudos Avançados, 18 (50), p. 8-20, 2004b.

_____. *Dialética das relações raciais*. Estudos Avançados, 18 (50), p. 21-30, 2004c.

_____. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da econômica política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. México: Editora Era, 1990.

MEUCCI, S. *Homenagem a Octavio Ianni (1926-2004)*. Campos, 5(1), p. 201-210, 2004.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PAULO NETTO, J. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PRESTES, A. L. A que herança devem os comunistas renunciar? *Oitenta*, Porto Alegre: LP&M, n. 4, 1980, p. 197-223. Disponível em: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=161:-a-que-heranca-devem-os-comunistas-renunciar&catid=26:documentos&Itemid=146. Acesso às 16h do dia 2 de fevereiro de 2023.

PRESTES, L. C. **Carta aos comunistas**. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm> Acesso às 15h do dia 2 de fevereiro de 2023.

PRESTES, L. C. **Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário**. Disponível em: <http://marxists.org/portugues/prestes/1981/03/aprender.htm>. Acesso às 14h do dia 2 de fevereiro de 2023.

PRESTES, L. C. Entrevista ao Roda Viva. São Paulo: Fundação Padre Anchieta / TV Cultura, 1986. Disponível em: <<https://youtu.be/aKkCysZb0V0>> Acesso às 12h em 22/02/2023.

SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

SOARES, E. V. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

SOUZA, A. C. de M. e. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BIBLIOGRAFIA DE OCTAVIO IANNI:

- . Cor em mobilidade social em Florianópolis (em colaboração) (1960)
- . Homem e sociedade (em colaboração) (1961)
- . Metamorfoses do escravo (1962)
- . Industrialização e desenvolvimento social no Brasil (1963)
- . Estado e Capitalismo (1965)
- . Política e revolução social no Brasil (1965)
- . Raças e classes sociais no Brasil (1966)
- . O colapso do populismo no Brasil (1968)
- . Estado e planejamento econômico (1971)
- . sociologia da sociologia latino-americana (1971)
- . Teorias da estratificação social (1973)
- . Diplomacia e imperialismo na América-Latina (1973)
- . Imperialismo na América-Latina (1974)
- . A formação do estado populista na América Latina (1975)
- . Sociologia e sociedade no Brasil (1975)
- . Imperialismo e cultura (1976)
- . Escravidão e capitalismo (1976)
- . Escravidão e racismo (1978)
- . A luta pela terra (1979)
- . Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia (1979)
- . O ABC da classe operária (1980)
- . A ditadura do grande capital (1981)
- . Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx (1982)
- . Revolução e cultura (1983)
- . O ciclo da revolução burguesa (1984)
- . Origens agrárias do Estado brasileiro (1984)
- . Classe e nação (1986)
- . A sociologia e o mundo moderno (1988)
- . Sociologia da sociologia (1989)
- . A ideia de América-Latina (1990)
- . Ensaios sobre a sociologia da cultura (1991)
- . A sociedade global (1992)
- . A ideia de Brasil moderno (1994)
- . A sociedade global (1992)
- . Labirinto latino-americano (1993)
- . A era do globalismo (1996)
- . Teorias da globalização (1996)
- . Enigmas da modernidade-mundo (2000)
- . A globalização e o retorno da questão nacional (2000)
- . Capitalismo, violência e terrorismo (2004)

CAPÍTULO III

FLORESTAN FERNANDES: PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS DA REVOLUÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Diogo Prado Evangelista³⁰

1. SENTIDO DE VIDA E OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

“[...] A base da vida efetivamente humana; uma outra base para a vida, uma outra para a ciência é de antemão uma mentira. [...]” (MARX, 2004, p. 109)

Escrever em poucas páginas sobre a contribuição de Florestan Fernandes para o enfrentamento teórico-político dos dilemas da sociedade brasileira é uma tarefa impossível, devido a diversidade e magnitude de suas obras. Porém, as investigações sociológicas de Florestan Fernandes estão entrelaçadas com o processo de sua individuação social. A vida e a obra de Florestan Fernandes estão enraizadas com a gênese, expansão e desenvolvimento dos grandes centros urbanos do Brasil. Isto significa que a formação da individualidade Florestan Fernandes se deu a partir da expansão da dinâmica específica de uma ordem social competitiva no Brasil, em que a classificação social dos indivíduos e das classes sociais se efetivam a partir das relações sociais de produção capitalista de mercadorias. A vida e a obra de Florestan Fernandes estão articuladas, principalmente, porque o sentido de vida é a base para a ciência.

Para apresentar, sumariamente, a formação e o sentido da obra de Florestan Fernandes (1976, p. 142) é necessário romper com a “[...] concepção intelectualista de ‘formação’. [...]”, ou seja, a formação do sociólogo Florestan Fernandes não se reduz a vida acadêmica ou sua inserção na universidade pública no Brasil. Em suas palavras:

³⁰ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, em 2009, e graduado em Serviço Social na Unesp.

[...] Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal - sem invocar-se a questão do ressentimento, que a crítica conservadora lançou contra mim - a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu distorcer nem esterilizar. [...] (Grifo do autor, FERNANDES, 1976, p. 142)

Nesse sentido, apresento dois momentos da vida de Florestan Fernandes que revelam a articulação orgânica com sua obra.

O primeiro momento se refere à cisão do indivíduo entre “Vicente” e “Florestan”. Nascido na cidade de São Paulo, no dia 22 de julho de 1920, com “[...] risco de vida por subnutrição [...]” (CERQUEIRA, 2013, p. 14), sua mãe, Maria Fernandes, contou com a ajuda e apoio do motorista alemão Florestan, ambos trabalhavam na casa da família Bresser. Devido à amizade e solidariedade do motorista Florestan, a senhora Maria Fernandes decide batizar a criança com o seu nome. No entanto, a patroa na condição de madrinha, não aceitava o nome Florestan, considerando-o como um nome de pessoa da alta classe social, e por isso não poderia ser o nome de um filho de empregada, e assim, insistia em chamar a criança de Vicente.

Isto revelava o comportamento e a concepção de mundo da elite brasileira, herança e legado da sociedade colonial, na qual as relações pessoais de dominação-exploração constituíram uma hierarquia social contrária a toda mobilidade social e econômica que caracterizam o modo de produção especificamente capitalista. De um lado, a elite e, posteriormente, os setores médios da sociedade brasileira foram se constituindo como “cidadãos” e “gente válida”. De outro, a população trabalhadora brasileira se reduziu a mero objeto, um animal ou em um estatuto sub-humano, inferiorizado. É importante destacar a raiz dessas relações sociais sob a base da relação de dominação senhor-escravo e a exploração da força de trabalho escrava na terra, como será analisado pelo Florestan Fernandes em suas obras³¹.

Essa violenta cisão, desde o nascimento, entre “Vicente” e “Florestan”, misturava-se com outros sentimentos e relações de afeto entre madrinha e afilhado. Esse aspecto das relações pessoais demonstra a particularidade histórica das

³¹ Segue algumas obras em que Florestan Fernandes: “Branco e negro em São Paulo”, publicado em 1959; “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado em 1965; “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, publicado em 1968; “A revolução burguesa no Brasil”, publicado em 1975; “Circuito fechado”, publicado em 1976.

contradições do regime de classes no Brasil, onde os antagonismos sociais se entrelaçam com as formas de relações pessoais de dominação e aspiração social, inibindo a polarização de classes sociais no país. Esse aspecto será apresentado na próxima seção deste capítulo.

A chegada da criança ao convívio com a família Bresser, principalmente a madrinha (patroa), trouxe novas contradições, tais como, carinho, atenção da madrinha na leitura de livros infantis, canções e a inserção na escola. Vicente teve os estímulos e a iniciação à leitura a partir da madrinha. Essa feição e proximidade chegou ao seu limite após alguns conflitos entre patroa e trabalhadora. Devido à personalidade e convicção da trabalhadora Maria Fernandes. Portuguesa forjada pela dureza da vida do campo ou nos termos de Florestan Fernandes (Grifo do autor, 1976, p. 143): “[...] orgulho selvagem, que deitava raízes na concepção agreste do mundo rústico, imperante nas pequenas aldeias do norte de Portugal, onde as pessoas se mediam com o lobo e se defendiam a pau do animal ou de outro ser humano.”

Maria Fernandes e seu filho saem da casa da família Bresser e iniciam uma nova jornada na cidade que estava crescendo e se complexificando. Após algumas dificuldades de moradia e alimentação, Maria Fernandes é persuadida pela madrinha a deixar a criança, agora com 6 anos, a viver por um tempo junto com a família Bresser. No entanto, em uma das visitas, a madrinha propõe que Maria Fernandes dê o seu filho, e esta responde com sua convicção e autoafirmação: “Não se dá filho, o que se dá são cães!” (CERQUEIRA, 2013, p. 16). Essa ruptura efetiva faz com que a criança deixe de ser “Vicente” e se afirme crescentemente como “Florestan”.

O segundo momento corresponde a “socialização” e vivência de Florestan Fernandes na vida do trabalho infantil, na comunidade dos cortiços da cidade de São Paulo e toda a cultura *folk* da população trabalhadora no Brasil.

Devido a precarização da vida material, o trabalho infantil de engraxate de sapatos, entregadores etc., colocou-se como meio de sobrevivência da família Fernandes. A disputa de território entre as crianças e as organizações informais desse trabalho infantil impôs a criança Florestan (1976, p. 142), a “ordem das bicadas” e “a relação de presa”. Mas a socialização não se reduziu a esta “ordem das bicadas”; a solidariedade e conexão moral da cultura de *folk* dos trabalhadores e trabalhadoras, também, apresentaram-se na formação de Florestan. A amizade e companheirismo compareceram nessas relações sociais. Segundo Florestan Fernandes (1976, p. 143-144):

[...] O caráter humano chegou-me por essas frestas, pelas quais descobri o 'grande homem' não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história; é o homem que estende a mão aos semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio, como faziam os meus Tupinambá. [...]

Essa “cultura do inculto” na vivência de Florestan nas periferias da cidade de São Paulo apresentava para a formação do sociólogo a persistência e determinação histórica dos Tupinambá na sociedade brasileira³². O estudo de Florestan Fernandes sobre a organização social dos Tupinambá esclarece, posteriormente, sua vivência individual. Ainda nesses termos, Florestan Fernandes analisa a conexão entre a “filosofia de *folk*”³³ da população trabalhadora brasileira e sua “[...] primeira forma de sabedoria sobre o homem, a vida e o mundo.” (Grifo nosso, FERNANDES, 1976, p. 144).

Portanto, a vivência e os dramas da vida individual de Florestan Fernandes corresponderam aos dramas e antagonismos da sociedade brasileira. O enfrentamento cotidiano às dificuldades e conflitos sociais impôs, espontaneamente, ao Florestan Fernandes, um sentido de vida que será elaborado e amadurecido com a formação do sociólogo, militante e político.

Por agora, sai de cena esses momentos da “socialização” do indivíduo Florestan Fernandes, para o mergulho em alguns aspectos fundamentais da sua “interpretação sociológica” sobre a formação da sociedade brasileira.

2. O CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE” NO BRASIL

Ao estudar e analisar as obras de Florestan Fernandes, observa-se, em uma primeira impressão, um recorte epistemológico nas obras de 1950-60 e nas obras posteriores ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Porém, as influências e utilização de conceitos de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Manheim e, posteriormente, de Marx, Engels e Lênin corroboram com essa concepção superficial e acadêmica.

³² Segue as duas obras de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá: “A organização social dos Tupinambá”, publicada em 1949; “A função social da guerra na sociedade Tupinambá”, publicada em 1952.

³³ Segue alguns estudos de Florestan Fernandes sobre a cultura *folk*: “As trocinhas de Bom Retiro”; “Folclore e grupos infantis”; “Educação e cultura infantil”; e a obra “Folclore e mudança social na cidade de São Paulo”, publicada em 1961.

Florestan Fernandes, desde o início, parte da realidade objetiva da sociedade brasileira e recusa qualquer transplantação de modelos “clássicos” do capitalismo para analisar e explicar a gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista no país. Ademais, a aproximação de Florestan Fernandes com o marxismo se deu nos anos finais da ditadura do Estado “novo”, nos anos 1940, na cidade de São Paulo.

[...] Em 42, 43, através de um colega meu, Jassiê da Cunha Batista, entrei em contato com o grupo Folha e comecei a escrever artigos para o jornal. Foi por aí que acabei entrando em contato com o movimento político subterrâneo, que era o movimento contra Getúlio. Esse movimento era ativo e tinha espaço grande para crescer, porque havia vários setores da burguesia – ao contrário do que acontece hoje – firmemente empenhados em combater a ditadura. [...] havia o movimento do PC, que tinha um setor subterrâneo muito amplo. O PC estava muito empenhado em soltar o Prestes. Casando esta oposição burguesa com os canais de ação clandestina que o PC abria, qualquer jovem tinha muita possibilidade de se engajar na luta política subterrânea. [...] eu me liguei aos trokistas da IV internacional. [...] (FERNANDES, 1980, p. 18)

Essa aproximação e militância no “movimento político subterrâneo” fez com que Florestan Fernandes se aproximasse das obras de Marx e acentuasse a sua oposição política à ditadura do governo de Getúlio Vargas. Curiosamente, esses dois pontos foram decisivos para o afastamento de Florestan Fernandes da militância política e a inviabilidade de sua inserção no Partido Comunista no Brasil. De um lado, um novo direcionamento político do Partido Comunista resultou em uma ruptura com esses movimentos subterrâneos de “extrema esquerda”. Por outro, o desconhecimento de pessoas do “quadro intermediário” do Partido Comunista sobre a obra de Marx e Lênin, ou seja, um distanciamento da formação de quadro político, militância política e “teoria revolucionária” (FERANDES, 1980, p. 19). Portanto, Florestan Fernandes decide abandonar a militância política para aprofundar e mergulhar no estudo, na docência e na investigação sociológica na USP.

Como dito antes, o ponto de partida da investigação científica de Florestan Fernandes é a objetividade e historicidade da formação da sociedade brasileira como movimento específico e particular da história universal. E essa particularidade histórica impõe ao investigador a criatividade e elaboração própria. Para demonstrar alguns aspectos que dialogam com outros autores de interpretação da realidade brasileira e, também, a originalidade de Florestan Fernandes, apresento três questões: 1) o significado histórico-social da sociedade colonial brasileira; 2) o

“congelamento da descolonização”; 3) as limitações estruturais do capitalismo dependente no Brasil.

2.1. O significado histórico-social da sociedade colonial no Brasil

A primeira questão está relacionada com as raízes da formação social do Brasil. Para Florestan Fernandes, o sistema colonial português e espanhol fez parte de uma totalidade histórica, analisada por Marx como “acumulação originária ou primitiva de capital”. A acumulação primitiva de capital não se reduziu a transição histórica do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra. A análise de Marx (2013, p. 998) aponta para uma sequência cronológica na história europeia, acompanhada por suas máximas expressões em cada momento, tais como, “Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra”. Trata-se de um movimento da “acumulação primitiva de capital” necessária para o desenvolvimento do capitalismo na Europa e sua expansão violenta para o território global/mundial. Em meados do século XVII e início do século XVIII, os diversos sistemas da acumulação primitiva de capital “foram combinados de modo sistêmico”. Quais sistemas? O “sistema colonial”, o “sistema da dívida pública”, o “moderno sistema tributário” e o “sistema protecionista”. Nesse sentido, o Brasil enquanto colônia de exploração da metrópole Portuguesa não se reduzia a essa relação de colônia-metrópole, assim como não se isolava da dinâmica social e econômica de outros continentes.

Porém a formação social e econômica do Brasil colônia se objetiva de modo específico e distinto da formação das Metrôpoles direta (Portugal) e indiretas (Inglaterra, França e Holanda) da acumulação primitiva de capital. É importante analisar a formação social do Brasil colônia como uma síntese de forças externas e sua acomodação/adaptação pelas forças internas. A formação social do Brasil colônia se funda a partir das relações sociais de dominação e exploração do senhor-escravo sobre a terra, isto é, “senhor”, “escravo” e “terra” foram as bases constitutivas da formação social brasileira. Essa síntese das forças externas e internas na formação social do Brasil colônia encontra sua centralidade no mercado moderno de escravos e na exploração dessa força de trabalho escrava na colônia.

A escravidão moderna do sistema colonial se tornou uma força econômica propulsora para a gênese e desenvolvimento da acumulação de capital em sua totalidade. O mercado moderno de escravos articulava, violentamente, a partir da relação de mercado (monetária), países da Europa ocidental, parte do Continente

Africano e do continente das Américas. No que diz respeito ao Brasil colônia, Florestan Fernandes (2010) apresenta a necessidade de diversos setores econômicos, de transporte e comunicação para a entrada da mercadoria-escravo e da saída do produto (mercadoria) da exploração da força de trabalho escrava para as Metrôpoles direta e indiretas. Mas, no coração desse fluxo mercantil, surgiu uma “produção escravista” específica da terra, um modo de produção específico “escravista” e um ordenamento social, também, específico: a “ordem social escravocrata-senhorial”. Em suma, o Brasil colônia torna-se uma síntese do “capitalismo mercantil e seu sistema colonial”; do “modo de produção escravista” e da “ordem social escravocrata-senhorial”.

2.2. O “congelamento da descolonização”

O “modo de produção escravista” e a “ordem escravocrata-senhorial” determinaram os ritmos históricos das mudanças sociais dinamizadas pelas “novas exigências” da acumulação primitiva de capital, especificamente, da relação da Metrópole Portuguesa com as metrópoles indiretas. Essas mudanças sociais aparecem como forças desagregadoras da ordem escravocrata-senhorial e um redimensionamento do modo de produção escravista. Florestan Fernandes (1976) apresenta alguns momentos decisivos da história brasileira que demonstram esse movimento de desagregação social.

Primeiro, a interferência da Metrópole Portuguesa em meados no século XVIII, devido à crise dos engenhos de cana-de-açúcar do nordeste, a expansão dos comerciantes portugueses nessa região e as novas exigências econômico-sociais na descoberta de jazidas de ouro e toda a mineração; o conjunto dessas forças econômicas e políticas colocavam em desagregação social a “autonomia” dos senhores da fazenda de engenho, os colonos vinculados ao controle da mineração e uma polarização crescente dos interesses dos colonos e da Metrópole portuguesa³⁴. Nesses momentos adversos para a continuidade do ordenamento escravocrata-senhorial, a resolução dos conflitos resultava em um denominador comum: o “fantasma de uma rebelião geral” dos “escravos” na condição de “inimigo doméstico”

³⁴ Guerra dos Mascates (1710-1711); Revolta de Filipe dos Santos (1719-1720); A inconfidência mineira (1789); A conjuração baiana ou dos alfaiates de 1798 – revolta que demonstra o caráter da elite brasileira, o inimigo público o escravo.

ou, mais precisamente, o “inimigo público”. Esse aspecto demonstra dois pontos cruciais para explicar a dependência e subordinação dos senhores as metrópoles direta e indiretas. 1) A dependência ou associação subordinada/servil da elite brasileira reside, simultaneamente, na formação social das formas pessoais de dominação cultural, política e econômica que apresentavam uma imagem de mundo e do ser social conformada a partir do prestígio e do privilégio de superioridade aparente, porém, com determinação real de um prestígio social nas entranhas da sociedade brasileira. 2) A dependência econômica da elite brasileira consiste em uma paralisação ou estagnação econômica diante do excedente econômico produzido sob a base da exploração da força de trabalho escrava no Brasil. O primeiro ponto terá um desdobramento decisivo nas relações antagônicas de classe e a peculiaridade da autocracia burguesa no Estado moderno. O segundo aponta para uma determinação econômica de um capitalismo atrofiado. Porém esses dois pontos podem ser observados no processo da vinda da Coroa portuguesa e a independência política do Brasil colônia.

[...] Trata-se de uma montagem política perfeita, que ainda hoje aparece como uma pequena obra-prima. Quisesse ou não, o senhor colonial era o “parceiro válido” da Coroa e, em última instância, o verdadeiro sustentáculo do império no Brasil. Ao movimentar as contradições inerentes ao antigo sistema colonial “dentro da ordem”, ela favorecia, inevitavelmente, e fortalecia a Coroa. Por sua vez, a própria estrutura e as contradições inerentes à ordem escravocrata e senhorial paralisavam o senhor colonial em tudo que dissesse respeito às contradições do mesmo sistema que só pudessem ser enfrentadas e resolvidas “contra a ordem”. A massa de escravos, de libertos e de mestiços pobres erguia o fantasma de uma rebelião geral que poderia muito bem ter como estopim o “inimigo doméstico” que era, ao mesmo tempo, o “inimigo público”. Em si mesmo, para os estamentos senhoriais (ou para a chamada aristocracia colonial) esse risco era muito mais temível e indesejável que o pleno funcionamento do antigo sistema colonial [...]
(FERNANDES, 2010, p. 52)

Segundo, a abertura dos portos e a “vinda” da coroa portuguesa no século XIX demonstra a determinação externa como crucial para os processos de desagregação social do Brasil colônia. A abertura dos portos em 1808 resultou em um novo vínculo do Brasil colônia, sede da metrópole portuguesa, com a economia inglesa. Esse momento histórico de transição social permite uma base política e econômica para o surgimento da ordem social competitiva e a organização política do Estado.

Terceiro, a independência política do Brasil, a formação do Estado nacional e a gênese do mercado capitalista moderno no Brasil. De acordo com Florestan Fernandes (1976), esse momento correspondeu a revolução política, social e econômica do Brasil. Isto se justifica pela necessidade da formação do Estado nacional e a esfera do alto comércio de exportação-importação. É importante observar que o Estado nacional emerge com um Estado escravagista, pois a exploração da força de trabalho escrava permanece como base propulsora para acumulação primitiva de capital no Brasil. Embora houvesse forças internas de rebelião e luta contra a escravidão no Brasil, o Estado brasileiro se ergue e amplia suas funções econômicas e políticas a partir dessa acumulação primitiva de capital. O processo de transição política, econômica e cultural dos senhores e grandes fazendeiros para os centros urbanos somente foi possível sob o acúmulo de capital primitivo a partir da exploração da força de trabalho escrava. Nisto reside a raiz do desenvolvimento desigual interno como estrutura da formação do Brasil “contemporâneo” ou a sua “modernização conservadora”. A formação da classe burguesa no Brasil resultou dessa transição dos grandes fazendeiros e senhores para os negócios específicos do comércio, com os seus agentes políticos, técnicos e profissões liberais, tais como, advogados e servidores públicos; por último, determinaram o comportamento e a dinâmica dos emigrantes nos primeiros decênios do século XX.

Quarto, a abolição da escravatura no Brasil e a expansão do setor urbano-comercial capitalista. Conclusão objetiva do ordenamento escravocrata-senhorial e o congelamento da descolonização do Brasil. Isto é, aponta para os limites da descolonização e o enraizamento do estatuto colonial como sentido desse país. A análise desse processo e suas consequências econômicas, sociais, políticas e culturais revelam “de onde”, “o que”, “como” e “para onde” da história brasileira. Infelizmente, Florestan Fernandes em diversas obras demonstra como, após a abolição da escravidão no Brasil, as relações pessoais de dominação-exploração da força de trabalho permanecem no território brasileiro limitando as relações impessoais de dominação-exploração do capitalismo ou, até mesmo, determinando o valor da reprodução da força de trabalho (salário) e suas técnicas de exploração (jornada de trabalho). Ademais, esse momento histórico determinou as relações sociais de classes no Brasil. A integração política dos antagonismos sociais pelo Estado moderno resultou em um “circuito fechado” para a população trabalhadora no Brasil.

2.3. Os limites estruturais do capitalismo dependente no Brasil

Como vimos até aqui, as forças externas das metrópoles direta e indiretas dinamizaram o ordenamento escravocrata-senhorial colocando em desagregação social as bases e fundamentos da sociedade colonial brasileira. O século XIX torna-se uma referência histórica para a análise do Brasil contemporâneo: de um lado, ponto de chegada e síntese histórica do período colonial; por outro lado, ponto de partida para a sociedade burguesa moderna no Brasil. A independência política brasileira coloca uma nova conexão da economia interna com o mercado mundial, especificamente uma conexão neocolonial. Segundo Florestan Fernandes (1976, p. 223), o período histórico da situação neocolonial no Brasil se deu a partir da abertura dos portos em 1808 até a década de 1860. A chamada “transição neocolonial” diz respeito à satelitização da economia brasileira aos mecanismos do mercado dos países centrais do capitalismo.

A “transição neocolonial” injetou na economia brasileira o dinamismo e a estrutura para a implantação e desenvolvimento do mercado capitalista moderno, centralizado na formação urbano-comercial em polos metropolitanos internos (cidades-chave). Os países centrais do capitalismo pretendiam subordinar a economia interna brasileira aos seus interesses econômicos e delimitar o mercado interno como força desagregadora do domínio senhorial, estamental. Por outro lado, o excedente econômico necessário para a expansão da economia urbano-comercial provinha do “sistema de produção escravista”.

De acordo com Florestan Fernandes (1976, p. 226), parcelas do excedente econômico do sistema de produção escravista foram aplicadas na expansão do mercado, na transição do “entesouramento tradicionalista” para os setores especulativos dos bancos (finanças) e no deslocamento do centro interno de decisões para a cidade. Nesse sentido, o sistema da produção escravista foi um “equivalente histórico da revolução agrária” e propiciou a “revolução urbana” no Brasil. Equivalente histórico da revolução agrária por tornar a acumulação primitiva de capital a base das vantagens econômicas das classes dominantes internas, ampliar a economia urbano-comercial e a absorção do excedente econômico dos países centrais do capitalismo. Revolução urbana no sentido de tornar a cidade em um “[...] polo dinâmico do crescimento capitalista interno [...]”, mas sem ampliar ou desdobrar para o campo e para a maior parcela da população brasileira.

Como os países centrais do capitalismo, especificamente a Inglaterra, não podiam estabelecer controles coloniais, foi necessário “[...] criar elos dinâmicos [...]” entre a economia brasileira emergente e os mercados centrais. A “[...] emergência e expansão do mercado capitalista moderno [...]” tornou-se uma das alavancas e estratégias para esse controle indireto do mercado. Ademais, o mercado capitalista propiciava a satelitização econômica e cultural do Brasil as influências culturais dos ingleses. Essa “dominação externa” do imperialismo inglês sobre a economia brasileira não encontrará resistência da “aristocracia agrária” porque se balizava na continuidade do “[...] esquema de produção interna para exportação [...]”. Embora no século XIX houve crises econômicas, conflitos externos e internos, o “[...] pleno controle econômico, social e político [...]” dessa aristocracia agrária nos “[...] assuntos públicos e privados [...]” resultava em “[...] poucos dividendos políticos [...]”. Por isso, Florestan Fernandes (1976, p. 233) afirma que a aristocracia agrária, acerca dessa dominação externa imperialista “[...] não só aceitava, como desejava com certo ardor. [...]”

Em meados do século XIX, dois fatores históricos foram determinantes para o Brasil. Primeiro, a abolição da escravidão no Brasil e a necessidade de ampliar o mercado capitalista moderno como via de integração territorial, econômica e política do país. Estava colocado o problema da universalização do trabalho “livre” ou assalariado e suas consequências nas relações de dominação-exploração para o território brasileiro. Segundo, a luta pela partilha do mundo dos países imperialistas, tais como Inglaterra, França, Alemanha e posteriormente os Estados Unidos. Esses países concorriam entre si para construir uma “[...] economia capitalista dependente nos trópicos. [...]” (FERNANDES, 1976, p. 232).

O ponto crucial: a insuficiência do controle indiretos das relações comerciais sobre o Brasil e a necessidade da inserção e elaboração de controles econômicos internos a partir do “desenvolvimento” da “livre empresa”, “movimento bancário” e da “produção manufatureira”. Nesse sentido, o “desenvolvimento capitalista” no Brasil significa o “desenvolvimento” de novas formas de controle econômico e político dos países imperialistas. “[...] o que entrava em jogo não era o desenvolvimento capitalista em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. [...]” (FERNANDES, 1976, p. 236).

No período de 1860 a 1950, a economia brasileira transitou de uma situação neocolonial para o desenvolvimento capitalista propriamente dito. A expansão do

mercado capitalista moderno e as novas incursões de investimentos externos dos países imperialistas propiciaram o surgimento do capitalismo competitivo no Brasil, cujo efeitos construtivos se resumem na irradiação das relações capitalistas de produção para a economia agrária, a expansão das atividades da economia comercial-urbana, a gênese da economia industrial-urbana e a tendência da integração econômica nacional. Assim, as relações sociais monetárias do capitalismo competitivo ampliaram o seu condicionamento na “ecologia urbana”, na “cosmopolitização dos hábitos mundanos”, no consumo, na comunicação, na “universalização legal do trabalho livre”, na nova estratificação social e na nova mentalidade econômica, social e política. (FERNANDES, 1976, p. 239).

No entanto, o “desenvolvimento” do capitalismo no Brasil significou a continuidade histórica, em outros termos, do controle econômico dos países imperialistas, o que se traduz na associação subordinada da economia interna e das classes burguesas do Brasil, à economia mundial e aos países imperialistas. Nisto reside o conceito de capitalismo dependente no Brasil. Ademais, o “desenvolvimento” capitalista se realiza no limite estrutural da articulação da economia urbano-comercial e, posteriormente, urbano-industrial com a economia agrária, em um processo desigual interno em que a superexploração da força de trabalho em um setor econômico se coloca como pressuposto para a exploração da força de trabalho em outro setor; que as relações pessoal de dominação-exploração de uma região no Brasil permitem a existência das relações impessoais de dominação-exploração. Em suma, os limites da sociedade brasileira dentro da ordem burguesa se fundaram sob a dupla articulação: a) associação subordinada da economia brasileira à economia dos países imperialistas; b) o desenvolvimento desigual interno. Nos termos de Florestan Fernandes (1976, p. 250):

[...] Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais.

3. A “ESTRUTURA POLÍTICA DA AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL” E O CONCEITO DE “DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO”

O padrão de desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil foi determinante para a desagregação do ordenamento escravocrata-senhorial e do sistema de produção escravista. A desagregação do ordenamento escravocrata-senhorial significou a transição histórica da estratificação social anterior, balizada pela imobilidade social, política e econômica similares às sociedades estamentais e de castas; e a edificação do mercado como via de classificação social dos indivíduos, famílias, grupos e classes sociais. Essa nova ordem social competitiva no Brasil articulou necessariamente a estratificação social do mercado capitalista moderno com a emancipação política do Estado nacional. Como vimos até aqui, ambas esferas na vida societária brasileira se caracterizaram por uma restrição ultra seletiva, na qual os privilégios e prestígio social das famílias tradicionais perduraram até os anos de 1930. Pode-se resumir em poucas palavras: democracia restrita e mercado interno seletivo. No entanto, as forças desagregadoras do desenvolvimento capitalista recolocam na história brasileira a contradição entre a mobilidade social, econômica e política e as formas de imobilidade inerentes ao desenvolvimento desigual interno. Em outras palavras, a ampliação do trabalho assalariado nas economias urbano-comercial, urbano-industrial e agrária exige continuamente a expansão do mercado interno capitalista como força desagregadora e a necessária classificação social da população trabalhadora no Brasil. Esse aspecto propiciou uma diferenciação crescente do antagonismo de classes no Brasil intensificando as pressões dentro da ordem burguesa para uma ampliação e aprofundamento da democracia restrita, isto é, novas modalidades de integração política do Estado brasileiro.

Esse quadro descritivo geral das contradições internas do capitalismo dependente do Brasil fornece uma chave explicativa para analisar os fatos históricos que demarcaram a sociedade brasileira, principalmente, os anos de 1950 e 1960.

O desenvolvimento do capitalismo competitivo dependente no Brasil se balizou pela expansão da economia urbano-industrial de pequeno e médio porte, no que ficou conhecido como a indústria de substituição de importações; assim como a emergência da indústria de bens de produção sob controle direto do Estado brasileiro. No interior desse padrão de desenvolvimento capitalista dependente, surgiram as filiais das grandes corporações do capital monopolista nos setores de energia,

transporte, serviço público, derivados industriais, operação de créditos e financiamento e alguns projetos de desenvolvimento agrícola e urbano. Florestan Fernandes chamou de “irrupção segmentar do capitalismo monopolista”, que se deu desde o início do século XX e em um crescente até a década de 1950.

Nos anos de 1950, a “segunda irrupção do capitalismo monopolista” se concentrou em deslocar no interior da economia brasileira centros de organização e crescimento econômico da grande corporação, com o objetivo de uma interferência direta e imediata na produção e apropriação do excedente econômico. Nisto reside um conjunto de forças externas dos países imperialistas, principalmente os Estados Unidos, para forjar medidas de reformas tributárias, trabalhistas, bancárias, administrativas e políticas no Brasil. O capitalismo monopolista pretendia transplantar um novo padrão de desenvolvimento capitalista correspondente as novas exigências de controles econômicos e políticos.

Nessas duas décadas, as pressões externas e conflito intraclasse burguesa em torno do projeto de desenvolvimento do capitalismo autônomo forjaram as polarizações utópicas da burguesia brasileira em torno do nacionalismo versus entreguismo; nacionalismo versus desenvolvimentismo; conhecido pela caricatura das figuras políticas de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. Nos setores médios da população trabalhadora do Brasil, as pressões dentro da ordem estavam associadas à ampliação da democracia restrita e reformas de base. O conflito interno brasileiro associado a crises econômicas resultava em uma instabilidade política; mas não se traduzia em uma “crise do poder burguês” no Brasil.

A “crise do poder burguês” no Brasil encontra sua raiz no beco sem saída do padrão de desenvolvimento do capitalismo dependente e nas forças externas desagregadoras do capital monopolista. Qual é o beco sem saída? O padrão de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil significava a diminuição do centro interno de decisões do país e um processo de centralização de capitais, isto é, a diminuição do espaço econômico e político da burguesia brasileira. Como resistir e romper com esse padrão de desenvolvimento capitalista dependente? Em uma ruptura com as formas de dominação imperialista externa. Para tanto, a burguesia brasileira teria que romper com a dupla articulação, o que significava romper e suprimir os mecanismos de desenvolvimento desigual interno que propiciava a segregação social-racial da população trabalhadora brasileira nos espaços de decisão política e econômica do país, ou seja, as bases de sustentação da concentração de renda,

propriedade e capital da alta burguesia. Essa decisão interna de ruptura com a dupla articulação estava interdita em seus fundamentos práticos e estruturais. Nisto reside a afirmação de Florestan Fernandes de que a burguesia perderia os anéis e os dedos e estaria participando de um processo de reversão neocolonial ou colonial no Brasil. O que fazer? Uma “revolução autocrático-burguesa” para articular a ditadura de classes do Estado com a iniciativa privada interna em uma defesa diante da transição para o capitalismo monopolista dependente no Brasil.

3.1. A revolução e contrarrevolução burguesa no Brasil

Para Florestan Fernandes (1976, p. 203), o conceito de revolução burguesa corresponde ao conjunto de transformações econômicas, políticas, culturais e sociais articuladas com o desenvolvimento capitalista e a “evolução industrial”. A revolução burguesa pode se dar por uma insurreição popular de classes e trazer em seu bojo elementos construtivos de uma democracia liberal ou pode se realizar por outras vias e determinações específicas. O ponto central do conceito de revolução burguesa está relacionado ao surgimento e expansão do “poder burguês” e na consolidação da “dominação burguesa”. O “poder burguês” é o “poder do dinheiro”, mobilidade social e econômica que suprime, crescentemente, as formas de dominação pessoal pela dominação-exploração impessoal como base e fundamento da estratificação social capitalista. A “dominação burguesa” corresponde ao processo de formação e polarização da classe burguesa. No Brasil, a classe burguesa se formou da desagregação social dos estamentos senhoriais no século XIX e seu aburguesamento. No entanto, a formação e a polarização da classe burguesa somente se efetivaram nos limites da “democracia restrita” e do “mercado ultra seletivo”, inibindo pelos mecanismos econômicos, políticos e violentos qualquer possibilidade de formação e polarização da classe trabalhadora em si. Nesse sentido, a revolução burguesa no Brasil tem seu ponto de partida na abolição da escravidão e na emergência do capitalismo competitivo em meados do século XIX até atingir o status de “dominação burguesa” nos anos 30 do século XX. Esse giro histórico demonstra que a revolução burguesa no Brasil se objetivou a partir da contrarrevolução defensiva das classes dominantes. Revolução e contrarrevolução burguesa se tornam duas faces da mesma moeda.

No entanto, revolução e contrarrevolução burguesa encontram seus diapasões no momento histórico em que o capitalismo luta pela sua sobrevivência diante das crises econômicas e sociais nos países imperialistas; das revoluções iugoslava, chinesa e cubana; das lutas anti-imperialistas dos países neocoloniais e dependentes. Nesses anos de crise do poder burguês no Brasil, a força externa de implantação do capitalismo monopolista está associada ao movimento estratégico do imperialismo de estabelecer nos países da América Latina *fronts* de defesa e prevenção contra as lutas anti-imperialistas e socialistas na região, isto é, a “contrarrevolução preventiva”. Nisto reside o conceito de Florestan Fernandes da modalidade de revolução burguesa no Brasil: a “Revolução Autocrático-Burguesa”. Um conceito para contrastar ao modelo clássico de revolução democrático-burguesa. A “transformação capitalista” se consolidou com a dominação autocrático-burguesa no Brasil.

É importante observar que a consolidação da “dominação burguesa” no Brasil significou a diminuição no espaço político e econômico da própria burguesia brasileira e, ao mesmo tempo, a inserção do capitalismo monopolista nas entranhas da vida econômica, política, cultural e social do país.

[...] Os governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada) vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, de saúde pública ou hospitalares etc. A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é a subida do poder de decisão e de controle das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas. [...]” (FERNANDES, 1976, p. xx)

Para analisar esse novo padrão de desenvolvimento e sua articulação com a estrutura política da autocracia burguesa no Brasil, Florestan Fernandes (1975, p. 18) elabora o conceito de “imperialismo total” como uma modalidade distinta de dominação externa dos países imperialistas a partir de dentro dos países periféricos,

[...] em todos os níveis de ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. [...]

De acordo com Florestan Fernandes (1975, p. 19), o “imperialismo total” somente é possível devido a “[...] falta de requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. [...]”. Essa nova modalidade de dominação externa implicou na articulação de quatro aspectos: 1) acumulação de capital monopolista; 2) intensificação dos antagonismos sociais do regime de classes; 3) a capitalização da cultura; 4) a estrutura política da autocracia burguesa no Estado brasileiro.

A ditadura civil-militar no Brasil significou a aceleração da história brasileira rumo ao imperialismo total, realizando reformas e transformações capitalistas para a irrupção do capitalismo monopolista dependente no Brasil; cita-se: a) integração nacional do mercado interno a partir das necessidades e interesses das grandes corporações multinacionais; b) expansão nacional das políticas públicas do Estado brasileiro; c) reformas tributárias e fiscais que facilitaram a entrada das grandes corporações e a drenagem do excedente econômico para fora do país; d) reformas nas áreas de saúde, educação e legislação trabalhista; e) reforma da segurança nacional, a militarização da segurança civil no Brasil.

3.2. A “estrutura política da autocracia burguesa” no Estado brasileiro

No período da ditadura civil-militar, as “transformações capitalistas” colocaram novos agentes econômicos na dinâmica da acumulação do capital monopolista no país e seus representantes políticos no interior do Estado brasileiro. De acordo com Florestan Fernandes, o golpe civil-militar de 1964 modificou estruturalmente a vida econômica, política e social do país. Surgiram novas estruturas e conexões da vida societária brasileira com os países imperialistas. Dentre as transformações, cabe destacar, principalmente pela relevância que o Estado moderno ocupa na totalidade da sociedade brasileira, a emergência de uma nova estrutura política no interior desse Estado.

Segundo Florestan Fernandes (2011, p. 166), trata-se da síntese de uma “aliança de classes possuidoras dotadas de força desigual”, na qual cabe a cada uma delas um lugar e um papel distinto no poder político do Estado. As “multinacionais, a burguesia financeira e a grande indústria” determinavam os rumos e o conteúdo das políticas econômicas do Estado e suas reformas correspondentes. “[...] os grandes tecnocratas civis ou militares e os grandes eleitores do regime [...]” ocupavam o lugar

estratégico para efetivar as medidas exigidas pelo grande capital. Por último, as forças intermediárias que sofriam com as consequências do processo de centralização de capitais, a diminuição dos seus interesses econômicos e o distanciamento diante da alta burguesia; estamos nos referindo aos setores da pequena burguesia, as classes médias tradicionais, o agronegócio ou agroindústria, o comércio agrário etc. Essa composição material da autocracia burguesa se objetiva em um conjunto de conflitos, negociações e submissão ao grande capital monopolista; porém, em uma constante instabilidade política e social no país.

A partir dessa materialidade da autocracia burguesa, o Estado brasileiro forjou nessa nova modalidade política uma “estrutura sincrética” com “diversas facetas”. Florestan Fernandes (1976, p. 166-167) apresenta a “faceta democrática” na participação restrita dessas classes, na qual minimamente o contraditório e o conflito podem existir, ou seja, uma renovação da democracia restrita. A “faceta autoritária” que garante o direcionamento da política do Estado brasileiro para priorizar e garantir a acumulação do capital monopolista e a drenagem dos lucros para fora do país. Em resumo, trata-se de um direcionamento inegociável. E, por último, a “faceta fascista” para estabelecer o “despotismo de classe” como elemento fundamental para o “equilíbrio político”, ou seja, mecanismos institucionais e legalmente ritualizados que garantem esse “equilíbrio político”.

Cabe, neste momento, sublinhar a “faceta democrática” no período da ditadura civil-militar no Brasil. Trata-se de um espaço político restrito para a integração e dinamização dos conflitos e convergências das forças desiguais das classes dominantes. Mas esse espaço político não se levantou como uma barreira para o direcionamento autoritário do Estado brasileiro, isto é, aos interesses do capital monopolista. Ao contrário, a negociação e cooptação dos divergentes elabora uma nova modalidade de democracia restrita: a “democracia de cooptação”. A “democracia de cooptação” é o convencimento e negociação para que grupos divergentes e/ou conflito com o direcionamento político e econômico do Estado possam adquirir vantagens parciais e legitimar o sistema político vigente. Essa nova modalidade de democracia restrita se tornou uma das facetas que permitiu a consolidação da autocracia burguesa na estrutura política do Estado brasileiro. A “democracia de cooptação” foi a mediação necessária para a transição democrática nos anos de 1980, assim como base política para resolução dos conflitos e antagonismos nos anos de 1990.

Nesse sentido, a análise de Florestan Fernandes sobre o significado histórico-social do golpe civil-militar de 1964 aponta para a continuidade de sua estrutura política e econômica na abertura democrática nos anos de 1980. O que impõe a reflexão e análise das alternativas históricas para a sociedade brasileira no jogo “democrático de cooptação”, desde a formação dos partidos, o processo eleitoral até o funcionamento dos três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo). A institucionalização da autocracia burguesa, por via da democracia de cooptação, coloca a questão das possibilidades objetivas de barrar ou resistir as ofensivas do capital monopolista no Brasil.

A refundação da economia brasileira pelo capital monopolista colocou o país em um abismo social diante da fragilidade e vinculação orgânica com as leis tendenciais da acumulação de capital monopolista. Florestan Fernandes, em uma entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura, no dia 05 de dezembro de 1994, afirma que o modelo de desenvolvimento econômico que estava sendo implantado no Brasil aprofundaria o abismo que já nos encontrávamos, posto que esse novo modelo econômico não pretendia implantar no país os avanços tecnológicos e industriais dos países imperialistas, ao contrário, tratava-se de um regressividade da economia brasileira, por isso elabora a seguinte tese: “os países da periferia vão ter o seu papel redefinido. Eles não vão ser só dependentes: eles vão ter nexos neocoloniais; vai haver uma interação dialética entre dependência e nexos neocoloniais que vão sufocar a capacidade produtiva original dos países.” Concluimos este capítulo com essas previsões de Florestan Fernandes como um convite para a reflexão, estudo e contribuições para o presente e futuro, futuro presente.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, L. **Florestan Fernandes: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1976

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976a.

FERNANDES, F. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. In: CHASIN, José. **Nova escrita ensaio**, São Paulo, Ano IV, N.º 8, p. 9-40, dez. 1980.

FERNANDES, F. **Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual**. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERNANDES, F. **Entrevista Florestan Fernandes**. Roda Viva. Disponível em: <<[youtube.com/watch?v=MQE35fx55IU](https://www.youtube.com/watch?v=MQE35fx55IU)>>, 06 nov 2023.

FERNANDES, F. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos**, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAPÍTULO IV

A VITÓRIA DA DIALÉTICA: A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE LEANDRO KONDER

Fernando Gaudereto Lamas³⁵

1. INTRODUÇÃO

O ato de filosofar implica, obrigatoriamente, na ação de refletir criticamente a respeito de um determinado tema. A forma como tal reflexão vai se desenvolver vai depender de uma série de fatores que vão desde o contexto que a envolve até a escola de pensamento a qual o pensador em questão se filia. Para aqueles que vivem em lugares cujas realidades sociais, políticas e econômicas ainda se encontram em construção e que tal fato pode, invariavelmente, significar riscos (à vida, à profissão, à família, entre outros), como ocorrem em países periféricos como o Brasil, o ato de filosofar, ou seja de pensar criticamente a realidade circundante, é sinônimo de coragem.

Dentro da perspectiva apresentada, a trajetória de Leandro Konder, de advogado de sindicatos perseguido e proibido de atuar no país após o Golpe Civil-Militar-Empresarial de 1964 até o professor dos departamentos de História e Educação das Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), respectivamente, foi marcada pela coragem intelectual e política. A intenção deste texto é justamente analisar a coragem intelectual de Leandro Konder, levando em consideração sua contribuição para o pensamento social brasileiro, especialmente no campo do marxismo e das ideias socialistas.

Para atingirmos nosso intento, passaremos pelos anos de formação (familiar e intelectual, que no caso de Leandro Konder se misturam), para depois ingressarmos

³⁵ Doutor em História (UFF) e professor do Colégio de Aplicação da UFJF.

em seu mergulho na Filosofia a partir do Golpe civil-militar-empresarial e de seu contínuo desenvolvimento, sempre dentro da filosofia da práxis.

2. OS ANOS DE FORMAÇÃO

Nascido em Petrópolis (três de janeiro de 1936), Leandro Konder se formou em Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1958, mas desde muito cedo (15 anos) se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que o conduziu, mesmo dentro do Direito, à defesa das causas sociais e trabalhistas. A década de 1950, momento em que se formou em Direito, foi um período de grande efervescência política em todo o Brasil. O fim da Ditadura do Estado Novo (1937-1945) associado ao rápido crescimento econômico jogou o país em um cenário de grandes disputas políticas e sociais que foram agudizadas pelo contexto internacional da Guerra Fria entre as duas superpotências da época, Estados Unidos e União Soviética.

Por influência do pai, Valério Konder (que ainda estudante de medicina abraçou o comunismo), Leandro Konder pôde tomar contato com o marxismo sem, contudo, tornar-se um materialista vulgar, tendo acesso a uma literatura marxista não dogmática, como, por exemplo, a obra do pensador húngaro Georgy Lukács, em particular *La signification presente du realisme critique*, que seu pai lhe deu em 1959.³⁶ Esse contato inicial com a obra de Lukács foi importante tanto para a formação intelectual de Konder, como ele mesmo reconhece, como também para a futura elevação do nível do debate sobre o marxismo no Brasil, do qual o próprio Konder foi um dos atores principais.

É importante salientar que o contexto nacional e internacional em que Konder toma contato com a obra de Lukács e passa então a difundir-la no Brasil foi marcado pelo aprofundamento da Guerra Fria e pela conseqüente tensão política entre as vertentes de direita e de esquerda, mas ao mesmo tempo por um otimismo, na América Latina, com as possibilidades abertas pelo modelo de substituição de importações pensado pela Cepal. Como destacou Vânia Lousada, esse modelo já vinha sendo aplicado desde o período Vargas, mais precisamente durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945). O objetivo era passar a fazer os produtos

³⁶ Leandro Konder: trajetória crítica. Margem Esquerda entrevista. In: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/13/leandro-konder/> acessado em 06 de fevereiro de 2023 às 15:42.

industrializados dentro do país em vez de importá-los e, para tanto, a opção, especialmente durante o período de Juscelino Kubitscheck, foi atraindo indústrias estrangeiras para se instalarem no país (LOUSADA, 2003, p. 161).

A década de 1950 e os anos iniciais da década seguinte marcaram indelevelmente a geração de Konder, na medida em que esse período representou a crença na possibilidade de desenvolvimento econômico e social, tanto para aqueles situados nos diferentes espectros da esquerda quanto para os que se colocam à direita. Enquanto os primeiros, liderados pelo PCB, acreditavam que o desenvolvimento capitalista no Brasil ampliaria o proletariado e conseqüentemente reforçaria a luta de classes entre burguesia e proletariado, os conservadores e liberais acreditavam que o pleno desenvolvimento capitalista brasileiro proporcionaria crescimento econômico suficiente para colocar fim ao atraso das elites agrárias e inserir o país no rol dos países industrializados.

A década de 1950 também ficou marcada pela ampliação e fortalecimento dos sindicatos e das lutas em favor de melhores salários, melhores condições de trabalho e contra a carestia em todo o Brasil e, nesse caso, o PCB teve um papel crucial ao lado do PTB com quem em alguns momentos disputava posições na liderança sindical e em outros momentos se aliava. A respeito da questão sindical nesse momento, Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva assinalaram que “o fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista” (NEGRO & SILVA, 2003, p. 87).

No campo político partidário, o PCB viu sua influência diminuir sistematicamente após o retorno à clandestinidade imposto por Dutra em 1947 e mantido pelos governos seguintes. Mesmo fora do jogo eleitoral, a década de 1950 foi marcada por tensões políticas muito significativas, das quais o PCB e seus militantes não poderiam ficar de fora. Desde a tentativa, da direita, de montar um foco de sedição contra o governo eleito em 1956³⁷ (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 412) até as guerrilhas de Trombas e Formoso organizadas pelo próprio PCB em

³⁷ Caio Prado Júnior, em texto publicado na Revista Brasiliense, analisou a anistia aos golpistas mencionados como resultado das tensões que tipificavam a Guerra Fria dentro e fora do país. Nesse sentido, a anistia possuía um nítido caráter político, ou seja, manter a estabilidade do governo a todo custo. Cf. PRADO JÚNIOR. O sentido da anistia ampla. In: (SANTOS, 2007, p. 183).

meados da década de 1950 (OLIVEIRA, 1989, pp. 22-23), passando evidentemente pela atuação junto aos sindicatos, o PCB se manteve ativo, apesar de clandestino.

Assim que se formou em Direito, portanto, Leandro Konder encontrou um país em polvorosa, discutindo política nas ruas, tentando golpes de Estado, na surdina ou às claras, pensando em revolução, na surdina ou às claras. Era um momento de transformação e o recém-formado advogado foi trabalhar com os sindicatos na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, mesmo enquanto esteve envolvido com a atividade advocatícia junto aos sindicatos, Konder não deixou de lado as reflexões filosóficas, publicando artigos no jornal *Novos Rumos* (NETTO, 2009, p. 12), órgão oficial do PCB.

O aparecimento do semanário *Novos Rumos* foi fruto de uma série de debates relevantes dentro do PCB. Segundo Jorge Ferreira, “entre 1954 e 1958, o PCB viveu três experiências importantes em sua história: o impacto do suicídio de Vargas, o desenvolvimentismo do governo Kubitschek e os debates provenientes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)” (FERREIRA, 2011, p. 2). Em outros termos, o momento em que Leandro Konder passou a atuar politicamente (junto aos sindicatos) e a refletir em artigos (como no caso do semanário *Novos Rumos*) fazia parte de uma fase histórica rica em transformações, mas também rica em tensões políticas e sociais, tal como costuma ocorrer nesses momentos.

Um de seus primeiros artigos no semanário *Novos Rumos* foi sobre o escritor Mário de Andrade e sobre sua posição política. Konder mostrou em um artigo a relação entre arte e política, indicando que mesmo figuras de relevo para o país, como Mário de Andrade, poderiam escorregar em cascas de bananas fascistas, desde que reconhecessem o erro, tal como Mário de Andrade fez e Konder reconheceu.³⁸ Este artigo também mostra que desde o início de sua produção intelectual, Konder demonstrou uma profunda preocupação com a relação entre arte e política. Tal preocupação aparecerá em obras como “Kafka: vida e obra”, quando destaca que “embora se apresente de maneira diferente, o mundo representado nas obras de Kafka é o nosso mundo. E os problemas de Kafka e seus personagens são os nossos problemas” (KONDER, 1974, p.200)

Além do semanário *Novos Rumos*, Leandro Konder, na condição de membro do PCB, publicou e fez parte do conselho editorial da *Revista Estudos Sociais*, que foi classificada por José Paulo Netto como um “relevante empreendimento teórico do

³⁸ KONDER, Leandro. Lição de Mário de Andrade. In: *Novos Rumos* 1960, p. 4. In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=122831&pagfis=641>

PCB” (NETTO, 2009, p. 12). Segundo o próprio Leandro Konder, foi na condição de membro do conselho editorial da Revista Estudos Sociais que ele travou conhecimento com Carlos Nelson Coutinho,³⁹ figura que seria de importância ímpar para sua trajetória intelectual.

A participação mais ativa de Leandro Konder em periódicos oficiais do partido, tais como Novos Rumos e Estudos Sociais, deve ser entendida como parte de um movimento de renovação da direção do partido iniciado ainda nos anos 1950, mas que teve seu ápice na década de 1970 e que ficou conhecido como “renovadores”. Tal expressão é “utilizada por representar o propósito que tinham os intelectuais aqui pesquisados, ou seja, o de uma ‘renovação democrática’ do partido e da sociedade”. Dentre os princípios que norteavam a renovação proposta por esses intelectuais dos quais fazia parte Leandro Konder, destacava-se a democracia como valor universal (LIMA, 2013, p. 1).

Encarar a democracia como um valor universal e não como uma questão tática foi uma ruptura significativa do grupo dos “renovadores” do PCB em relação ao passado, não muito distante deles, especialmente em relação às táticas, na medida em que ficava pra trás a ideia de revolução armada e entrava em voga a ideia de construir uma hegemonia baseada nos “movimentos organizados das classes subalternas no Brasil, tendo o movimento operário e o PCB como atores decisivos nesse processo” (LIMA, 2010, p. 4). É importante frisar que tal rompimento com a postura e a política inicial do PCB não era uma questão simples. Anita Leocádia Prestes, analisando o momento vivido pelo PCB após o XX Congresso do PCUS, frisou que:

(...) o desencanto com o PCUS e a liderança de Stálin e, de maneira geral, com a União Soviética e com o socialismo real, então existente no leste europeu, foi uma das causas mais importantes da crise que viria abalar as convicções revolucionárias de inúmeros dirigentes e militantes do partido (PRESTES, 2015, p. 313).

É preciso compreender que, apesar do PCB não ter uma origem tão ortodoxa quanto se esperaria de um partido ligado à Internacional Comunista, o impacto das revelações dos crimes cometidos por Stálin foi muito forte.

³⁹Leandro Konder: trajetória crítica | Margem Esquerda Entrevista
<https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/13/leandro-konder/> acessado em 06 de fevereiro de 2023 às 15:42.

Em outros termos, a formação intelectual e política de Leandro Konder se deu tanto por influência paterna quanto pelos embates em que se envolveu ao longo da década de 1950. Foi justamente essa pluralidade proporcionada pelos embates políticos que proporcionou a diversidade de temas que Leandro Konder tratou ao longo de sua vida acadêmica. A abertura que Leandro Konder manteve ao longo de sua trajetória acadêmica foi forjada em sua luta política e no sentido que ela possuía, ou seja, a renovação da democracia sob um viés democrático.

O Golpe Civil-Militar-Empresarial de 1964 colocou um termo aos debates e à realidade política na qual o jovem Leandro Konder vivia e com a qual se debatia. A proibição de atuar como advogado dos sindicatos, fruto das intervenções imediatas do governo golpista de Castelo Branco, tendo à frente do Ministério do Trabalho Arnaldo Sussekind, que pouco após assumir:

(...) poria em marcha as principais linhas de ação que marcariam a sua gestão: as intervenções e prisões de sindicalistas, o expurgo de funcionários públicos, a execução da política de arrocho salarial, o fracionamento do 13º salário e a aprovação da lei de greve (NAGASAVA, 2018, p. 541)

Logo, apenas seis anos após se formar em Direito e iniciar seu trabalho junto aos sindicatos, Leandro Konder viu as portas se fecharem para ele. Contudo, novas oportunidades começaram a aparecer e o jovem advogado e intelectual não deu as costas para a fortuna.

3. DA LUTA POLÍTICA À UNIVERSIDADE

A impossibilidade de exercer o trabalho que inicialmente o havia atraído, isto é, atuar como advogado sindical, não significou o fim para Leandro Konder. Como assinalado anteriormente, ele já estava escrevendo para órgãos oficiais do PCB e, dessa forma já se encontrava burilando o talento da escrita e do debate acadêmico.

Contudo, esse caminho não se apresentou sem duros obstáculos. Entre 1964 e 1968, Leandro Konder que já havia publicado algumas obras como, *Marxismo e alienação*, *Os marxistas e a arte*, e duas obras na coleção Vida e Obra da editora carioca José Álvaro, a saber “Kafka” e “Marx”, foi preso e torturado (NETTO, 2009, p. 14). Segundo o próprio Leandro Konder, ele foi preso mais de uma vez durante a ditadura, porém nem sempre sofreu tortura, pois nesses momentos ele foi chamado a

depor como testemunha. Contudo, quando a condição mudou ele foi torturado para entregar nomes do PCB. Segundo suas palavras “mesmo se eu enlouquecesse com os choques elétricos, mesmo louco eu não poderia entregar nada, né?”.⁴⁰

O exílio na Alemanha, a partir de 1972, durou três anos, segundo o próprio Konder. Em suas palavras “eu fui absolvido, mas como estava trabalhando não dava para voltar de repente e fiquei mais três anos fora”.⁴¹ O acúmulo teórico conquistado na estadia alemã proporcionou, segundo o próprio Leandro Konder, as seguintes obras: *O que é dialética*; *Barão de Itararé: um humorista da democracia*; *O marxismo na batalha das ideias*; *A derrota da dialética* (sua tese de doutorado); *Walter Benjamin. O marxismo da melancolia*.⁴²

É importante perceber que o período passado na Europa (primeiro Alemanha e depois França) apenas aprofundou um gosto literário que já era eclético. As obras de Leandro Konder vão desde a Filosofia até a História das Ideias, passando também pela História do Socialismo. De todo modo, o que marca todas as obras de Konder é a presença do Marxismo, compreendido não como uma ortodoxia fechada e esquematizada, tal como o definia a política stalinista, mas como uma obra aberta, reflexiva e crítica, da maneira que Marx havia pensado. É dentro dessa perspectiva que devemos entender a contribuição da obra de Leandro Konder para o pensamento social brasileiro como uma obra sempre aberta às indagações e às contribuições de diversas áreas, mas também sempre atenta à crítica social, elemento fundamental de suas reflexões.

Maria Orlanda Pinassi resumiu bem quando escreveu as seguintes palavras: “a obra de Leandro Konder se destaca pela rica diversidade de temas que, ao longo de mais de trinta anos de atividade ininterrupta, desenvolve com a mais alta expressão da honestidade intelectual” (2002, p.12). Essa multiplicidade de interesses possibilitou a Leandro Konder enxergar questões que muitas vezes passaram despercebidas aos olhos dos demais membros da esquerda. Em uma entrevista datada de 1999, Konder alertou para o fato de que o perigo representado pelo fascismo, apesar deste não

⁴⁰ Entrevista com Leandro Konder – “Precisamos recuperar a garra do velho Marx” <https://nucleopiratinga.org.br/entrevista-com-leandro-konder-precisamos-recuperar-a-garra-do-velho-marx-2/> acessado em 01 de abril de 2023 às 23:20.

⁴¹ Leandro Konder: trajetória crítica | Margem Esquerda Entrevista [https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/13/leandro-konder/acessado em 01 de abril de 2023 às 20:35.](https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/13/leandro-konder/acessado%20em%2001%20de%20abril%20de%202023%20às%2020:35)

⁴² Leandro Konder: trajetória crítica | Margem Esquerda Entrevista [https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/13/leandro-konder/acessado em 01 de abril de 2023 às 20:35.](https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/13/leandro-konder/acessado%20em%2001%20de%20abril%20de%202023%20às%2020:35)

existir mais em sua forma mais clássica, ou seja o nazifascismo de Hitler e Mussolini, ainda encontrava-se presente com características diferentes. Nas palavras do filósofo:

O que temos hoje não é fascismo, mas é algo profundamente doente, menos drástico na sua aparência imediata, mas por isso mesmo talvez até mais sutil e perigoso. Porque começa a contar com um certo consenso passivo, uma certa aceitação, por parte de amplos setores, deste processo de liquidação ou sufoco das liberdades. Uma reação contra esse processo é mais difícil. Temos que mobilizar setores que se mostram surdos às nossas denúncias, porque são seduzidos e iludidos pela aparência imediata das instituições liberais.⁴³

É importante perceber que a entrevista foi dada em 1999, momento em que ninguém no país percebia a possibilidade de um retorno do fascismo ou de algo semelhante à política nacional. Na mesma entrevista, Konder afirmou que essas críticas às liberdades baseiam-se em percepções frágeis sobre o passado, ou seja:

Não são necessariamente formas de oposição progressista ao processo de globalização. Muitas vezes são expressões impregnadas de conservadorismo, que têm a ver com o passado e não com o futuro. Expressões de um certo saudosismo, de uma sobrevivência nostálgica de velhos valores. Mas, de qualquer maneira, compõem um quadro muito tenso, que aparece, por exemplo, em conflitos religiosos e étnicos, nos quais o conteúdo político é submetido a formas mais ou menos arcaicas.⁴⁴

Essa entrevista já mostrava que a leitura que Leandro Konder fazia da sociedade brasileira baseava-se em uma análise cultural sustentada pelo viés marxista. O fato de Konder analisar o Brasil a partir de uma perspectiva cultural não é novidade, na medida em que ele sempre soube ler a sociedade por meio das obras literárias e soube também trazer essa leitura ao público, como fez em relação à Brecht (*A poesia de Brecht e a História*) e à Balzac (*As artes da palavra*). Foi justamente essa sensibilidade de ler autores variados de forma atual que possibilitou à Leandro Konder trazer à tona análises relevantes para a política e a para a sociedade brasileiras.

Essa perspectiva de análise diferenciava Leandro Konder dos marxistas mais antigos, uma vez que o foco principal de sua análise era o elemento cultural e não as questões de base econômica. Evidentemente, as questões econômicas e sociais não eram deixadas de lado, mas ficavam em um pano de fundo e não saltavam à frente

⁴³Entrevista para Teoria e Debate Leandro Konder Abril de 1999 <https://www.marxists.org/portugues/konder/1999/04/40.htm> acessado em 09 de abril de 2023 às 00:05

⁴⁴Entrevista para Teoria e Debate Leandro Konder Abril de 1999 <https://www.marxists.org/portugues/konder/1999/04/40.htm> acessado em 09 de abril de 2023 às 00:48.

dos elementos culturais. Procedendo dessa forma, Konder proporcionava ao leitor uma compreensão do fenômeno cultural (literário, filosófico, etc.) dentro de suas expressões próprias, mas sem deixar jamais de enquadrá-lo dentro de seus limites sociais.

O retorno ao Brasil, no final dos anos 1970, mais precisamente em 1978, trouxe uma nova perspectiva para Leandro Konder, a saber a vida acadêmica iniciada em 1982 no Instituto Metodista Bennett, passando pela Universidade Federal Fluminense em 1984, em concurso para o departamento de História, e, desde 1985 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no departamento de Educação (NETTO, 2009, p. 20). É justamente nesse momento que Leandro Konder volta ao debate público nacional, tanto com publicações, como as destacadas anteriormente, quanto em jornais, assim como também nos debates de natureza especificamente acadêmica, no qual se manteve ao longo dos anos 1990, apesar do diagnóstico de Parkinson. A doença, apesar de dura, como todas as demências, não retirou de Leandro Konder a participação no debate nacional ao longo dos anos 1990. Konder, mesmo não lecionando mais, manteve-se ativo na imprensa, apesar do avanço gradativo e inexorável da doença.

Apesar do relativo pouco tempo presente no meio acadêmico, Leandro Konder trouxe uma importante contribuição para o marxismo que será tratada no próximo tópico, uma vez que Leandro Konder foi um dos pioneiros no Brasil, e até mesmo fora, em tratar determinados temas essenciais para o marxismo, na medida em que o pensamento de Konder sempre primou por uma originalidade na forma de encarar o marxismo. Novamente, é a coragem o termo que utilizamos para compreender a maneira como Konder assimilou, refletiu e produziu seus trabalhos acerca do marxismo.

4. A REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O MARXISMO

Como destacado anteriormente, Leandro Konder não iniciou-se como um autor marxista, mas como um advogado atuante politicamente nas causas sindicais. Tal fato é de suma importância para compreendermos o marxismo de Konder, ou seja, o fato de que ele não foi um marxista acadêmico, mas que, em função de sua precoce filiação ao PCB, desde muito cedo entendeu o marxismo como uma ação política, o

que não o impediu de perceber as questões de carácter teóricos que estavam — e ainda estão — presentes no marxismo.

É dentro dessa perspectiva que devemos entender a primeira obra de Leandro Konder, *Marxismo e alienação*, publicada ainda em 1965, pouco após o Golpe Civil-Militar-Empresarial, em um momento — quiçá um dos últimos — em que ainda havia um suspiro de liberdade no país. Uma reflexão acerca do conceito de alienação em Marx produzido justamente no momento político mais agudo do país mostra, não somente conhecimento filosófico, como também e, talvez principalmente, uma perspicácia política muito grande.

José Paulo Netto, em uma apresentação da supracitada obra de Konder, destaca que ela foi pioneira no trato da questão da alienação no Brasil em sua estrita concepção marxista (NETTO, 2099, p. 17). A obra inova também ao apresentar a forma como o conceito marxiano foi absorvido e tratado por outros pensadores de diferente correntes marxistas e como este chegou ao Brasil e como foi tratado pelos marxistas brasileiros, trazendo uma relevante reflexão sobre o golpe civil militar de 1964 e a necessidade que as esquerdas, especialmente aquelas filiadas ao marxismo, tinham de fazer uma autocrítica sobre a leitura que se fazia sobre a realidade brasileira. Nesse sentido, a obra é não somente uma apresentação do conceito em termos marxistas, como também uma exposição crítica das interpretações e dos usos do conceito.

Dentro dessa perspectiva, Konder se apresenta para o cenário filosófico nacional como como um pensador da cultura, na medida em que sua opção interpretativa foi pelo uso cultural do conceito alienação. É preciso destacar que, ao buscar refletir sobre o conceito de alienação, Konder se descolou dos demais marxistas brasileiros, na medida em que ele buscou realizar uma empreitada intelectual até então inédita em território nacional. Os marxistas brasileiros, com raras exceções, possuíam um conhecimento muito rudimentar dos textos de Karl Marx e Friedrich Engels. A década de 1950 presenciou a formação do “grupo do Capital”, no âmbito da USP; esse grupo, formado por intelectuais de distintas formações, buscou ler o Capital a partir de uma leitura metódica, pois percebiam que as leituras feitas por aqui até então estavam mediadas por questões políticas e ideológicas que obliteravam um conhecimento mais aprofundado do pensamento de Marx.

Konder, apesar de não ter feito parte do supracitado grupo, atuou no sentido de renovar a leitura sobre Marx e os marxismos na medida em que buscou sempre

uma leitura política, dada sua militância desde a juventude, sem contudo se prender aos dogmatismos que tipificavam o partido.⁴⁵ Em comparação com o “grupo do Capital”, que pretendia fazer uma leitura metódica da obra máxima de Karl Marx sem se envolver com a política, ou, dito de outro modo, sem se “contaminar” pela visão política da época, Leandro Konder traz à tona uma necessária leitura política da obra de Marx, na medida em que é inseparável, inclusive para o própria Marx, a relação entre estudo metódico e leitura política da realidade circundante.

Ao longo da década de 1990, Leandro Konder não deixou de analisar a dura realidade que se apresentou para os marxistas com o mesmo olhar investigativo e com a mesma lucidez que marcou seu pensamento em outros momentos. Nesse cenário, três obras são relevantes, a saber: *Intelectuais brasileiros e marxismo*, de 1991; *O futuro da filosofia da práxis*, de 1992 e *Fourier, o socialismo do prazer*, de 1998. Na primeira, composta por pequenos artigos que traçam a relação de alguns intelectuais brasileiros de diferentes áreas (historiadores, críticos literários, escritores e filósofos) com o marxismo, publicados originalmente no jornal Tribuna da Imprensa, o autor buscou mostrar como os intelectuais brasileiros analisados se relacionaram de maneira livre com o texto de Marx, lendo-o sem os dogmatismos e entendendo a obra marxiana como uma obra aberta. Em outros termos, Konder analisa a obra desses intelectuais (muitos deles seus contemporâneos) de maneira honesta, desinteressada e respeitosa, sem as ciúmeiras que normalmente aparecem no meio acadêmico.

Em *O futuro da filosofia da práxis*, Konder reflete sobre a crise do marxismo, que na década de 1990 parecia fadado a desaparecer como um fóssil intelectual, juntamente aos escombros do Socialismo Real. Apesar de reconhecer que o pensamento de Marx esteve irremediavelmente ligado às questões do século XX e, por isso, sua presença foi tão forte nesse século, Konder se pergunta como Marx pode se tornar um pensador do século XXI. Evidentemente, o autor não tinha uma resposta pronta, mas partindo das premissas que tipificavam o pensamento de Marx, ou seja,

⁴⁵ Aqui cabe um parênteses, pois apesar de não termos tempo e nem espaço suficiente para nos aprofundarmos nas peculiaridades da formação intelectual dos membros do PCB, frisamos, em consonância com Michel Zaidan Filho, que o Partido Comunista Brasileiro, desde seus primórdios na década de 1920 e em função da origem de seus fundadores, nunca foi tão marcadamente influenciado pela direção imposta pela Internacional Comunista aos demais PCs, em particular na Ásia e na América Latina. Nesse sentido, Zaidan Filho destaca que o paradigma que norteou os comunistas brasileiros consubstanciou-se “naquilo que foi designado como ‘revolução democrático-burguesa’, uma teoria sem similar, não há dúvida, no arsenal estratégico da III Internacional” (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 138).

a práxis, deduz que “o futuro da filosofia da práxis dependerá, com certeza, tanto de sua capacidade de auto-renovação teórica como da eficácia da sua presença na ação política” (KONDER, 1992, P. 132).

Já na obra *Fourier, o socialismo do prazer*, Konder aponta para uma possível renovação teórica da filosofia da práxis, que ele havia analisado na obra anterior, na medida em que estabelece uma releitura crítica de Fourier, trazendo um novo olhar para questões antigas, como, por exemplo, o amor livre. Leandro Konder percebe que o resgate de Fourier pode trazer grandes e profícuas contribuições para o pensamento e a prática da esquerda, na medida em que ele incorpora uma forte e necessária crítica ao patriarcado, pois como disse Konder, “nenhum filósofo antes dele havia denunciado com tanta nitidez e com tanto vigor o sistema criado pela civilização para inculcar nas mulheres um espírito de docilidade e obediência” (KONDER, 1998, p. 68). Nesse sentido, questões que haviam ficado relegadas ao esquecimento pelo pensamento marxista ao longo do século XX, ou pelo menos percebidas como pouco importantes frente às questões de classe, são levantadas por Konder como questões relevantes para o século XXI, a partir de uma leitura atualizada da obra de Charles Fourier.

5. CONCLUSÃO

É difícil pensarmos em uma conclusão para o pensamento de um autor que se encontra ainda em seus primórdios no que se refere a estudos sobre ele. A vida e a obra de Leandro Konder ainda precisam ser analisadas de maneira mais detida, uma vez que seus vários aspectos (político, militante, intelectual, pessoal e acadêmico) ainda não foram esgotados pelos poucos estudos existentes.

O que pretendemos mostrar neste artigo é que a obra e o pensamento de Leandro Konder trouxeram uma contribuição ímpar para o desenvolvimento do marxismo em território nacional. Desde suas pesquisas sobre a recepção do pensamento de Marx, como *A derrota da dialética*, até seus estudos mais recentes sobre Charles Fourier, passando, evidentemente, por suas análises sobre Walter Benjamin, Lukacs e Helgel, trouxeram à tona uma possibilidade de debate acadêmico inexistente até então.

A variedade de temas tratados por Konder, indo da Filosofia à Literatura, passando pela História das Idéias, mostra-nos o quão rico foi seu pensar e o quanto

ainda nos falta para analisarmos seus desenvolvimentos, suas nuances e seus alcances. Justamente por isso, esta não é uma simples conclusão; é apenas uma pausa reflexiva para futuros aprofundamentos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, J. O PCB e seus jornais. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** • São Paulo, julho 2011.

KONDER, L. **Intelectuais brasileiros & marxismo**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.

KONDER, L. **Kafka: vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1974.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

KONDER, L. **Fourier, o socialismo do prazer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KONDER, L. **Histórias das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KONDER, L. **Marxismo e alienação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, L. **A derrota da dialética**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

DE LIMA, R. R. A. Os intelectuais renovadores: o projeto político do PCB (1975-1982). **Revista Múltipla (UPIS)**, v. 23, p. 75-92, 2010.

DE LIMA, R. R. A. A tendência renovadora do PCB: atuação e programa político (1970-1983). In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 22-26 de julho de 2013. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In:

LOUSADA, V. Os anos JK: desenvolvimento industrial e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucila de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano vol. 3: O tempo da experiência democrática (da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

NAGASAVA, H. “Todos são culpados até que se prove o contrário”. As intervenções sindicais no governo Castelo Branco. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 537-559, mai/ago 2018.

NEGRO, A. L. & DA SILVA, F. T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucila de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano vol. 3: O tempo da experiência democrática (da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

NETTO, J. P. Um livro que resistiu à passagem do tempo. In: KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

DE OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989.

PINASSI, M. O. (org.). **Leandro Konder**: a revanche da dialética. São Paulo: EDUNESP, 2002.

SANTOS, R. (org.) **Caio Prado Júnior**: dissertações sobre a revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SCHWARCZ, L. M. & STARLING, E. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ZAIDAN FILHO, M. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

CAPÍTULO V

TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES DE RUY MAURO MARINI PARA A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE E LATINO-AMERICANA

Anderson Martins Silva⁴⁶

Ednéia Alves de Oliveira⁴⁷

Gustavo Giovanni dos Reis Apóstolos⁴⁸

1. INTRODUÇÃO

O texto que ora apresentamos ao leitor tem como objeto fundamental traçar algumas considerações sobre a vida e a obra do estudioso marxista Ruy Mauro Marini e sua contribuição para a compreensão da formação social brasileira e a realidade latino-americana. Estamos diante de um daqueles intelectuais cada vez mais raros nesses tempos de ofensiva do capital e recuo das alternativas socialistas, cuja trajetória pessoal, teórica e política esteve marcada pela defesa aberta de uma alternativa socialista para o Brasil e a América Latina. Sua contribuição é notável, junto a Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank, para a conformação das teses acerca do capitalismo dependente que viriam a ser conhecidas como Teoria Marxista da Dependência (TMD). Apesar desse feito, em decorrência de suas considerações radicais acerca da situação brasileira nos anos 1960, nosso autor e seus companheiros de luta e estudos foram excluídos do debate brasileiro por quase 30 anos.

O “esquecimento” assinalado não foi casual, mas fruto de uma disputa teórica e política que terá em Fernando Henrique Cardoso um dos mais expressivos opositores. De acordo com Traspadini e Stédile (2022), o prestígio acadêmico que

⁴⁶ Anderson Martins Silva, graduado em Ciências Sociais pela Unesp-Marília, mestre e doutorando em Serviço Social pela UFJF, membro do Grupo de pesquisa Dynamis e bolsista Capes nível doutorado. E-mail: andersonmartinssilva1867@gmail.com.

⁴⁷ Doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora do curso de Serviço Social da UFJF. Coordenadora do Grupo de pesquisa Dynamis e Bolsista PQ-2 CNPq. E-mail: oliveira.edneia@ufjf.br

⁴⁸ Assistente Social, com graduação pela Ufop. Mestre e doutorando em Serviço Social pela UFJF. E-mail: reigustavo23@gmail.com.

gozava seu opositor proporcionou a projeção de suas ideias e restringiu aquelas de Marini e seu grupo, ficando FHC por muito tempo como o único representante da escola da dependência no Brasil, servindo como referência para muitos estudiosos sobre o tema. É nesse cenário que a dialética da dependência, um dos mais importantes textos para a compreensão da realidade latino-americana e do Brasil, ficou relegada ao ostracismo. Dadas as características assinaladas, nos limites de nossa breve exposição, consideramos adequada uma abordagem orientada no sentido de captar os entrelaçamentos entre os aspectos pessoais, teóricos e políticos que constituem a trajetória do autor em tela e a relevância e pertinência dos estudos e categorias desenvolvidas por Marini para refletirmos sobre a realidade latino-americana e, em especial, a brasileira.

2. MARINI: DOS PRIMEIROS PASSOS À TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Ruy Mauro Marini nasceu em 1932 na cidade de Barbacena, Minas Gerais e, ainda no interior de Minas, cursou o ensino público no Colégio Estadual de Barbacena, local no qual desenvolveu também seus estudos do latim por quatro anos e de língua portuguesa em sete anos, “inclusive, dois deles dedicados à literatura brasileira e portuguesa”. Como descreve o mineiro, no mesmo período também pôde apreender “inglês, francês e espanhol, além de obter uma base em matemática, história e geografia”. Apesar dos estudos ginasiais bem sucedidos, o autor não deixa de assinalar os “conhecimentos um tanto antiquados”, adquiridos no período nas áreas de física, química e biologia (MARINI, 2023, p. 2).

Anos depois, mais precisamente no início da década de 1950, Marini mudou para o Rio de Janeiro para estudar, com objetivo de ingressar no curso de medicina, na capital. Porém, ainda que o estudante estivesse se dedicando a apreensão das “ciências físicas e naturais”, conforme o marxista, as disciplinas “não eram” o seu “forte e perdiam de longe para as atrações que a cidade” lhe “oferecia em matéria de cinema, teatro, praias e boemia”. Nesse período, o jovem foi aprovado em um concurso público para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi) e também se dedicou as traduções “em geral do inglês, de matérias para jornais e agências de notícias ou de histórias em quadrinhos, revisão de textos para impressão, etc”, atividades que lhe permitiam “sem grandes apertos” a dedicação ao que mais gostava: os livros. Nas palavras do autor, os idos da década de 1950 “foram anos que

eu dediquei a completar minha formação principalmente em literatura, poesia e teatro, história e filosofia” (MARINI, 2023, p. 2).

A partir de 1953, o autor volta a se dedicar à formação acadêmica por meio do ingresso na Faculdade de Direito, na Universidade do Brasil. Foi nessa instituição que o economista teve contato com o pujante movimento estudantil por meio do histórico Centro Acadêmico Cândido de Oliveira⁴⁹ (Caco), engajando-se a seu modo no debate em torno da construção de um projeto nacional-desenvolvimentista que animava o período. Em sua memória (2023), Marini reconhece que apesar da distância que ele enquanto militante independente de esquerda mantinha em relação ao sectário movimento estudantil desenvolvimentista, aprendeu muito sobre o Brasil e o mundo com seus pares.

Com o tempo, o economista começou a constatar que a Faculdade Nacional de Direito já não oferecia os subsídios necessários para a almejada continuação de sua formação nas Ciências Humanas. Ademais, o emprego no turno diurno também criava obstáculos à sua dedicação plena aos estudos. Marini precisava encontrar uma forma de financiar e dar continuidade a sua formação. Tal oportunidade surgiu quando da criação da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac) pela Fundação Getúlio Vargas, a qual abriu concurso para todo o território nacional voltado para jovens dispostos a se dedicarem exclusivamente à Escola, oferecendo bolsas de estudo para os melhores colocados na seleção. Diante da possibilidade de sua candidatura, o economista conseguiu uma licença do seu trabalho no lapi, estudou no cursinho da Ebac e foi aprovado em primeiro lugar no concurso, atingindo o objetivo de garantir a pretendida bolsa de estudos.

Como indica o próprio autor, na Ebac se iniciava uma nova época de sua formação. Foi na Ebac, sob influência de intelectuais próximos ao desenvolvimentismo como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, do qual foi professor assistente por um período, dos franceses Julian Chacel e François Gazier — “primeiro diretor do futuro Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IEDES)” —, Marcos Almir

⁴⁹ A história do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) remonta ao ano de 1916, no qual os estudantes da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro fundaram o seu Grêmio Jurídico Literário e que viria a se tornar Centro Acadêmico nos anos seguintes. Desde o início, a entidade teve um papel importante na defesa da democracia e do direito que pode ser notado em sua participação na luta pela redemocratização em 1945, na luta pela criação do campus universitário da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro em 1956, na defesa da legalidade do governo João Goulart na crise de 1961 e também na resistência contra o golpe de 1964. Tal posicionamento frente a autocracia burguesa levou à cassação do mandato de seus diretores entre 1964 e 1965 e posteriormente, em 1969, sob a égide do AI5, ao seu fechamento.

Madeira, Marialice Pessoa, Mauro Faustino, José Rodrigues de Senna e, por fim, Benedito Silva, que Ruy Mauro Marini pode se envolver com mais intensidade e dedicação aos estudos das ciências sociais. Nas palavras do autor:

A EBAP proporcionou-me o atingimento do que eu vinha buscando, i. e., a possibilidade de iniciar-me de maneira séria no estudo das ciências sociais; já no segundo ano do curso, eu começava a atuar como professor assistente de Guerreiro Ramos, em seu curso de sociologia na Escola de Serviço Público do DASP. É natural que o diploma de Administrador que ela me daria não tivesse a meus olhos a menor importância e que, bem antes de concluir o curso, eu me preocupasse com o modo pelo qual seguir adiante. A orientação e o apoio pessoal de Guerreiro Ramos me encaminharam para a França, de cujo governo obtive bolsa de estudos, sustentado em meu pedido por Gazier e por Michel Debrun, que o substituiu. Segui para lá em setembro de 1958, a fim de cursar o Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, o badalado SciencesPo. Mas não sem, antes, fazer uma interessante experiência em pesquisa, graças a José Rodrigues de Senna, que - chefiando, então, o setor de pesquisas da Petrobrás- deu-me a oportunidade de realizar, no norte e no nordeste do Brasil, a pesquisa nacional que ele dirigia sobre as condições de vida dos trabalhadores da empresa (MARINI, 2023, p. 4).

Já na França, os dois anos de Marini foram dedicados à conclusão de sua formação intelectual. No período, o pensador teve a oportunidade de conhecer uma série de países europeus, assim como realizar contato na SciencesPo, enquanto aluno, com intelectuais como “Jean Meynaud, Maurice Duverger, Georges Balandier, René Rémond, François Duroselle, Pierre Laroque, René Dumont, André Sigfried, entre outros” e na “Sorbonne, IEDES e no Collège de France” com “Georges Gurvitch, Charles Bettelheim, Maurice Merleau-Ponty”. Nesse período, impulsionado por Jean Baby e André Amar, o autor levou a cabo pela primeira vez a “leitura de Hegel e o estudo sistemático da obra de Marx”, assim como, o aprofundamento na leitura de autores marxistas, com destaque especial para a obra de Lenin. Ainda na França, também teve lugar a constituição pelo autor de uma ampla gama de “amizades enriquecedoras com argelinos, peruanos, norte-americanos, mexicanos, dinamarqueses, marroquinos, alemães e, naturalmente, brasileiros e franceses” (MARINI, 2023, p. 4).

Como informa Marini, a época de seus estudos na França coincidiu por um lado com o “auge desenvolvimentista na América Latina e no Brasil [...] e com sua difusão na academia francesa, tendo Balandier como pontífice”. Em sua passagem pelo EbaP, nosso autor se “familiarizara” com as teses desenvolvimentistas, em especial, no período que passou como assistente de Guerreiro Ramos, no curso de sociologia da

Escola de Serviço Público do DASP “havendo inclusive assistido de perto o processo de formação do ISEB (e, antes dele, IBESP)”.

Por outro lado, a estadia do pesquisador na França também foi contemporânea do avanço da descolonização dos territórios dominados pelo imperialismo francês “mediante a derrota na Indochina e a radicalização da guerra da Argélia” que provocaram rupturas importantes no “interior dos grupos políticos e intelectuais” presentes na sociedade francesa do final dos anos 1950, as quais o brasileiro pôde acompanhar de perto, dado o convívio cotidiano com “jovens militantes argelinos, cambojanos e vietnamitas, além dos que provinham das colônias da África negra”.

Foi esse contexto de fortalecimento da perspectiva nacional-desenvolvimentista, de avanço das lutas pela descolonização do Terceiro Mundo e também da pretensão da consolidação de alguns tipos de socialismo, como no contexto da Revolução Chinesa, da Revolução Cubana e da Guerra-Fria, que, combinado com a localização privilegiada de Marini no cerne do decadente imperialismo francês do final dos anos 1950, possibilitaram ao autor chegar à seguinte conclusão acerca das teorias do desenvolvimento:

As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no após-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à CEPAL, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo (MARINI, 2023, p. 5).

O rompimento com a Cepal⁵⁰ e a crescente incorporação do marxismo pelo autor o levaram, mesmo antes do retorno da França, a travar contato com o “grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista” que publicou o artigo no qual Marini “ajustava contas com o nacional desenvolvimentismo”. Dentre os principais contatos estabelecidos pelo militante no período, destaca-se Eric Sachs, que veio a ser um grande amigo de Marini, influenciando “fortemente” as ideias do autor com sua “experiência e cultura política”.

⁵⁰ À título de informação, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada em 1948, é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Em linhas mais gerais, propõe os desenvolvimentos econômico e social dos países que integram o bloco, a partir de medidas previamente orientadas e discutidas nos seus respectivos fóruns. No entanto, o rompimento de Marini com a Cepal é especificamente teórico, tendo por premissa o fato de que o intelectual não integrou oficialmente os fóruns de discussão da Comissão, mas criticou a teoria de desenvolvimento adotada por esse organismo.

Será a partir do grupo da revista *Movimento Socialista* e de “suas principais vertentes no Rio, São Paulo e Belo Horizonte” que se “constituirá, mais adiante, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP), primeira expressão, no Brasil, da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina” (MARINI, 2023, p. 5, grifos do autor).

Marini retornou ao Brasil no início dos anos 1960, em um momento que foi marcado pelo autogolpe de Jânio Quadros, pela ascensão de João Goulart e pelo aprofundamento das tensões decorrentes do acirramento da luta de classes na América Latina e, em particular, no Brasil. Trata-se de um período no qual o autor se equilibrou entre o trabalho no lapi e a atividade política como “correspondente da noite na agência cubana de notícias *Prensa Latina*, dirigida por Aroldo Wall”, que se tornou amigo do marxista. Nesse contexto, o autor constatou com surpresa o contraste entre o desinteresse da intelectualidade e da imprensa brasileira pela Revolução cubana e a “intensa cobertura da imprensa”, assim como a “publicação de livros significativos, como o de Sartre”, observada na França. Como enfatiza o próprio autor, a “situação só se modificaria depois da tentativa de invasão norteamericana e da decorrente posição cubana, em favor do marxismo e da URSS”. Nas palavras de Marini:

A gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua- não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela - independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos 60 (MARINI, 2023, p. 5).

Os primeiros estudos relativos à Teoria Marxista da Dependência (TMD) remontam as batalhas travadas por Marini, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, no âmbito da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), na qual defendiam a “inexistência do feudalismo no Brasil”, e analisavam de maneira original a chegada do capitalismo monopolista ao Brasil com as multinacionais, apontando para o conseqüente “caráter socialista da revolução”. Na mesma época, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini “reuniram-se na Universidade de Brasília (UnB) em torno do curso de Ciência Política” e deram início, em parceria com André Gunder Frank, à elaboração dos “primeiros esboços da TMD em consonância com as teses supracitadas da Polop” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 12).

Como enfatiza Lowy, no livro *O marxismo na América Latina* (2016), no qual dedica uma seção ao debate acerca da TMD, a “nova ciência social marxista”, da qual fazia parte Marini nos anos 1960, não se limitava ao meio acadêmico e “desempenhou frequentemente um papel nos debates ideológicos e no seio da esquerda latino-americana”. No caso dos autores da “corrente mais radical da teoria da dependência, tais como Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Aníbal Quijano e Luis Vitale, a pesquisa econômica e social era explicitamente ligada a uma estratégia política” (LOWY, 2016, p. 50).

Como informa o pesquisador, Marini fazia parte do novo grupo de intelectuais marxistas latino-americanos que surgiu nos anos 1960, embalado pelos processos revolucionários da época, em particular, pela Revolução Cubana de 1959. O economista compartilhava com os autores assinalados anteriormente a “rejeição da teoria do feudalismo latino-americano⁵¹ e a caracterização da estrutura colonial histórica e da estrutura agrária presente como essencialmente capitalistas; a “crítica do conceito de uma ‘burguesia nacional progressista’ e da perspectiva de um possível desenvolvimento capitalista independente nos países latino-americanos”; a compreensão de que a derrota do populismo latino-americano “era resultado da própria natureza das formações sociais latino-americanas, sua dependência estrutural e a natureza política e social das burguesias locais”; a “descoberta da origem do atraso econômico não no feudalismo nem em obstáculos pré-capitalistas ao desenvolvimento econômico, mas no caráter do próprio desenvolvimento capitalista dependente” e, por fim; a compreensão de que era impossível a ocorrência de revoluções democráticas nacionais dirigidas pelas burguesias locais capazes de enfrentar as necessidades de transformação estruturais exigidas pelo desenvolvimento social latino-americano. Nesse sentido, afirmava-se a “necessidade de uma revolução socialista como única resposta realista e coerente ao subdesenvolvimento e à dependência” (LOWY, 2016, p. 51).

Na UnB Marini, como outros intelectuais, esteve à frente da militância estudantil e, posteriormente, protagonizou a primeira greve de professores universitários que mais tarde resultaria na formação da associação dos docentes em nível nacional. A força da luta dos professores e da militância de esquerda contou,

⁵¹ São exemplos de tais elaborações em solo brasileiro as contribuições de Guimarães (2011) e Sodré (1962) e a nível de América Latina as proposições do revolucionário peruano José Carlos Mariátegui e do Bureau da 3ª Internacional para assuntos latino-americanos.

inclusive, com a força militar organizada de esquerda — sindicalismo militar — e a participação no congresso sindical reconhecido como o primeiro do distrito federal (TRASPADINI; STEDILE, 2022). Já se percebia nesse período a dissidência com alguns ideais reformistas do PCB e tal atividade só foi interrompida pelo golpe militar que colocou Marini e demais militantes na clandestinidade, além da demissão sumária da UnB, passando por uma prisão, relaxada, graças a um *habeas corpus* concedido pelo STF e, logo depois, o exílio no México.

No México, o autor participou do primeiro curso de pós-graduação em estudos latino-americanos, promovido pelo Centro de Estudos Internacionais (CEI), o que o levou a ser reconhecido internacionalmente. Foi nesse período que Marini desenvolveu seus estudos sobre subdesenvolvimento e revolução, tratando especificamente da realidade brasileira. Sua atividade teórica em parcerias com outros teóricos e intelectuais de esquerda, o levou a ser convidado para ser professor da Universidade Aberta do México (Unam), dando aulas sobre a realidade latino-americana e sendo reconhecido por outros intelectuais como uma das grandes autoridades do assunto, enquanto no Brasil os autores foram excluídos do debate público. Sem dúvida um tratamento diferente do que foi dado às ideias do também exilado político Fernando Henrique Cardoso, que foi presidente do Brasil nos anos 1990. Assim, a violência da ditadura civil-militar-empresarial contra os marxistas e a limitação da discussão dos problemas nacionais ao âmbito do desenvolvimentismo impediram que o debate acerca da TMD pudesse se desenvolver na sociedade brasileira.

Em outubro de 1968, os estudantes ocupam a Plaza de las Tres Culturas de Tlatelolco, tentando uma negociação do movimento estudantil com o governo — que revida com uma ação sangrenta que culminou no assassinato de vários jovens (OLIVEIRA, 2020). Muitos intelectuais e artistas protestaram contra o massacre, inclusive Marini, o que desencadeou problemas diplomáticos com o país, obrigando-o pouco tempo depois a deixar o México e rumar para um segundo exílio: o Chile.

O exílio chileno constituiu-se como um momento importante no que diz respeito à ampliação das amizades e conexões de Marini com a intelectualidade progressista da época. Nesse período, o autor estabeleceu contato com um vasto grupo de exilados brasileiros, dentre os quais, encontravam-se antigos amigos como Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, e novos, como Maria da Conceição Tavares, Darcy Ribeiro, Almino Afonso, Guy de Almeida e José Maria Rabelo. Também se

desenvolveram no período suas relações com a intelectualidade e militância chilena e hispano-americana, expressa na aproximação com Tomás Vasconi, Inés Reca, Pío García, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e Aníbal Quijano. Ademais, no Chile, ocorreu o reencontro de Marini com André Gunder Frank, que lecionava na Universidade do Chile no período.

Marini chegou ao Chile em um período de “intensa mobilização política” que culminaria poucas semanas após a chegada do brasileiro ao país na conformação da Unidade Popular (UP), uma “frente política que reunia as forças de esquerda” com “exceção do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR)”, e na indicação de Salvador Allende como candidato à presidência pela UP para as eleições de 1970 (MARINI, 2023, p. 16).

Apesar de seu interesse pela vida mais agitada proporcionada pela capital, Santiago, no primeiro momento, o marxista optou por se radicar na cidade de Concepción em “reconhecimento à solicitude que manifestará a Federação de Estudantes” da cidade na intermediação de seu exílio no país. Segundo Marini, se o “nível de politização era alto em Santiago, adquiria ali [em Concepción] conotações explosivas”. Tratava-se de uma das principais cidades do país com forte tradição industrial e com íntimas ligações com os centros mineiros de Lota e Coronel. Foi em Concepción que surgiu o Partido Comunista Chileno e, que em 1965, a partir da ruptura de um segmento da Juventude Socialista, foi criado o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) com “participação destacada de uma corrente intelectual trotskista liderado por uma plêiade de jovens brilhantes, principalmente Miguel Enríquez, Luciano Cruz e Bautista Van Schowen”.

Como assinala o próprio autor, o “ambiente, ao mesmo tempo exaltado e sufocante, de Concepción e a eleição de Allende para a presidência”, que abria novos horizontes políticos ao Chile, o levaram a aceitar o convite que lhe havia sido feito para trabalhar no Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Universidade do Chile, lugar no qual, sem abandonar a militância, o autor vivenciou um dos momentos mais produtivos de sua vida intelectual. Conforme Marini (2023, p. 18), no início dos anos 1970, o Ceso se constituiu como um dos “principais centros intelectuais da América Latina”. Foi nesse período que Marini escreveu um de seus ensaios mais conhecidos: *Dialética da Dependência*. Em síntese, como destaca o marxista, o exílio chileno correspondeu a sua “chegada à maturidade, no plano intelectual e político”

O golpe contra Salvador Allende e a Unidade Popular, no ano de 1973, “desferiu mais um ataque brutal às correntes marxista, que não se recuperariam na sua plenitude”, mesmo com a chegada ao fim dos regimes ditatoriais. Nesse quadro, muitas pesquisas relacionadas a TMD foram interrompidas, contribuindo para a “desarticulação da sua ligação orgânica com as lutas sociais da classe trabalhadora na América Latina”.

Configurou-se assim, no auge da ditadura, um bloqueio político-militar e ideológico à TMD no Brasil a partir daquilo que Antonio Gramsci chamou de [...] “ditadura e hegemonia”, nos termos do comunista sardo – que as classes proprietárias se utilizam para cooptar e/ou decapitar lideranças de movimentos contestatórios da ordem estabelecida (PRADO; CASTELO, 2013, p. 13).

Por seu turno, as teses de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, acerca do desenvolvimento e da dependência, tiveram outra sorte. Sua difusão e assimilação no Brasil foi ampla, porém, sem que houvesse o conhecimento no Brasil de “toda a riqueza da controvérsia da dependência, que havia então se desenrolado no Chile sem ter eco no nosso país”. Havia uma deturpação das formulações fundamentais de Theotônio, Vânia e Marini por parte de seus críticos, sem que houvesse o direito de resposta em território nacional. Ou seja, o “reinado da perspectiva do “Príncipe dos Sociólogos”” nas ciências sociais brasileiras se desenvolveu “sem sequer se conhecer as posições das vertentes marxistas, que então foram deformadas teórica e politicamente, rotuladas de ‘catastrofistas’, ‘estagnacionistas’, ‘trotskistas’ e ‘radicais”” (PRADO; CASTELO, 2013, p.14).

Com a anistia ao final dos anos 1970, como parte do processo de transição gradual e pactuado que levaria da ditadura à democracia burguesa de 1985, os teóricos da dependência puderam retornar do exílio, ainda que Marini tenha sido preso pela ditadura uma última vez, em 1982. Pouco a pouco e em um “ambiente acadêmico reconhecidamente conservador, Theotônio, Vânia e Marini se incorporaram a diferentes centros de ensino e pesquisa, juntando-se momentaneamente na Fundação Escola de Serviço Público (FESP/RJ) e, mais tarde na UNB, onde foram reintegrados como professores”. No âmbito da política, os propositores da TMD seguiram em um processo de afastamento entre si, iniciado no Chile, no qual os autores trilham caminhos políticos distintos. Nessa ocasião, ao passo que Marini “foi dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), Theotônio e Vânia

ingressaram nas fileiras do Partido Socialista” de Allende. No curso de seu retorno após a anistia, “Theotônio e Vânia se vincularam ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), tornando-se formuladores desta agremiação”, enquanto Marini “não se atrelou diretamente a nenhuma força política”, com suas ideias sendo reivindicadas por “diferentes agrupamentos, embora de forma muito pontual e limitada” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 14).

A trajetória de Ruy Mauro Marini foi marcada por uma leitura e análise imanente das situações de dependência da América Latina, assim como por um incessante e manifesto rigor científico, bem como coerência teórica e política. Nos anos de 1990, o autor em tela dedicou-se à contraposição ao projeto neoliberal e em defesa do socialismo, em organizações das quais defendeu o seu propósito; dentre elas o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, conforme Muller (2011). Nos anos posteriores, o autor foi diagnosticado com câncer e, infelizmente, veio a falecer aos 65 anos de idade, no ano de 1997. Contudo, as suas ideias e os seus ideais continuam vivos, servindo como inspiração e como fonte para uma quantidade significativa de profissionais e acadêmicos que encontram na TMD uma explicação para indagações e complexidades trazidas pelo capitalismo contemporâneo. É o que veremos a seguir.

3. O RESGATE DA TMD NOS ANOS 2000

Pelos breves apontamentos no tópico anterior, vimos que Ruy Mauro Marini foi um importante teórico do século XX, destacando-se pelas suas contribuições à Teoria Marxista da Dependência, pelas suas contribuições no campo dos estudos sobre a crítica da modernização, e sobre a economia e a política, com enfoque nos países dependentes da América Latina. A atualidade de seu pensamento pode ser verificada à medida que as desigualdades econômicas e políticas persistem nos países da América Latina e, sobretudo, em relação aos países de capitalismo central; afinal, seu pensamento foi abafado por quase três décadas e pôde ser um dos caminhos para o desvelamento da atualidade do capitalismo dependente.

Nessa esteira, como destacam Prado e Castelo (2013, p. 21), devemos considerar que o resgate da TMD e, por conseguinte, da obra de Marini a partir do fim da década de 1990 e que ganha maior impulso nos anos 2000 “se deve principalmente a características objetivas e subjetivas deste período histórico”. Nesse período, ocorreram “determinadas mudanças conjunturais” que “renovaram antigas e geraram

novas controvérsias” abrindo espaço para que a TMD fosse apresentada como “possível caminho explicativo” para o processo em curso no Brasil e na América Latina nessas primeiras décadas do século XXI.

Conforme nossos autores, entre as características conjunturais que contribuíram para a retomada da TMD, observa-se a “perda de legitimidade política e teórica do ex-professor e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujas teses sobre a dependência exerceram um peso decisivo no pensamento social brasileiro desde os anos 1970”. Após dois mandatos presidenciais, ficou evidente que o projeto de *desenvolvimento associado* proposto e aplicado por FHC significava efetivamente um “aprofundamento da dependência dos países latino-americanos”, confirmado no plano político pelo avanço da ofensiva capitalista neoliberal inaugurada nos anos 1970 no Chile por Pinochet e seguido por Reagan e Thatcher nos anos 1980, e da qual a política aplicada pelo sociólogo no Brasil faz parte nos anos 1990. Por outro lado, os desdobramentos do projeto neoliberal e seus novos aspectos sob os governos Lula e Dilma trouxeram à tona “fenômenos para cuja explicação a TMD oferece sólidas categorias e interpretações” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 22).

Como é sabido, a partir de 2002, com a eleição de Lula para Presidente da República, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), observou-se no Brasil um progressivo resgate das ideias de inspiração desenvolvimentista sob a roupagem do novo desenvolvimentismo e suas variantes (BRESSER-PEREIRA, 2004; BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012; BARBOSA, 2013; MERCADANTE, 2010). Segundo Prado e Castelo (2013, p. 12), estamos diante de um “fenômeno saudosista” de origem difusa e, em alguma medida, produto da crise teórica das ciências sociais latino-americanas em curso desde os anos 1980. Como destacou Marini (1992, p. 100), ainda no início da década de 1990, na “raiz desse fenômeno [resgate do desenvolvimentismo], está a falência do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para a formulação de uma estratégia política adequada ao momento que vivem os povos da América Latina”.

Curiosamente, nesse contexto de retomada das ideias desenvolvimentistas após quase três décadas de dificuldades, o quadro de isolamento da TMD tensiona um rompimento por iniciativa de um conjunto de intelectuais que passaram a trabalhar no resgate das elaborações que a constituem “formando um movimento de reconstrução da teoria marxista da dependência no Brasil”. Assim, identifica-se nessas primeiras décadas do século XXI, uma nova geração de teóricos da TMD que

“busca resgatar a tradição marxista para a interpretação da nova etapa do imperialismo e para a transformação da realidade do capitalismo dependente” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 11).

Como informam Prado e Castelo (2013, p. 15), a primeira publicação em livro de Marini, no Brasil ocorreu somente em 1992, com *América Latina: dependência e integração* (1992), dando mostras da dimensão do isolamento ao qual o autor foi submetido. Ao longo dos anos 1990, foi possível encontrar raras referências acerca da TMD no debate acadêmico, dentre as quais podemos citar as considerações de Reinaldo Carcanholo, Nilson Araújo de Souza, Nildo Ouriques, Carlos Eduardo Martins, Marcelo Carcanholo, e Niemeyer Almeida Filho, e também no debate político de modo que “durante grande parte da década 1990 o debate no Brasil sobre a TMD ainda era bastante escasso”.

Com a “ascensão de movimentos populares latino-americanos” e de suas expressões políticas ao final do século XX e início do XXI, dentre as quais podemos mencionar as rebeliões indígenas na Bolívia e no Equador, a eleição de governos frente populistas na América Latina, com Chávez em 1998 na Venezuela, Lula, em 2002 no Brasil, Gutierrez no Equador em 2002, Kirchner na Argentina em 2003, Morales em 2005 na Bolívia e Mujica no Uruguai em 2009, o “processo de crise e crescente crítica ao neoliberalismo” e a “relativa latino-americanização do debate intelectual brasileiro”, o quadro de isolamento da TMD e, por conseguinte, das ideias de Marini, começaram a mudar. Segundo nossos autores, “abriu-se uma fresta histórica para a (re)construção de teorias revolucionárias, impulsionando uma nova geração de intelectuais (orgânicos tradicionais) a construir o processo de retomada da teoria marxista da dependência” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 15). De acordo com os pesquisadores, o ano de 1998 também foi importante no que diz respeito ao resgate da obra de Marini. No mesmo ano da vitória eleitoral de Chaves, a Revista Lutas Sociais publicou em seu número cinco o artigo *Duas notas sobre o socialismo* (1998b) e foi lançada a primeira tradução para o português do artigo *Subdesenvolvimento e Revolução*⁵² (1998^a) escrito pelo autor em 1969.

No início dos anos 2000, a publicação de Teoria da Dependência (2000) de Theotônio dos Santos e da coletânea organizada por Emir Sader, *Dialética da Dependência* (2000) reunindo artigos de Marini contribuiu para impulsionar a

⁵² Como informam Prado e Castelo (2013), o artigo apareceu na coletânea *América Latina: história, ideias e revolução* (1998a), organizada por Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás.

retomada da TMD. Nesse último livro, foram publicados pela primeira vez em português os textos *Dialética da dependência* escrito por Marini na década de 1970 e o artigo *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*. Como assinalam Prado e Castelo (2013, p. 16), a publicação dos textos de Marini no início dos anos 2000 contribuiu “decisivamente para o conhecimento direto da sua obra no país, que até então era praticamente inacessível”.

Em 2005, João Pedro Stedile e Roberta Traspadini organizaram a coletânea *Ruy Mauro Marini: vida e obra* (2005), na qual estava presente uma nova tradução da *Dialética da dependência*, além de mais alguns artigos e ensaios inéditos no país. Segundo Prado e Castelo (2013, p. 16), a coletânea citada “contou com um cuidado editorial muito maior em relação à coletânea anteriormente mencionada” e tem sido alvo de constantes reedições constituindo a “mais importante fonte nacional de aproximação à obra de Marini” até o momento.

Em 2012, o Instituto de Estudos Latino-americanos (Iela) da UFSC em parceria com a editora Insular também deu sua contribuição ao resgate da TMD por meio do lançamento da coleção *Pátria Grande/Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano*, da qual o primeiro livro lançado foi *Subdesenvolvimento e Revolução* publicado pela primeira vez por Marini no México no ano de 1969 e o segundo, a obra de Vânia Bambirra, *O capitalismo dependente latino-americano*, publicado originalmente no Chile no ano de 1972, e reeditado dezenas de vezes no México, a partir de 1974 (PRADO; CASTELO, 2013).

Também no ano de 2012, foi lançado o livro *Padrão de reprodução do capital* (2012) organizado por Carla Ferreira, Jaime Osório e Mathias Luce. Segundo Prado e Castelo (2013, p. 17), trata-se de uma “obra coletiva que pode ser tomada como a principal contribuição contemporânea à sistematização da TMD no Brasil”, visto que, “articula simultaneamente a análise concreta da América Latina atual com os eixos teóricos centrais das obras de Vânia, Theotônio e Marini”.⁵³

Tratando-se do resgate de categorias fundamentais da TMD, destacamos os estudos sobre as categorias da dependência, da superexploração da força de trabalho, do subimperialismo e aqueles que procuram resgatar o debate acerca da tática e da estratégia para a transição socialista, iremos apresentar, brevemente,

⁵³ Na obra, são destacados temas como a nova divisão internacional do trabalho, a especialização produtiva em mercadorias primárias para exportação, a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor.

alguns dos traços mais fundamentais das categorias mencionadas, amalgamando o pretense desenvolvimento destas categorias por parte do autor e, conseqüentemente, vislumbrando a sua atualidade para o contexto atual.

Para sintetizar algumas categorias tratadas por Marini, é necessário considerar que o autor não as trata de forma isolada⁵⁴, mas em conjunto e de forma totalizante. Um exemplo disto é o que se observa no desenvolvimento da teoria da *dependência*, na qual o autor trabalha com um conjunto de categorias que refletem as múltiplas determinações que constituem a realidade latino-americana e, em particular, brasileira, contribuindo para endossar a sua tese e para a correta apreensão do movimento do capital nas economias dependentes.

No artigo *Dialética da Dependência*, a partir da análise histórica da integração dos países latino-americanos à dinâmica do mercado mundial, Marini (2017), em uma tentativa de oferecer uma explicação que levasse em consideração o referencial teórico marxiano, procura demonstrar que na base da deterioração dos termos de troca identificada pela Cepal (PREBISCH, 1949), encontra-se o processo de troca desigual entre as economias dependentes e imperialistas. A menor composição orgânica do capital vigente nos países dependentes determinaria a transferência de parte do mais-valor extraído no interior da economia nacional para os países com maior composição orgânica do capital. Como assinala Marini (2017, p. 333), o

[...] problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, *incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna*".

Com o objetivo de minimizar os efeitos da transferência de valor para o exterior sobre a lucratividade, desde a Independência política, as burguesias dependentes lançaram mão da superexploração da força de trabalho caracterizada pelo marxista como uma forma de exploração do mais-valor que combina três mecanismos fundamentais: intensificação da jornada de trabalho, a ampliação das horas trabalhadas e, por fim, a apropriação do fundo de consumo dos trabalhadores pelo capital como fundo de acumulação. Marini considerava que a divisão internacional do

⁵⁴ Em *A dialética da dependência*, texto de 1973, Ruy Mauro Marini explica em pormenores a categoria e o conceito de *superexploração da força de trabalho*. Contudo, o autor utiliza esse conceito em outras obras, não sumarizando ou desenvolvendo-a em apenas um trabalho.

trabalho, ou seja, o modo por meio do qual se organiza a produção do valor na economia mundial, mantinha-se como um elemento crucial para a compreensão de como, por um lado, após a Independência dos países latino-americanos, a superexploração da força de trabalho se constituiu enquanto fundamento de seu processo econômico, político e social e, por outro, também contribuiu para a continuidade do movimento cíclico do capital à escala mundial, assim como para a intensificação da concentração e centralização de capitais nas economias imperialistas dos EUA e Europa.

Desse modo, Marini compreende que a América Latina contribuiu para a continuidade da acumulação capitalista não apenas por meio da intensificação dos métodos de extração do trabalho excedente, mas, também, por meio do fornecimento de matérias-primas e bens às economias capitalistas centrais, de modo que, essas últimas ficavam livres para desenvolver a acumulação pautada na extração de mais-valia relativa.

A partir daí, o autor conceitua que no ciclo do capital, especialmente nos países europeus já industrializados, a maior composição orgânica do capital é determinante para que se manifeste uma tendência de queda na taxa de lucro, que em acordo com a tese de Marx exige, dado o imperativo da acumulação, que a relação de dependência extraia, cada vez mais e de forma ampliada, o mais valor da força de trabalho dos países da América Latina.

Não reduzindo a América Latina a um conjunto homogêneo e de comportamento igual ao tratar do tema, o autor sugere que a análise de cada país seja a partir da sua formação social, citando o Brasil como um dos exemplos e considerando que o período escravista foi determinante para a consideração da sua hipótese. O autor considera que, diante do que expõe na obra sobre a dependência e o ciclo do capital, com um destaque para a circulação, a interpretação de suas ideias deve girar em torno de algumas tendências que considera serem fundamentais para o desenvolvimento da sua teoria, e não necessariamente que se interprete a dependência como uma formulação matemática e explicitamente lógica para todo e qualquer contexto.

À isto, contemporaneamente, a categoria da *dependência* tem, recorrentemente, “voltado à discussão como forma de crítica ao ideário novo-desenvolvimentista” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 22). Tal resgate não tem ocorrido somente no “plano da história das ideias”, mas também como forma de analisar o

processo de “reprimarização e desindustrialização da economia brasileira, dadas as transformações da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, que se modificou profundamente com a ascensão da China como um dos pólos regionais do mercado mundial”, tal como em Osório (2015) e Traspadini (2011).

O desenvolvimento econômico do capitalismo chinês comandado com pulso firme pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) chama a atenção do mundo. Sua crescente participação nos mercados de bens e serviços, em particular, de manufaturas, combinada a sua capacidade de atração do investimento estrangeiro direto (IED) e, mais recentemente, o avanço de seus investimentos pelo mundo, são vistas com desconfiança por uns e como uma grande oportunidade de expandir os negócios por outros

Com a morte de Mao Zedong em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping, a China passou a adotar uma estratégia ofensiva de expansão de sua participação no comércio internacional, baseada na exploração da força de trabalho abundante e, por conseguinte, barata para a produção de bens manufaturados de baixo valor agregado⁵⁵. No ano de 2001, a China entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC), coroando a trajetória expansionista assinalada e as importantes transformações de sua economia ao longo do último quarto do século XX.

Considerada a sua produção e comércio exterior, observa-se que a China entra para a OMC, por um lado, como um “mercado em rápido crescimento para as exportações de commodities” e, por outro lado, como um “exportador líder de manufaturas e em processo de avanço para produtos de maior valor agregado”. Tal movimento ocorre em “presença de fortes assimetrias nas negociações comerciais devido à diferente participação dos países latino-americanos no comércio com a China, país que, em poucos anos, se converteu em um mercado muito importante para a região”. Tal situação “está gerando fortes tendências a primarização das economias latino-americanas” (BEKERMAN; DULCICH; MONCAUT, 2014, p. 57-58, tradução nossa) e, nesse sentido, exige uma análise acerca de quais seriam os caminhos adequados para o rompimento com a dependência que caracteriza as economias da América Latina no contexto da ascensão chinesa.

Verifica-se a atualidade da *dependência* na geopolítica internacional, especialmente porque a China se insere em uma divisão do trabalho como um país

⁵⁵ Como os eletrônicos, os produtos têxteis, os plásticos, brinquedos, celulose e papel, produtos químicos, dentre outros.

produtor de inúmeros bens manufaturados de baixo valor agregado e de força de trabalho barata, enquanto sua posição ainda pode estar, de certa forma, estagnada, frente aos avanços de tecnologia e de financeirização do mercado.

Outra importante categoria que pode ser considerada central na obra de Marini é a *superexploração da força de trabalho*. Segundo o marxista, a superexploração da força de trabalho consiste no pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho, de modo que fica impedida a sua reprodução em condições normais (MARINI, 2017; PINTO FRANCKLIN, 2019). Por isto, *dependência e superexploração da força de trabalho* são categorias que se interrelacionam, nas quais a *superexploração* manifesta-se pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria, assim como no impulso para a continuidade da etapa de circulação de valor. Na obra de Marini (2017), há um tópico específico que aborda com precisão a categoria *superexploração da força de trabalho* — além de sucessivas retomadas ao longo da referida obra —, o que indica, além do já explicitado, a constante relevância e sua atualidade.

Em voga, a categoria da *superexploração da força de trabalho* tem sido recorrente a sua utilização para analisar as características do mercado interno brasileiro no contexto de crescimento econômico com leve distribuição de renda (porém não de riqueza) que marcou os governos do PT, em especial, os dois primeiros mandatos de Lula. Tais estudos partem da análise do processo de reestruturação produtiva e de seus “impactos em termos de intensificação e prolongamento da jornada de trabalho [...] precarização em geral do reino da produção, além da ampliação do valor histórico-moral da força de trabalho sem correspondentes aumentos salariais” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 22). Assim, autores como Luce (2013), Araújo (2012), Santana (2012), Carcanholo (2013), Mota (2013) e Rocha (2012) contribuem para revelar uma “série de elementos da realidade concreta que sugerem a vigência da superexploração da força de trabalho e, mais ainda, seu recrudescimento”. Há a probabilidade dessa categoria ser aplicada em diferentes contextos, como, por exemplo, ao analisar o poder de compra e de consumo do Brasil que decaiu nos últimos anos, a partir da busca por uma segunda ou terceira jornada de trabalho por parte de muitos brasileiros, pelo pretense barateamento da força de trabalho brasileira, em detrimento da perda de salários indiretos e a contínua destruição das políticas de proteção de emprego e renda e pela constante desvalorização da força de trabalho viva e da elevação de tecnologias de ampliação

do capital a partir do incremento tecnológico — diga-se, *dependente* — de outros países.

No Brasil, e mais especialmente a partir dos anos de 1960, houve uma acentuação do processo de industrialização do país, ocorrendo o que levou Marini (2017) a dizer sobre uma tendência ao *subimperialismo*⁵⁶. A categoria não foi tratada de forma sumária em sua obra citada, mas possui passagens por ela. Trata-se de uma característica em que o país — ou outro país com as mesmas tendências —, a partir de um processo de acumulação, alcança patamares intermediários de acumulação que lhe permitem avançar de forma subimperialista sobre outros países periféricos com grau menor de acumulação ao mesmo tempo que se mantêm subordinados aos países centrais e dominantes.

Diante do decisivo debate acerca da “recente expansão brasileira [governos PT] na América latina e na África”, também tem ocorrido o resgate dessa categoria. Trata-se de esforços teórico-práticos orientados para a análise da “expansão das transnacionais brasileiras”, assim como da “estratégia geopolítica do país” (PRADO; CASTELO, 2013, p. 22-23) que em alguns casos afirmam a vigência da categoria da TMD e em outras a criticam⁵⁷.

Ademais, no bojo do debate sobre as possibilidades hodiernas de efetivação do projeto democrático-popular, tem ocorrido nessas duas primeiras décadas do século XXI o resgate da discussão historicamente constituída nas organizações da esquerda brasileira acerca da *tática e estratégia da transição socialista* e que está presente nas obras de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Na atualidade, o debate sobre as estratégias e as táticas são bastante pertinentes, uma

⁵⁶ Não podemos deixar de falar que, ao tentar sintetizar essa categoria, corre-se o risco de deturpar o entendimento. Por isto recorreremos ao autor que diz: “Limitar-nos-emos a indicar que, em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente” (MARINI, 2017, p. 345). Ademais, o autor também destaca que o “conceito de subimperialismo emerge da definição desses graus intermediários e aponta para a especificação de como incide na economia dependente a lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho (e, por consequência, da composição orgânica do capital) acarreta um aumento da superexploração. É evidente que tal conceito não esgota a totalidade do problema.” (MARINI, 2017, p. 352).

⁵⁷ Uma dessas críticas é depositada à autora Virgínia Fontes em *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História* (2014). A pesquisadora não nega em todos os aspectos esta categoria, mas realiza críticas que orbitam na periodicidade do seu tempo, como o aspecto do mundo das finanças.

vez que se acentua a relação de dependência e de subordinação de países periféricos — no caso brasileiro, *subimperialista* — face aos países e nações de capitalismo central. Para se ter uma exemplificação, na *teoria da dependência* da qual os autores defendem, há uma pretensa inclinação para o desenvolvimento nacional e popular, bem como a aliança entre países periféricos; portanto, estratégias para alcançar a superação da condição de dependência e a tática efetiva, a partir da realidade concreta, para alcançar a estratégia. Na *Dialética da Dependência*, de Marini (2017), não há uma menção direta relacionada às estratégias e táticas como em Bamberra e Santos, citados abaixo, mas sim a importante discussão sobre a hegemonia de países dependentes na luta contra o imperialismo.

A partir da consideração da situação concreta estabelecida nos anos 1970, o tema foi tratado por Marini em *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile (1976)*, e por Vânia Bamberra e Theotônio, em *La estrategia y la táctica socialista de Marx y Engels e Lenin (1980)*. Por fim, como assinalam Prado e Castelo (2013, p. 23), tais obras são pouco conhecidas, inclusive pela nova geração de estudiosos da TMD, de modo que configuram-se “como uma espécie de fronteira para o aprofundamento e enraizamento da TMD no Brasil contemporâneo”, em especial, nos “sindicatos, movimentos sociais e partidos anticapitalistas, socialistas e comunistas”. Por isto, o pensamento do autor e o desenvolvimento de algumas categorias são fundamentais para a compreensão do atual estágio do capitalismo. Capitalismo este que, metamorfoseado e complexificado no século XXI, assenta-se, no país, em um tempo passado com um legado de dependência, no qual o desvelamento das suas nuances podem revelar as estratégias para o enfrentamento dos desafios atuais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas de que Ruy Mauro Marini foi um dos maiores expoentes da Teoria Marxista da Dependência, ocupando-se de analisar a realidade brasileira e latino-americana sob uma perspectiva crítica e centrada na teoria social marxiana. Tal rigor e os *anos de chumbo* no Brasil o colocaram no esquecimento, em detrimento da versão mais palatável aos olhos da “burguesia nacional” e da intelectualidade brasileira, apresentada por Fernando Henrique Cardoso. Contudo, o autor em tela não buscou os holofotes, pelo contrário, continuou com sua perspectiva crítica trazendo

reflexões que nos permitem compreender o processo de desenvolvimento do Brasil e da América latina.

Categorias como a Dialética da dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo, somente para citar algumas, foram redescobertas e publicadas mais recentemente no país, despertando grande interesse do meio acadêmico, dando ao autor a legitimidade que lhe pertence. Ademais, cumpre ressaltar que os anos no exílio vividos entre México e Chile permitiram a Marini vivenciar de perto os diferentes aspectos do desenvolvimento da América Latina, as formas de extração do mais valor e o papel do imperialismo nesse contexto com seus diferentes golpes de Estado e suas ditaduras capitalistas, corroborando para a consagração de suas teses e de seu lugar no rol dos intelectuais brasileiros de grande relevo nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007). In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política*, Rio de Janeiro, 2012.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular/IELA, [1972] 2012.
- BAMBIRRA, V; DOS SANTOS, T. *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*. México DF: Era, 1980.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013, págs 69-102.
- BEKERMAN, M; DULCICH, F; MONCAUT, N. La emergencia de China y su impacto en las relaciones comerciales entre Argentina y Brasil. In: *Revista Problemas del Desarrollo*, nº176 (45), enero-marzo, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L; THEUER, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 811-829, dez. 2012
- CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. In: *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan./abr. 2013, p. 191-205.
- DOS SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FERREIRA, C; OSÓRIO, J; LUCE, M. (orgs). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. In STEDILE, J (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LOWY, M. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- LUCE, M. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Crítica Marxista*, Campinas, n.36, 2013, p.129-141.
- MARINI, R. Dialética da dependência. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, dez. 2017, p. 325-356.

MARINI, R. *Memória*. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/01sobre/marini_sobre0002.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

MARINI, R. Subdesenvolvimento e revolução. In: Paulo Barsotti; Luiz Bernardo Pericás (orgs.). *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998a. MARINI, R. Duas notas sobre o socialismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 5, 1998b, p. 107-123.

MARINI, R. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.

MARINI, R. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México DF: Era, 1976.

MERCADANTE, A. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Campinas, 2010, 537 pp. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

MOTA, A. Trabalho precário na indústria de confecções: apontamentos sobre a realidade brasileira e a portuguesa. *Socius working paper* n.04, Lisboa, 2013. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp_04_2013.pdf.

MULLER, J. Integração regional e coesão social no Mercosul: uma análise à luz da teoria da dependência. In: *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, E. A. *Redemocratização e serviço social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985*. Curitiba: CRV, 2020.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C, OSORIO, J, LUCE, M (orgs). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. In: *Revista Brasileira de Economia*, nº3, v3, 1949.

PINTO FRANCKLIN, R. O que é superexploração? *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 3, 2019

PRADO, F; CASTELO, R. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. In: *PENSATA - Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*. V. 3, n. 1, ano 3. 2013.

ROCHA, M. O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI: análise a partir dos planos governamentais da era Lula. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, 2012, p.325-351.

SANTANA, P. *Um estudo sobre o conceito de superexploração do trabalho na obra de Ruy Mauro Marini*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 2012.

SADER, E. *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, N. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1962.
STÉDILE, J; TRASPADINI, R. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: "Dialética da dependência" e outros ensaios..* São Paulo: Expressão Popular, 2022.

TRASPADINI, R. Reprimarização e dependência. *Brasil de Fato*, São Paulo, 14-20 de abril de 2011. Opinião, p.3.

TRASPADINI, R; STÉDILE, J. *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CAPÍTULO VI

MILTON SANTOS: HUMANIDADE E ESPERANÇA NA CONTEMPORANEIDADE

Bruno Muniz Figueiredo Costa⁵⁸

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.

Paulo Freire

O convite para escrever este texto veio acompanhado de muito entusiasmo e algum pavor. Falar sobre o que considero ser o grande nome do pensamento geográfico brasileiro tem para mim essas duas vertentes. Milton Santos foi e sempre será uma das minhas maiores referências teóricas para olhar o mundo e seu movimento.

Eu poderia escolher como caminho para o texto falar sobre a importância de termos um homem negro, nordestino, que atuou muitos anos como docente e pesquisador na área da geografia, como vencedor do Prêmio Vautrin Lud⁵⁹. Certamente, poderia também destacar sua vasta formação e trajetória profissional em grandes centros universitários no Brasil e em outros países do mundo, ou até mesmo escrever sobre a profunda transformação epistemológica que provocou na geografia brasileira e o legado deixado por meio de suas obras e de tantos bons geógrafos formados sob sua orientação.

Lembrei-me de como a leitura de suas obras sempre se apresenta a mim como um convite à esperança. Muito mais do que a ideia de *esperar por algo*, mas de *esperançar*, como nos leva a pensar Freire (1992). É no mesmo movimento que vejo a obra de Milton Santos. Seus escritos apontam para a importância de esperarmos, na práxis, na luta política ao lado dos excluídos do mundo como uma

⁵⁸ Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Geografia e atualmente é professor do Colégio de Aplicação da UFJF.

⁵⁹ Considerado o principal prêmio internacional de Geografia.

necessidade ontológica, contra a desfaçatez de poderes cínicos e fatalistas que buscam oprimir o povo.

De maneira geral, os escritos desse grande intelectual brasileiro, muitas vezes tidos como de leitura complexa e exigente, como era mesmo o seu pensamento e prática científica, oferecem-nos um apanhado daquilo que já se escreveu sobre o tema, sua visão crítica sobre tais estudos frente ao movimento do mundo e a proposição a partir daquilo que suas pesquisas lhe indicavam. Milton olhava para o mundo, criticava e propunha, sempre com uma grande esperança no humano, na força presente nos movimentos sociais para a sua transformação. Daí seus estudos sempre me impulsionarem para a esperança, na fé na força do lugar para a mudança do movimento do mundo.

Em meio a uma obra tão vasta e assumindo o risco de não contemplar a maioria das questões que envolvem o pensamento de Milton Santos, optei por refletir acerca de uma obra específica sua: *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal* (SANTOS, 2004). Explico; é que no momento em que escrevo, o Brasil atravessa uma das maiores crises de desesperança de sua história. E de todas as obras de Milton Santos, a que mais me move no sentido do esperar é a que aqui escolhi para dialogar. Coincidentemente, em recente vídeo publicado⁶⁰, a professora Maria Adélia de Souza afirma que Milton Santos recomendava esse livro como leitura preliminar para a compreensão de sua obra.

Obviamente, não pretendo e nem teria condições de esgotar todos os aspectos da referida obra, ficando a cargo do leitor o posterior contato para aprofundamento. O exercício que pretendo fazer aqui e para o qual convido a quem possa me dar o prazer da leitura, é refletir sobre aqueles aspectos que mais me possibilitam *esperançar*.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são denidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando

⁶⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FIG5gYglVAo>. Postado e acessado em 26/08/2020.

são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.

(...)

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.

Chimamanda Ngozi Adichie

O exercício de Milton Santos sempre foi olhar para o Brasil e para a América Latina para além daquilo que os olhares estrangeiros apontavam. Sua defesa era de que, para deixarmos a condição de “deficientes cívicos” (SANTOS, 2002), era fundamental a pesquisa e a educação que rompessem com a ideia de um destino preestabelecido dos povos em tempos de globalização. Para ele, ali estava a esperança de talvez alcançarmos novos objetivos civilizacionais, para além das lógicas perversas que nos submetiam.

Milton Santos buscou a todo momento nos alertar para o fato de que o espaço geográfico é peça chave desse processo. Compreender a sua dinâmica é fundamental, na medida em que não o consideramos mero palco para as ações humanas, mas seu produto e constituinte, pensado a partir dos sistemas de objetos e ações que o animam em unidade dialética com o sujeito social. Logo, não é mera superfície, mas instância produzida e de produção do humano.

Importa o modo como consideramos o humano e suas geografias na medida de nossa constatação de que o projeto de Modernidade supervalorizou a dimensão temporal e, em certa medida, negou a dimensão geográfica da constituição humana, tratando-a como superfície métrica, mensurável e compartimentalizada. Paradoxalmente, essa mesma dimensão negada lhe foi primordial, uma vez que tal projeto funda sua própria existência na dinâmica do território, com os Estados Nacionais e o processo colonial. O espaço geográfico pensado assim, como palco, compõe uma narrativa que nega o múltiplo, o coetâneo, a heterogeneidade dos territórios do mundo e suas coexistências simultâneas. Os estudos de Milton Santos, ainda que nem sempre afirmem isso de maneira direta, nos possibilitam compreender aquilo que a Modernidade nos omite: o fato de que o território em que nascemos implica na vivência de cada sujeito, uma vez que toda ação humana é também uso do território, ação no espaço geográfico, forjando nossa humanidade.

“Vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2004). É assim que Milton Santos abre a introdução geral do livro, questionando se não haveria aí um paradoxo. Afinal, por um lado, há um extraordinário avanço técnico-científico que nos trouxe à condição de globalização e, por outro, a aceleração contemporânea que cria vertigens na vida de todos nós. Tudo isso advindo dos usos que o grande capital faz do território, impondo sua narrativa que se pretende única. E para que não se caia na crença de um mundo verdadeiro afirmado por essa perspectiva, convida-nos a considerá-lo a partir de três leituras: a “globalização como fábula”, a “globalização como perversidade” e “uma outra globalização”.

A “globalização como fábula” envolve o mundo como nos fazem crer, pelo discurso fantasioso dos atores hegemônicos do grande capital, que promovem uma perspectiva exaustivamente repetida, pois se pretende única verdade. São fabulações, sem as quais não seria possível sustentar o processo tal como interessa ao grande capital.

O que está em jogo é uma relação ilusória e hipócrita que vende a globalização da maneira como querem que a compreendamos. Milton Santos (2004) fala de uma máquina ideológica, que sustenta discursos e ações que alimentam e movimentam o sistema. Em seu bojo, traz fabulações como a ideia de “aldeia global”, que se daria por meio de um também fabuloso “encurtamento das distâncias”, em uma relação de tempo e espaços contraídos. Fala também da defesa da “morte do Estado” para a promoção dos interesses de um “mercado global”.

Contudo, essa máquina de fabulações omite da maior parte da humanidade sua face perversa, ligada ao aprofundamento das desigualdades do mundo, ao crescimento do desemprego e da superexploração do trabalhador, dos adoecimentos, da violência, da mortalidade infantil, entre tantos outros males. Ao aderirmos ao comportamento promovido por essa narrativa única, assumimos uma postura egoísta e competitiva, ligada às raízes dessa perversidade sistêmica. Pensar a “globalização como perversidade” é considerar o mundo como ele é, em suas formas de perpetuação e aprofundamento das desigualdades.

O espaço geográfico, nessa perspectiva, é considerado como um “sistema objetos técnicos e de ações” (SANTOS, 2012), e não é possível compreendê-lo fora do debate das técnicas, sua concepção, desenvolvimento e a forma como se materializam geograficamente:

“(…) É preciso, então, pensar paralelamente as técnicas como formas de fazer e de regular a vida, mas ao mesmo tempo como cristalização em objetos geográficos, pois estes também têm um papel de controle devido ao seu tempo próprio, que modula os demais tempos” (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 24).

O sistema técnico dominante se pretende único, ainda que se distribua de maneira heterogênea nos diferentes lugares do mundo, fazendo-se sentir, direta ou indiretamente, em qualquer porção do planeta. Desse modo, tais diferenciações entre os lugares criam diferentes possibilidades de território em condições técnicas diferentes, ainda que se relacionem. Para Santos (2012, p. 20):

“A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um triplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método utilitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantida da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo”.

O espaço geográfico, na condição de meio técnico-científico-informacional⁶¹, configura-se de maneira a evidenciar as práticas sociais contemporâneas a partir de acréscimos técnicos, que o promovem como um novo meio. As contribuições das pesquisas científicas avançam e se desdobram nos processos de acumulação possibilitados por uma nova racionalização do espaço a partir também da contribuição do trabalho intelectual. Seu caráter informacional reside no fato de que tanto sua constituição quanto sua utilização exigem o domínio de grandes parcelas de informação. Fundamenta-se, assim, nas inovações da revolução informacional, da robótica, da biotecnologia, dentre outros ramos, sempre aberto à ampliação das possibilidades de produção e pelos fluxos de toda ordem. Como se vê, técnica, ciência e informação são base da produção, funcionamento e usos do território na contemporaneidade.

“Nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da

⁶¹ Aqui denominaremos MTCl.

produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2012, p. 238 – grifos do autor).

A seletividade presente na instrumentalização do espaço geográfico produz disparidades, uma vez que a densidade técnica ocorre de forma heterogênea nos lugares do mundo. Alguns deles vivem tempos rápidos, por disporem da condição de meio técnico-científico-informacional. Outros, contudo, vivem tempos mais lentos, por estarem em uma condição de meio técnico, ou até mesmo pré-técnico.

“É igualmente possível, para o território como um todo ou para cada uma das suas divisões, calcular densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicacionais etc. Nesse caso, encontraremos no território maior ou menor presença de próteses, maior ou menor disponibilidade de informações, maior ou menos uso de tais informações, maior ou menor densidade de leis, normas e regras regulando a vida coletiva e, também, maior ou menor interação intersubjetiva” (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 261).

E isso, segundo Santos (2004, p. 28), faz com que a história seja comandada pelos grandes agentes do capital, que controlam o “tempo real” (aparentemente único em todos os lugares), bem como a velocidade dos eventos. A unicidade técnica, que se pretende hegemônica e comporta a potencialidade de se instalar qualquer objeto técnico em qualquer parte do mundo e ele dialogar com os demais, é concentrada nas mãos de tais agentes. Isso abre a possibilidade de o mercado atuar em múltiplos lugares simultaneamente, uma vez que estabelece a lógica dos momentos convergentes, do maior conhecimento do planeta. Efetiva-se um processo de exclusão produzido por uma mais-valia globalizada, motor único da globalização como perversidade.

“A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização” (idem, p. 20).

A rapidez e a lentidão servem como referência para os espaços hegemônicos, que dão as ordens, política, cultural e economicamente, e aqueles que as cumprem. Revelam-se, portanto, territórios produzidos e usados nos embates de diferentes intencionalidades, cuja tecnificação abre possibilidades de conhecimento e ação no mundo impostos a muitos e controlados por poucos.

Metaforicamente, Santos e Silveira (2004) utilizam a expressão “espaços opacos e espaços luminosos” para se referirem às complexas diferenciações geográficas pautadas em uma ampla gama de variáveis:

“Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consciência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas” (idem, 2004, p, 264).

A “confusão dos espíritos” viabiliza a consolidação de novos totalitarismos, cuja fonte é a competitividade (SANTOS, 2004, p. 37). O financeiro domina todos os aspectos da vida, em especial, por forjar um discurso do mundo único, da cultura de massa e do mercado global. Já o sistema técnico hegemônico serve como base material para essa nova forma de totalitarismo, o globalitarismo (idem, p. 53).

Esses totalitarismos se dão na esfera do trabalho como, por exemplo, num mundo agrícola modernizado onde os atores subalternizados convivem, como num exército, submetidos a uma disciplina militar. O totalitarismo não é, porém, limitado à esfera do trabalho, escorrendo para a esfera da política e das relações interpessoais e invadindo o próprio mundo das pesquisas e do ensino universitários, mediante um cerco às ideias cada vez menos dissimulado. Cabe-nos, mesmo, indagar diante dessas novas realidades sobre a pertinência da presente utilização de concepções já ultrapassadas de democracia, opinião pública, cidadania, conceitos que necessitam urgente revisão, sobretudo nos lugares onde essas categorias nunca foram claramente definidas nem totalmente exercitadas (idem, p. 54-55)

É por meio dessa nova condição do espaço geográfico que o dinheiro e a informação se tornam tiranos. Servem como pilares de um capitalismo global que exclui e oprime, ao mesmo tempo que se oferece como única narrativa, como única possibilidade. E tal tirania, cujo foco é atender aos interesses hegemônicos, não soluciona a crise estrutura que se impõe sobre todo nós, mas pode agravá-la.

Segue nesse bojo, a inauguração de novas formas de violência estrutural, sejam elas do controle a manipulação das informações e da mídia, na educação, sucateada e esvaziada das humanidades em nome de uma lógica que se pretende “neutra” e “empreendedora”, até a violência do sistema financeiro, focado muito mais na competitividade em detrimento da solidariedade. E o Estado, nessa perspectiva, acaba por atuar no sentido de dificultar que os benefícios desse processo sejam

gozados por todos, de forma realmente global. Portanto, um estado a serviço dos agentes hegemônicos, que buscam privilégios e não direitos. Violência de toda ordem.

“Os papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, com o nome de segredo da marca; o engodo, com o nome de *marketing*; a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia. É uma situação na qual se produz a glorificação da esperteza, negando a sinceridade, e a glorificação da avareza, negando a generosidade. Desse modo, o caminho fica aberto ao abandono das solidariedades e ao fim da ética, mas, também, da política. Para o triunfo das novas virtudes pragmáticas, o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado, na qual a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário. Estas são as razões pelas quais a vida normal de todos os dias está sujeita a uma violência estrutural que, aliás, é a mãe de todas as outras violências” (SANTOS, 2004, p. 61)

Como vemos, o processo é eminentemente territorial. Isso posto, há que se considerar que os agentes hegemônicos se apropriam dos melhores territórios e reestruturam o espaço, fragmentando os territórios a partir de seus interesses. A ideia é sempre garantir a fluidez do dinheiro em estado puro, da competição e do consumo, a partir de ordens verticalizadas, que desconsideram, e até mesmo negam, inclusive ou evidentemente, toda a catástrofe ambiental advinda desse processo. Falamos, portanto, da contradição estabelecida em um avanço técnico a nível global que piorou a qualidade de vida das pessoas.

Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída.

Paulo Freire

Ao nos depararmos com a análise crítica que Milton Santos nos oferece, a produção de um novo mundo, de uma globalização mais humana, parece algo muito distante. Contudo, vê-se na mesma base técnica do MTCl a possibilidade do cumprimento de outros objetivos, a partir de novos fundamentos.

Milton Santos compreendia que, se em um primeiro momento a busca do indivíduo no contexto do MTCI e da globalização seria pelo consumo, a identificação das populações abandonadas e o reconhecimento da escassez levariam, em um segundo momento, à busca pela cidadania jamais alcançada até então. A esperança reside na ação dos grupos sociais excluídos sobre a contradição inerente ao sistema capitalista e a globalização, evidenciados pela configuração territorial. Reside na luta dos excluídos de toda ordem, daqueles que convivem com a escassez e da miséria.

Se por um lado há um grupo que busca a manutenção do *status quo*, há a emergência de novos valores diferentes no contexto da globalização, que se apoiam no mesmo MTCI para devolver ao mundo a sua visão crítica, sua própria política de sobrevivência, mostrando ao mundo que a globalização que aí está não é um processo irreversível:

“(...) devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições” (SANTOS, 2004, p. 160)

A precariedade e a pobreza podem inspirar soluções baseadas sobre a mesma base técnica, de forma consciente e criativa, realizando uma história a partir das camadas populares.

Desse modo, Santos (*idem*) defende a pertinência da utopia a partir dos valores fundantes do humano e daqueles contingentes, vinculados à história atual. E afirma que os futuros são muitos, a partir daquilo que se produz da confluência entre o “reino das possibilidades” e o “reino das vontades”.

Um novo mundo é possível a partir dos novos usos que os grupos excluídos podem e já realizam do mesmo aparato técnico que constitui os territórios. Tal processo guarda a possibilidade da produção de novas racionalidades e ressignificações em busca de atender os anseios básicos da humanidade.

Falo de um contradiscurso anti-hegemônico usando o próprio MTCI, evidenciando as contradições do sistema, reinaugurando o mundo a partir das lógicas populares. Quebram-se, assim, os monopólios e controles em nome do coletivo em detrimento do individual, recuperam-se os valores da ancestralidade, da cooperação, restaurando o humano, refundando o mundo.

Como Freire nos inspira, *esperançar* é importante, mas não basta. Há que lutar, na utopia de que a ação humana produza a outra globalização possível, que emerge de baixo para cima, a partir do povo, já mostrada por Milton Santos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CAPÍTULO VII

CONTRIBUIÇÕES DE CARLOS NELSON COUTINHO PARA A ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E DA CONJUNTURA TEMER/BOLSANARO⁶²

Rodrigo de Souza Filho⁶³

Bruna Figueiredo Oliveira⁶⁴

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito discorrer sobre a contribuição teórica de Carlos Nelson Coutinho para a reflexão sobre os rumos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, evidenciando a importância e a atualidade do pensamento do comunista baiano.

Nascido em Itabuna no ano de 1943, Coutinho considera o fato de ter descoberto, aos 14 anos, na biblioteca do seu pai, os livros “Manifesto do partido comunista” e “Do socialismo utópico ao socialismo científico” como fundamental para sua formação, afirmando: “li o Manifesto de um só fôlego (...) e, tão logo terminei a leitura, já era comunista”⁶⁵.

Carlos Nelson Coutinho se formou em Filosofia e logo iniciou sua graduação em Direito — porém, esta última não foi concluída. Contudo, seus estudos se desenvolveram de maneira autodidata e desde muito cedo foi destaque nos jornais de sua época pelas promissoras publicações que uniam sua capacidade crítica e sua rigorosa referência teórica. Outro aspecto significativo de sua formação se refere à militância, desde sua juventude, no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ou seja,

⁶² Artigo elaborado com base na Palestra apresentada no Seminário da Universidade Federal Fluminense: “Encontro Administração, Economia política e pensamento social brasileiro: Um tributo a Theotônio dos Santos” - Carlos Nelson Coutinho por Rodrigo de Souza Filho, em 28/03/2019.

⁶³ Doutor em Serviço Social/UFRJ; Professor Associado da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

⁶⁴ Doutoranda em Serviço Social/UFJF

⁶⁵ Entrevista a Marcos Nobre e José Márcio Rego, publicada em Id. (orgs.). Conversas com filósofos brasileiros, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 373-399.

Carlos Nelson se forjou, em sua formação e ao longo de sua vida, como um intelectual marxista e comunista, independentemente das filiações partidárias que possuiu.

Segundo Netto (2012), após a publicação de um conjunto de ensaios pela editora Paz e Terra, Coutinho passou a ser reconhecido como um dos maiores críticos literários do país, tal feito seria resultado da sua “pioneira explicitação dos parâmetros analíticos da teoria do realismo de Lukács” além “da sua aplicação criadora a um clássico da literatura brasileira – e os dois ensaios respectivos (um sobre o realismo como categoria central da estética e outro sobre o romance de Graciliano Ramos) tornaram-se, desde então, antológicos” (IDEM, p. 181).

Nesse sentido, suas escolhas literárias estavam sempre ligadas aos clássicos da literatura universal; e sobre sua atividade crítica, tornou-se um interlocutor de Lukács e passou a produzir de maneira significativa ensaios que posteriormente tornaram-se obras consagradas, um exemplo disso é sua produção sobre Lima Barreto. Em 1972, Coutinho publica seu segundo livro, intitulado “O estruturalismo e a Miséria da Razão” no qual expressava sua capacidade criativa e sua fidelidade ao pensamento de Lukács, “se o filósofo húngaro já analisara a “destruição da razão”, Carlos Nelson lança luz sobre o processo de constituição da “razão miserável” (de que o estruturalismo francês dos anos 1960 era emblemático), que não fora objeto da pesquisa de Lukács.” (NETTO, 2012, p. 182). Em 1974, publica “O significado de Lima Barreto em nossa literatura”, texto de grande importância, pois a partir das críticas sobre o “O triste fim de Policarpo Quaresma” introduz as categorias de “via prussiana” – Lenin e “revolução passiva” – Gramsci, para entender a realidade brasileira.

Neste mesmo período da década de 1970, Coutinho se exila na Europa (1976 até 1978), em decorrência da ditadura, momento no qual sua trajetória intelectual sofre importantes mudanças. Durante sua passagem por Portugal, Itália, e França, dedicou-se ao estudo dos clássicos da Teoria Política — especialmente Gramsci — e, ao retornar do exílio, no auge da agonia ditatorial, seu grande interesse passou a ser a compreensão do Brasil com ênfase nos temas sobre democracia, teoria e prática política. Pode-se ressaltar a participação ativa de Coutinho, ainda no PCB, no qual contribuiu com as discussões sobre a questão democrática e o processo de democratização. Entretanto, conforme destaca Braz (2012), rompe com o partido em 1982 após perceber, além de outras questões e polêmicas, que as decisões do PCB não se alinhavam com suas elaborações e defesas sobre a estratégia revolucionária mais adequada para a realidade brasileira. Pois, para o comunista baiano e as

correntes às quais se vinculava, a centralidade estratégica da revolução deveria estar na “questão democrática’ no sentido de associá-lo [a] ao par socialismo/democracia como uma alternativa à clássica etapa democrática-burguesa” (BRAZ, 2012, p. 248).

Ao retornar do exílio, Coutinho faz uma intervenção no debate político da época extremamente polêmica. O trabalho, publicado em 1979, sob o título “A democracia como valor universal” desencadeou uma sucessão de debates na esquerda brasileira que o levou a ser acusado de reformista, revisionista, etc. De acordo com Netto (2012), esse texto marca decisivamente a trajetória política e intelectual do autor, pois apesar de não abandonar as traduções e as críticas literárias, coloca-se de maneira mais enfática nos debates em torno da política. Sob o contexto histórico da ditadura e das lutas internas no PCB, o objetivo do texto seria, portanto, explorar a relação indissociável entre socialismo e democracia, aliado à tentativa de redefinir a estratégia da revolução brasileira⁶⁶. Segundo Braz (2012), tal assertiva tem como base três pressupostos históricos: a complexificação das lutas de classe nas sociedades de capitalismo monopolista em sua forma madura, a falência do chamado socialismo real como modelo e, por último, o esgotamento da estratégia de libertação nacional do PCB. Cabe ressaltar que, apesar do grande cenário de divergências que se formou a partir dessa publicação, Coutinho permaneceu firme em suas posições.

“A partir de então, passou a produzir textos sobre questões teóricas do movimento socialista, o que elaborando essencialmente uma série de ensaios esclarecedores acerca do nosso país, seja sobre analistas da história brasileira (como o seu estudo antológico de Caio Prado Jr.), seja sobre problemas candentes da nossa sociedade (como os referidos à nossa “via prussiana”, à relação Estado/sociedade civil e à questão democrática)” (NETTO, 2012, p. 182).

⁶⁶ Sobre a relação entre socialismo e democracia pautada por Coutinho, em 1979, ao publicar o ensaio “Democracia como valor universal” (COUTINHO, 1980), retomada, em 1992, no livreto “Democracia e socialismo”, podemos resumir que o marxista baiano indica que a democracia (ou democratização, como posteriormente formula, ao agregar a perspectiva lukacsiana que concebe a democracia como processo e não como estado – Coutinho, 1992: 20) como valor universal pressupõe o entendimento de que ela “contribui para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem (...) em diferentes formações econômico-sociais” (Coutinho, 1992: 21). Ou seja: para o autor, a democracia é o instrumento que possibilita resolver determinadas situações oriundas das divergências existentes na sociedade (capitalista ou socialista) de forma mais positiva para o enriquecimento do gênero humano. Não será possível, aqui, abordar as polêmicas surgidas à época e ainda presentes no campo da esquerda acerca dessa formulação coutiniana. Nossa posição sobre o tema se encontra em Souza Filho & Gurgel (2016, pp. 59-72). Para uma análise profunda e rigorosa sobre o pensamento de Carlos Nelson sobre a temática, ver Neves (2019).

Após sua saída do PCB, Coutinho se filia ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas durante a primeira gestão do governo Lula, em 2004, desvincula-se⁶⁷ do partido e “fez nova aposta: foi, como outros intelectuais significativos, um dos fundadores do Partido Socialismo e Liberdade (Psol)” (NETTO, 2012, p.78).

Outro marco de extrema importância na trajetória de Carlos Nelson Coutinho foi sua entrada na universidade como professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Entretanto, como já mencionado, a evolução do seu pensamento não foi fruto exclusivamente da vida acadêmica, ao contrário disso, sua relação entre a construção do conhecimento autodidata e a militância partidária é que contribuiu significativamente para o enriquecimento da produção intelectual no Brasil.

Durante seus serviços na ESS/UFRJ, Netto (2012, p. 183) destaca que Coutinho não se acomodou na posição de um “estranho no ninho”. Embora não fosse assistente social de formação, afirmava que não seria um mero observador externo do/ao Serviço Social. “De fato, interessou-se pelos debates do Serviço Social, leu os principais autores da sua bibliografia, prestigiou os eventos da categoria profissional e ofereceu a sua contribuição a encontros e seminários de pesquisa. Converteu-se, nas suas próprias palavras, em um ‘assistente social honorário’” (IDEM, IBIDEM).

Para além disso, é importante destacar a contribuição de Coutinho, principalmente em 1986, período em que o Serviço Social estava passando por uma profunda reformulação do seu currículo e da sua direção, consolidando uma nova perspectiva para a profissão e se apropriando criticamente de elementos a partir da tradição marxista. Esse período ficou conhecido como o “Movimento da Virada”. Aliado a isso, Coutinho se empenhou na reformulação do mestrado e na criação do doutorado na ESS/UFRJ.

Durante o exercício docente, seu prestígio acadêmico alcançou solos para além do Brasil, “a partir dos meados de 1990, Carlos Nelson Coutinho torna-se um pensador internacionalmente conhecido” seus livros foram publicados em países como Itália, Cuba e Chile. “Seus textos são traduzidos ao inglês, ao italiano, ao francês, ao castelhano e até ao japonês e ao romeno. Neste período, prossegue redigindo ensaios, publicando livros, intervindo na imprensa, concedendo entrevistas a periódicos brasileiros e estrangeiros” (NETTO, 2012, p. 183).

⁶⁷ Para entender o processo de transformismo do PT e saída de Coutinho e outros importantes nomes da esquerda brasileira, ver Iasi (2012) e Coelho (2005).

Desde meados de 1990 até 2005, com a colaboração de Marco Aurélio Nogueira e Luís Sergio Henrique, Coutinho passou a se dedicar de forma intensiva à edição em português, em seis volumes, dos Cadernos do Cárcere (ademais de dois volumes das Cartas do Cárcere e outros dois de Escritos Políticos). Netto (2012) afirma que a qualidade desse trabalho em torno dos escritos gramscianos no Brasil resultou em um grande reconhecimento mundial, sendo considerado, de todas as versões traduzidas do italiano, a versão mais credibilizada.

Em junho de 2012, aposentou-se e recebeu o título de Professor Emérito pela UFRJ. Faleceu nesse mesmo ano, deixando como legado uma sólida contribuição ao marxismo em nosso país, cuja expressão pode ser observada, por meio da sua militância revolucionária e da sua seriedade, além da consistência e rigor teórico com que sempre tratou o pensamento dos clássicos no marxismo.

Em síntese, os elementos biográficos aqui expostos nos permitem indicar que o legado intelectual e político do autor merecem ser reconhecidos, valorizados e aprofundados. Netto (2012) afirma que é inegável a importância da obra de Carlos Nelson, pois marca “(...) profundamente a cultura brasileira no seu sentido mais amplo e nela se inscreve duradouramente. Trata-se de uma obra em que a crítica literária, cultural e social dá as mãos à elaboração teórica e política e à intervenção sociocêntrica”. As elaborações de Coutinho têm uma constituição diferenciada, pois seus fundamentos se expressam “numa rigorosa e criativa exegese de Marx, Lukács e Gramsci e se desenvolve numa unidade garantida, entre outros componentes, pela sempre reafirmada opção revolucionária” (NETTO, 2012, p. 184).

É com base nesse pressuposto, portanto, que o presente trabalho vem apresentar ao leitor, em linhas gerais, a interpretação coutiniana acerca da formação social brasileira e indicar, a partir do legado que nos deixou, possíveis análises sobre os rumos da política atual no Brasil, tornando evidente que o marxista baiano se tornou um clássico no que se refere ao pensamento social brasileiro. Apesar de não ter vivenciado uma sucessão de fenômenos que se intensificaram logo após sua morte (jornadas de junho, eleições de 2014, impeachment da presidenta Dilma, eleição do governo Bolsonaro, etc.) suas contribuições continuam valiosas e atuais, permitindo-nos pensar, entender e refletir sobre o Brasil contemporâneo.

Em síntese, este trabalho será desenvolvido e apresentado ao leitor por meio do seguinte percurso: 1) resgate da crítica literária realizada por Coutinho em relação ao livro *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, no qual o marxista baiano

analisa a formação social brasileira por meio das categorias de “via prussiana” e “revolução passiva”, indicando os processos de “rupturas e continuidades” ao longo da forma peculiar do desenvolvimento econômico, social e político brasileiro; 2) resgate da análise de Carlos Nelson relativa aos governos do PSDB e PT, pela qual o pensador baiano — resgatando de Gramsci uma categoria pouco trabalhada nas análises sobre formação social — atribui a esse período histórico a existência de um movimento de “contrarreforma”; 3) sob a inspiração de Coutinho, analisamos os fenômenos recentes (a partir da conjuntura dos governos Temer e Bolsonaro), indicando a presença de novas determinações da radicalização da contrarreforma neoliberal em curso. Ou seja, diferente dos governos PSDB e PT, foi agregada a ela elementos/traços de reacionarismo fascizantes, neoconservadores e ultraneoliberais.

Por fim, a título de considerações finais, indicamos possíveis caminhos de interpretação para entendermos como certos segmentos das camadas populares aderiram às ideologias que conformaram o projeto de governo bolsonarista que são essencialmente contrárias aos seus próprios interesses. Para tanto, retomamos a crítica literária realizada por Coutinho ao livro *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, e trabalhamos com a categoria de “bizarro” utilizada na análise de Policarpo — presente também em suas reflexões sobre “a hegemonia da pequena política”, ocasião em que resgata Gramsci (1999).

2. REVOLUÇÃO PASSIVA E A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para Neves (2019), Coutinho foi um dos maiores pensadores na década de 1990 para pensar o Brasil, cuja teoria evidencia uma discussão que foge das leituras economicistas, enfatizando os processos de “rupturas e continuidades” que muito nos ajuda a pensar a forma peculiar por meio da qual as relações capitalistas se desenvolveram no Brasil desde a Independência.

Isso significa dizer que, diferentemente dos países que tiveram uma transição clássica para o capitalismo, o Brasil passou por um processo de revolução passiva, ou seja, transformações que se deram pelo alto conservando elementos da velha ordem e tendo como um de seus elementos centrais o fortalecimento do Estado. Em vez do protagonismo popular ou ascensão de um processo dirigido pela burguesia revolucionária, “a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com exclusão das forças populares

e a utilização permanente de aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado” (COUTINHO, 2007, p. 196).

A categoria de revolução passiva, criada por Gramsci foi incorporada por Coutinho em sua publicação do artigo “O significado de Lima Barreto”, no qual o autor faz uma crítica literária ao “Triste fim de Policarpo Quaresma”. Cabe aqui destacar que é exatamente nesse texto que a incorporação da categoria “via prussiana” aparece sendo utilizada pela primeira vez de forma rigorosa, como chave heurística para a interpretação do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (NETTO, 2012a, p. 64)⁶⁸. Nesse sentido, vale ressaltar a seguinte afirmação de Carlos Nelson no texto: “O caminho do povo brasileiro para o progresso social – caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de ‘via prussiana’” (COUTINHO, 2011, p. 90 e 91). Para o pensador baiano, Lima Barreto consegue identificar por meio do seu romance essa tensão do Brasil que se equilibrava entre o atraso e o novo. Portanto, podemos indicar que, durante esse período, Coutinho acompanha a formulação leniniana como critério explicativo da realidade brasileira, ficando em segundo plano a categoria “revolução passiva” desenvolvida por Gramsci.

Entretanto, um novo conjunto de publicações⁶⁹ demonstra, cada vez mais, ao longo do desenvolvimento do pensamento de Coutinho, a incorporação da categoria “revolução passiva” como eixo explicativo central para a análise da realidade brasileira, complementando a utilização da categoria “via prussiana” e evitando, dessa forma, qualquer vício economicista. De acordo com o autor, “na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infraestruturais do processo, o conceito de Lenin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e em muitos casos determinam – essa modalidade de transição”. Para o marxista brasileiro, a categoria “revolução passiva” “sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências economicistas” (COUTINHO, 2007, p. 197). Essa

⁶⁸ Silva (2012, pp. 14-16 e 19), em seu trabalho sobre as categoria “via prussiana” e “revolução passiva” no pensamento de Carlos Nelson Coutinho, apesar de indicar que outros autores (João Amazonas, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e João Quartim de Moraes), antes da publicação do texto seminal de Coutinho sobre Lima Barreto (1974), recorreu à noção de “via prussiana” para suas análises sobre o Brasil, registra “que a maioria dos autores elencados se vale dos conceitos em questão apenas de modo tópico, sem maiores implicações em relação ao foco de seus trabalhos, sendo a obra de Coutinho uma das mais sistemáticas em relação ao problema em questão”.

⁶⁹ Cf: “Gramsci e O Brasil”; “Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político”; “Crise e redefinição do Estado brasileiro”; “Estado brasileiro, crise, gênese e alternativas”.

afirmação torna evidente que Coutinho busca complementar a análise leniniana centrada na economia política com a reflexão sobre a dinâmica da superestrutura no processo brasileiro de transição para o capitalismo. Ao articular infra e superestrutura, o autor trabalha essa temática a partir da perspectiva da totalidade.

Cabe aqui fazermos, brevemente, uma pequena observação acerca da utilização da categoria “via prussiana” e, como faz Coutinho, também da “revolução passiva”, para a análise do processo de transição para o capitalismo no Brasil. Chasin (1978, p. 626) entende que Coutinho se destacou como um “pioneiro fértil e bem sucedido” ao utilizar a categoria “via prussiana” “de forma *próxima* ou *assemelhável*” para pensar o processo brasileiro de transição para o capitalismo. No entanto, o autor buscou indicar e explicitar outras determinações para que fosse possível desenvolver uma categoria própria da formação social brasileira. Nesse sentido, Chasin desenvolve a categoria “via colonial” para expressar outra, diferente da “via prussiana”, particularidade do *universal* “via não clássica” para o capitalismo.

De maneira que ficam distinguidos, neste universal das formas não clássicas, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao atraso, dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é, nem se põe como o mesmo.

Conclusivamente: de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o caminho prussiano; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de via ou caminho colonial (CHASIN, 1978, p.628)⁷⁰.

Ou seja, o objetivo de Chasin é buscar determinações mais concretas do caso brasileiro e, a partir disso, caracterizar de forma mais precisa a transição capitalista no Brasil. Carlos Nelson Coutinho reconhece essa particularidade, afirmando que “é evidente que o caso brasileiro gera uma ‘via brasileira’, ou seja, tem suas próprias especificidades”, mas destaca que essas categorias (via prussiana e revolução passiva) “permitem captar algumas determinações decisivas da formação do Estado que se gestou em nosso país, sobretudo depois da Independência” (COUTINHO, 2006, p. 175). Ou seja, como sinalizado por Chasin, Coutinho utiliza as categorias “de forma *próxima* ou *assemelhável*”.

⁷⁰ Mazzeo (1997), a partir do debate sobre as “vias do desenvolvimento capitalista” no Brasil, formula a noção de “*via prussiano-colonial*” para expressar a geneticidade do processo brasileiro. Sobre esta questão, ver também Mazzeo (2016).

Antes de avançarmos no debate, é primordial diferenciar as categorias e expor, de modo geral, suas respectivas diferenças. Iniciando por “via prussiana”, podemos afirmar que Lenin retomou o legado de Marx e Engels para construir uma noção capaz de pensar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a partir do que ele denominou, em sua obra *O programa agrário da socialdemocracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*, de “dois tipos de evolução agrária burguesa”:

A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho de tipo prussiano e caminho tipo norte-americano. No primeiro caso, a exploração feudal do latifúndio transforma-se lentamente numa exploração burguesa-júnker, condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de “Grossbauers” (lavradores abastados). No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que conquista e fragmenta as propriedades feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras feudais-latifundiários-júnters. No segundo caso, o conteúdo está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês (LENIN, 1980, p.30).

Enquanto isso, Gramsci (importante ressaltar que o filósofo italiano tem como forte herança os clássicos do marxismo, Marx, Engels e Lenin), ao procurar analisar as singularidades do *Risorgimento* italiano acerca do processo de modernização empreendido, com ênfase na unificação do Estado italiano, indica:

Deve-se examinar se a fórmula de Quinet pode ser aproximada da de “revolução passiva” de Cuoco; elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico elementar não orgânico das massas populares através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas” (GRAMSCI, 1999, p. 393).

Ou seja, uma “revolução pelo alto”, na qual não há uma participação efetiva das camadas subalternas no processo de revolução burguesa na Itália, quando do processo de unificação italiana. Nesse sentido, Coutinho sintetiza:

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover

uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações providas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução, de conservação e modernização* (COUTINHO, 2012, p. 120).

A partir dessa perspectiva gramsciana de “revolução passiva”, baseada na análise do *Risorgimento*, Coutinho desenvolverá sua análise acerca do processo brasileiro de modernização capitalista.

Em relação à Independência, de acordo com a análise do marxista baiano, “o processo de Independência não se constituiu absolutamente em uma revolução no sentido forte da palavra, isto é, não representou um rompimento com a ordem estatal e socioeconômica anterior, mas foi apenas um rearranjo entre as diferentes frações das classes dominantes” (COUTINHO, 2006, p. 175), isso quer dizer que, em termos gramscianos, tratou-se de uma revolução passiva, na medida em que a ruptura com Portugal foi processada de forma débil, levada a cabo pelo herdeiro real Dom Pedro I, sem a participação das classes subalternas. Diante disso, Coutinho chama atenção para o fenômeno da unificação brasileira:

[...] um processo de independência diverso, gerado efetivamente de baixo para cima, ou seja, por meio da ação de movimentos republicanos e relativamente populares – como os que ocorreram, por exemplo, não só em várias regiões da América espanhola, mas também entre nós nas ‘inconfidências’ mineira e, sobretudo, baiana –, talvez não fôssemos hoje um único país, um país unificado. E essa eventual fragmentação não teria sido, necessariamente, um fato negativo, caso tais repúblicas tivessem sido construídas com participação popular, forjando assim estruturas democráticas ou, no mínimo, menos oligárquicas. Na verdade, creio que o chamado ‘milagre’ da unificação brasileira se deve essencialmente ao fato de que nossa Independência se deu ‘pelo alto’. E isso criou este fato anômalo de que o Brasil foi Estado antes de ser uma nação (COUTINHO, 2006, p. 176).

Isso evidencia a constituição da classe dominante brasileira que é, portanto, totalmente alheia ao povo, pois, apesar de avançarmos enquanto nação, essa construção foi feita a partir do Estado, sem participação ativa das classes subalternas. Além disso, as questões nacionais e populares não possuíam uma efetiva identificação com a burguesia brasileira. Coutinho (2006) afirma, utilizando as categorias gramscianas, que se estabeleceu no país uma “ditadura sem hegemonia.

Ou seja, nossas elites foram apenas “dominantes”, deixando de lado o fundamental papel da “direção”.

Outro fenômeno extremamente importante da nossa história que ilustra um processo cristalino de revolução passiva foi a Era Vargas.

Costuma-se dizer que foi a partir de 1930 que ingressamos na ‘modernidade’, mas me parece mais preciso dizer que o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para consolidar efetivamente a transição do Brasil para o capitalismo. Depois da Abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado burguês, mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava ‘modo de produção especificamente capitalista’, ou seja, a indústria (COUTINHO, 2006, p. 176).

Nesse período, culminou uma época de reivindicações tanto do movimento operário que reivindicava direitos políticos e sociais quanto das classes médias em ascensão requerendo maior participação política nos aparelhos de poder. Essas pressões “de baixo” movimentaram setores da oligarquia agrária dominante (especificamente o setor da produção para o mercado interno) para que liderasse a Revolução de 1930. Ou seja, para conter os movimentos populares — mesmo que esses se apresentassem mantendo um caráter de “subversivismo esporádico, elementar, desorganizado” — foi preciso levar a cabo a criação de um novo bloco de poder, o qual tinha como perspectiva a subalternização da ala oligarca ligada à agricultura de exportação, além do processo de cooptação das lideranças moderadas político-militar. “O caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados” (COUTINHO, 2007, p. 200).

A ditadura de Vargas promoveu uma avançada modernização pelo alto, marcada pela acelerada industrialização, apoiada pela “fração industrial da burguesia e da camada militar”, na qual algumas demandas populares foram atendidas — indicando assim, os dois aspectos fundamentais do conceito gramsciano: “restauração e renovação”. Do ponto de vista do atendimento a determinadas demandas populares, Coutinho destaca que o governo “promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, há muito reivindicado pelo proletariado (salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria, etc.), ainda que o preço de impor uma legislação sindical corporativista, copiada diretamente da *Carta del Lavoro* de Mussolini, que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal e anulava sua autonomia” (COUTINHO, 2007, p. 200).

O Estado burguês que ganhou forma a partir da Revolução de 1930 não se alterou significativamente. Isso quer dizer que desde 1930 até a ditadura civil-militar de 1964, uma era que foi denominada de “pacto populista”, que atingiu o seu ápice durante o segundo governo de Vargas e o governo de Juscelino Kubistschek, a hegemonia junto às classes subalternas foi realizada por meio do que Coutinho denominou de “hegemonia seletiva” (2006), na medida em que no movimento de incorporação de certas demandas dos trabalhadores ao bloco do poder — direitos sociais, político, trabalhistas e acesso as políticas públicas — eram excluídos desse arranjo, por exemplo, os trabalhadores do campo, as empregadas domésticas e os trabalhadores urbanos que não possuíam sua profissão regulamentada. Por isso, o autor baiano indica a relação entre a concepção de “hegemonia seletiva” e as determinações da “cidadania regulada”, no sentido desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos (1987).

Coutinho ainda indica que foi com o fim da ditadura varguista em 1945 (mais precisamente durante os breves anos do governo Jango e em menor medida nos anos de JK) que tal cenário começa a ser alterado. A expansão das relações capitalistas no Brasil e a conseqüente expansão dos “aparelhos privados de hegemonia”, tanto vinculados ao capital quanto ao trabalho, promovem, em termos gramscianos, um processo de “ocidentalização” no Brasil. Ou seja, começa a tomar forma uma espécie de equilíbrio entre o Estado propriamente dito (sociedade política) e a sociedade civil. Apesar disso, é importante ressaltar que esse retorno à democracia e o início de sua ampliação durante os anos de 1955-1964, apresentou-se de forma limitada e caracterizada por Coutinho (2006, p.180) como uma “esquizofrenia entre o real e o legal”, pois tanto o PCB quanto o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) eram ilegais, apesar de não clandestinos, e os sindicatos continuavam subordinados e atrelados à estrutura corporativa do Estado.

De modo geral, o autor indica que esse equilíbrio constituído nos governos Jango e JK (sociedade civil mais ativa e autônoma) significou “os primeiros sintomas de crise do Estado centralizador e corporativista surgido na esteira da Revolução de 1930” (COUTINHO, 2006, p. 180), porém essa tendência foi rapidamente contida com golpe civil-militar de 1964, instaurando assim a ditadura mais longa da história brasileira.

Diante do exposto, Coutinho afirma que a ditadura civil-militar de 1964 foi uma forma de revolução passiva que agregava elementos de repressão extremamente

violentos com a retórica de que “era preciso estabelecer a ‘verdade cambial’ a ‘verdade salarial’ etc., ou seja, o pleno funcionamento do mercado” (IDEM, p. 181). Simultaneamente, do ponto de vista das políticas sociais, unificou o sistema previdenciário, formalizou o emprego doméstico, incorporou o trabalhador rural e possibilitou que os trabalhadores sem regulamentação profissional e vínculo empregatício formal pudessem, por meio de contribuição, serem incorporados ao sistema. Nesse sentido, a ditadura foi rompendo com a lógica da cidadania regulada (SANTOS, 1987). Assim, o que se viu na prática foi uma modernização conservadora que usava, cada vez menos, a forma corporativista para assimilar organismos da sociedade civil, principalmente aqueles vinculados ou próximos aos interesses das classes subalternas, porém, e isso é fundamental, quando não era possível, a repressão era o método de intervenção. Cabe ainda sublinhar que Coutinho (2007) nos chama atenção quando salienta que não é possível afirmar que a experiência brasileira da ditadura civil-militar de 1964 se encaixa nos moldes do fascismo clássico, apesar de existirem diversas semelhanças, no campo econômico e político, com o fascismo italiano.

Em síntese, significa dizer que esse Estado repressivo conseguiu certo consenso entre as camadas subalternas e médias, além de sempre estar a serviço do capital nacional e internacional, para o processo de consolidação da fase monopólica do capitalismo brasileiro, mesmo que para isso fosse necessário compor “formas econômicas variavelmente ‘modernas’, ‘antigas’ e ‘arcaicas’, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial” (FERNANDES, 1981, p. 269).

Por isso, caracteriza-se enquanto uma ditadura modernizadora, ainda que conservasse vários elementos de atraso, foi possível promover um intenso crescimento das forças produtivas. Por esse motivo, o Brasil se complexificou economicamente e, de maneira contraditória, gerou os pressupostos para uma sociedade civil forte e articulada. De acordo com Coutinho (2006, p. 187), “a ditadura tentou, por diferentes meios, reprimir essa sociedade civil emergente, mas não foi capaz por exatamente não ser fascistas no sentido ‘clássico’”. Portanto, se por um lado o Estado autoritário buscava reprimir a sociedade civil, por outro, esta última desenvolvia seu florescimento progressivo.

Contudo, esse processo entra em crise e isso pode ser evidenciado com as sucessivas derrotas de 1974, 1978, 1982 nas eleições parlamentares. Ou seja, a

tentativa de legitimação não era mais sustentada e entra em colapso, perdendo suas bases de consenso entre as camadas médias e, de certa forma, subalternas, mas também pela burguesia que anteriormente havia apoiado a decisão do golpe (COUTINHO, 2007). O desenvolvimento das forças produtivas, ou, de forma mais precisa, a consolidação da fase monopólica do capitalismo brasileiro, contraditoriamente fortaleceu a organização da classe operária e produziu movimentos sociais urbanos e rurais reivindicativos.

Diante desse cenário, foi possível que os aparelhos da sociedade civil progressistas voltassem para cena política com arranjo amplo das forças antiditatoriais constituído por forças da esquerda e dos conservadores “esclarecidos” (COUTINHO, 1985). Surge, nesse contexto, um novo sindicalismo ou “sindicalismo autêntico” que tinha como perspectiva superar o peleguismo e a relação corporativista anteriormente estabelecida.

A partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 um forte movimento de auto-organização, demandando a ampliação de direitos, envolvendo mulheres, jovens, operários, camponeses, as camadas médias, os intelectuais e até alguns setores da burguesia, portanto, diferentes formas organizativas e movimentistas, produziu o movimento de massa em favor das eleições diretas para Presidência da República, que acabou colaborando de maneira fundamental para o término do período da ditadura civil-militar. No entanto, convém destacar que o processo que culminou no término da ditadura e no início da redemocratização se revelou como uma “transição fraca”, na medida em que as forças conservadoras atuaram de forma incisiva, gerando, nas palavras de Coutinho (1992, p.53), a “permanência, na nova situação política criada (...), de claros elementos de ‘prussianismo’”. Dentre eles: 1) executivo forte; 2) mecanismos transformistas de cooptação e clientelismo; 3) formas de populismo; e 4) tutela militar (IDEM, IBIDEM). Nessa conjuntura, “na medida em que essa transição foi fruto da combinação de pressões populares ‘de baixo’ e de operações transformistas ‘pelo alto’, seu ponto de chegada pode ser ou a criação de uma democracia real de massas, aberta ao avanço para o socialismo, ou a restauração do velho liberalismo elitista excludente” (COUTINHO, 2007, p. 217).

Como bem sinaliza Coutinho, existia no Brasil, *grosso modo*, a disputa entre dois projetos de sociedade, aplicáveis e existentes nas sociedades contemporâneas de tipo “ocidental”: o de “democracia de massa” e o do “liberal-corporativismo” (ou neoliberal). O projeto baseado no “liberal-corporativismo” se caracterizaria por possuir

partidos frouxos, representantes de múltiplos interesses e sem organicidade, aliado a uma forma de representação de interesses extremamente pulverizada, atuando por meio de “lobbies” específicos. O projeto baseado na “democracia de massa”, ao contrário, seria caracterizado por possuir partidos orgânicos e programáticos de base homogênea, sindicalismo classista, que busca representar a classe trabalhadora e não apenas a corporação, em que a representação de interesses possui canais articulatórios para a formação de unidade na pluralidade (Coutinho, 1992).

Certamente, os setores que possibilitaram os avanços na Constituição de 1988, expressão institucional do processo de transição, possuíam, como norte, o projeto societal de “democracia de massa”, o que viabilizou a construção de um projeto inspirado no Estado de Bem-Estar. Por outro lado, os setores que mantiveram os aspectos conservadores da Constituição se baseavam na perspectiva “liberal-corporativa” (neoliberal).

A disputa acirrada entre esses projetos marcou sobremaneira as disputas políticas do final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. Infelizmente, a perspectiva “liberal-corporativa” (neoliberal) saiu vitoriosa.

Nesse sentido, a partir dos anos de 1990, o que foi visto foram as tendências regressivas amplamente consolidadas nos governos neoliberais de Collor e FHC, e infelizmente, a chegada do PT em 2003 ao governo federal ficou longe de contribuir para frear a hegemonia neoliberal. Segundo Coutinho (2006, p. 193), “a adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e abriu assim caminho para consolidação da hegemonia neoliberal entre nós”.

Abordaremos esse tema a seguir, pois, para Coutinho (2012, p. 121), não é possível falar de revolução passiva em época da hegemonia neoliberal, mas em “contrarreforma”. Para o autor, os governos liderados pelo PSDB e pelo PT expressam, justamente, aquilo que Gramsci desenvolve quando trata de contrarreforma como “uma pura e simples ‘restauração’, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma ‘revolução-restauração’”. Desse modo, a possibilidade de incorporação de alguns elementos que vêm de baixo é mínima, mas quando acontece é de maneira formal, muitas vezes lateral/não

significativo. Na verdade, o que de fato acontece é a regressão dos avanços progressistas que ocorreram ao longo do desenvolvimento brasileiro.

3. O BRASIL SOB A ÉGIDE DA “ÉPOCA NEOLIBERAL”

Tentando compreender e explicar os fenômenos provenientes da época neoliberal, Coutinho (2012) fala sobre a importância de entendermos o conceito de contrarreforma formulado por Gramsci. Diferente de suas elaborações carcerárias sobre revolução passiva, Gramsci escreve de maneira muito escassa sobre a contrarreforma e na maioria das vezes que se refere ao conceito está ligado ao enfretamento da Igreja Católica contra a Reforma Protestante.

Contudo, quando se refere ao humanismo em seus escritos carcerários, Gramsci fala sobre uma “contrarreforma antecipada”, nesse sentido, de acordo com Coutinho (2012), “pode ocorrer uma contrarreforma também diante de fenômenos históricos outros que não a Reforma protestante” (Idem, p. 120), nesse caso, o pensador italiano se refere ao florescimento das comunas na Itália pré-renascentista:

Assim, não lhe agrada que Toffanin considere todo o Humanismo como fiel ao cristianismo, embora reconheça que até os céticos ostentavam religiosidade. A verdade é que se tratou do primeiro fenômeno “clerical” no sentido moderno, uma Contra-Reforma por antecipação (de resto, era Contra-Reforma em relação à época comunal). Eles se opunham à ruptura do universalismo medieval e feudal que estava implícita nas Comunas e que foi sufocada no nascedouro (GRAMSCI, 2000, p. 157).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Gramsci caracteriza de maneira ainda mais evidente quando escreve em outro parágrafo sobre “as utopias como reações ‘modernas’ e ‘populares’ à Contra-reforma”, definindo os traços desta última como sendo próprio de todas as restaurações (COUTINHO, 2012, p. 120). Assim afirma Gramsci: “a contrarreforma, a qual de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal entre o velho e o novo” (GRAMSCI, 2002, p. 143). Aqui está um ponto central da análise de Coutinho:

Podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem ‘restaurações’, mas que acolheram certa parte das exigências que vinham de baixo, como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente do velho (COUTINHO, 2012, p. 121).

Outro ponto importante que Coutinho (2012, p.121) evidencia, a partir de Gramsci, refere-se “ao fato de que a contrarreforma não se define como tal, como um movimento restaurador, mas – tal como faz o neoliberalismo de nossos dias – busca apresentar-se também ela como uma ‘reforma’”.

Em resumo, as escassas elaborações de Gramsci sobre o conceito indicam fundamentalmente que a “contrarreforma” como todas as restaurações, só podia ser um compromisso entre o velho e o novo, [portanto], elementos de novidade e progresso convivem como “formas” da modernidade em um ambiente contrarreformista, no qual é a velha ordem a ser restaurada (LIGOURI; VOZA, 2017, p. 148). Desse modo, assim como indica Gramsci, é possível estender historicamente o conceito. Ou seja, seus elementos constitutivos oferecem os recursos necessários para interpretar os fenômenos oriundos da conjuntura atual.

A partir das categorias de revolução passiva e contrarreforma, o comunista baiano procura responder a seguinte questão: “a época neoliberal iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima mais de uma revolução passiva ou de uma contrarreforma?” (COUTINHO, 2012, p. 121). De acordo com o autor, é importante evidenciar que tais questionamentos não fazem nenhum sentido para os defensores da ideologia neoliberal. Para Coutinho (IDEM, IBIDEM), os ideólogos neoliberais do nosso tempo gostam de se apresentar “como defensores de uma suposta terceira via, entre o liberalismo puro e a socialdemocracia estadista”. Em linhas gerais, conforme salienta o marxista baiano, “a versão atual da ideologia neoliberal faz assim da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) a sua principal bandeira”.

É por isto que a palavra “reforma”, que historicamente sempre esteve ligada às lutas dos subalternos foi cooptada pela ideologia neoliberal. “Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra ‘reforma’: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação de direitos, proteção social, controle e limitação de mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle” (IDEM, p. 122).

Assim, para Coutinho (2012), não é possível falar em revolução passiva na conjuntura atual, pois, após a reestruturação produtiva, que pôs fim ao fordismo, estabeleceu-se para as classes subalternas e os seus representantes (sindicatos, partidos, etc.) um recuo na correlação de forças com o capital, fazendo com que suas ações passassem a ser realizadas, prioritariamente, de forma defensiva.

Praticamente, não há acolhimento de uma parte das exigências dos de baixo, que era considerado para Gramsci um momento essencial das revoluções passivas.

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (Idem, 2012, p. 123).

Diante disso, o autor defende que é mais adequado falar em contrarreforma e não em revolução passiva para tratar dos traços essenciais da nossa época contemporânea, pois acredita que o capitalismo contemporâneo, conduzido pela perspectiva neoliberal, não permite avanços no que tange a conquista de melhorias substanciais para os de baixo, viabiliza apenas a “restauração plena da economia política do capital”. “Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que (...) Marx chamou de ‘vitórias da economia política do trabalho’ e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital” (COUTINHO, 2012, p.123).

Entretanto, cabe destacar aquilo que o autor nos recorda sobre as indicações de Gramsci, assinaladas anteriormente: “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal entre o velho e o novo”, isso quer dizer que durante um processo histórico de contrarreforma não significa que não haja presença do novo, “mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (COUTINHO, 2012, p. 123).

Portanto, para Coutinho (2012), o Brasil da “época neoliberal” — de Collor, passando por FHC, até chegar a Lula —, deve ser interpretado e analisado à luz da contrarreforma e não da revolução passiva, apesar das nuances da gestão neoliberal efetivada em cada ciclo político.

Coutinho, resgatando as concepções de grande e pequena política em Gramsci⁷¹, ao analisar a dinâmica do governo Lula, indica que ela poderia ser mais bem explicada por meio da formulação “hegemonia da pequena política”. Nas palavras do marxista baiano, “existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 27).

Ou seja, as disputas entre PSDB e PT e, em seguida, seus governos, não eram baseadas em projetos distintos de sociedade e, diríamos mais, nem em projetos de desenvolvimento capitalista distintos. Portanto, se os governos do PSDB promoveram um processo de contrarreforma, a partir da agenda neoliberal, e os governos Lula não apresentaram projetos de sociedade e nem de modelo de desenvolvimento distintos, mas apenas mudanças no padrão de gestão, Coutinho, então, irá construir seu argumento sobre as dificuldades de interpretar tal contexto pela chave da revolução passiva, propondo, assim, a categoria “contrarreforma” (COUTINHO, 2010 e 2012)⁷².

Entendemos que a análise de Coutinho acerca da “época neoliberal” até o último governo Lula, como um período de contrarreforma, pode ser estendida para os governos Dilma, Temer e Bolsonaro, apesar de existirem diferenças nas dinâmicas e nos conteúdos contrarreformistas implementados.

Em relação aos governos do PT, não podemos afirmar que as políticas compensatórias, o acesso ao crédito e o aumento real do salário mínimo destinados às classes subalternas podem ser caracterizados como um momento que “acatou as demandas populares” como acontece nos casos de revolução passiva. Pois se trata de uma época em que predomina de forma consistente e abrangente, sob a

⁷¹ De acordo com o comunista italiano: “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas facções de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política” (GRAMSCI, 2007, p.21).

⁷² Essa análise de Coutinho gerou divergências teóricas entre aqueles que também fazem parte do legado gramsciano. Devido ao escopo deste trabalho, não será possível apresentarmos os elementos que envolvem a polêmica em relação ao debate. Para os entendimentos da época neoliberal e/ou dos governos PT, a partir da categoria revolução passiva, portanto, contrários à análise coutiniana, ver Braga (2010), Bianchi (2017 e 2020), Braga & Bianchi (2015) e Castelo (2012).

hegemonia da pequena política, os momentos de “restauração”. Por isso, um processo de contrarreforma⁷³.

A análise de Filgueiras (2018) sobre a “época neoliberal”, a partir da noção de “padrão de desenvolvimento capitalista” (PDC), reforça e consolida a interpretação, desenvolvida por ele e outros pesquisadores, de que o PDC no Brasil se configura como um Padrão Liberal Periférico (PLP), desde 1990, a partir da ruptura com o Padrão de Substituição de Importações. Dessa forma, Filgueiras (2018) indica que o PLP vem se mantendo, com inflexões no regime de política macroeconômica e com alterações no bloco no poder, desde o governo Collor até o governo Bolsonaro. Entendemos que esta análise, articulada com produções acerca das políticas sociais (BEHRING, 2021; BOSCHETTI, BEHRING e LIMA, 2018; SALVADOR, BEHRING e LIMA, 2019) nos permite avançar na tese do entendimento da “época neoliberal” como contrarreforma, pois expressam o forte caráter de “restauração” do processo, mesmo nos governos PT, apesar das nuances na gestão do PLP.

O ano de 2016 conclui a ruptura da conciliação de classe construída pelo PT que manteve o PLP, mas ampliou o atendimento a alguns interesses das camadas médias e de setores da classe trabalhadora. É nesse contexto que o governo de Dilma Rousseff sofre um golpe parlamentar-jurídico-midiático. Nas palavras precisas de Demier (2017, p. 91):

Azeitado pelo secular ódio de classe, em especial por aquele nutrido pelos setores médios demofóbicos, o golpe no governo teve como objetivo precípua trocar os atuais mandatários por outros mais reacionários, os quais, não constrangidos por qualquer passado combativo e sindical, podem agora, realizar o ajuste fiscal, aplicar as contrarreformas e calar o movimento social, tudo isso no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pelo capitalismo brasileiro em crise. Nesse sentido, é evidente que a queda do governo Dilma foi um fenômeno socialmente regressivo (itálicos no original).

⁷³ Não será possível detalharmos com maior profundidade nossa posição, mas entendemos que o avanço da reflexão sobre a polêmica revolução passiva x contrarreforma para caracterizar a época neoliberal exige um aprofundamento maior acerca do significado e fundamentos da dinâmica do neoliberalismo no Brasil. Para uma aproximação sobre o nosso entendimento acerca dos fundamentos dos governos PT, ver Filgueiras (2018) e Pinho Jr & Souza Filho (2021).

4. O BRASIL E A CONJUNTURA RECENTE: GOVERNOS TEMER E BOLSONARO E A CONTRARREFORMA EM CURSO

Carlos Nelson Coutinho faleceu em 2012, portanto, não presenciou o aprofundamento da crise econômica e política no Brasil, mesmo assim nos deixou pistas importantes para enfrentar os dilemas da conjuntura atual e, por consequência, para seu enfrentamento do ponto de vista das esquerdas e do trabalho.

Todas essas reflexões – certamente apressadas – são postas em questão pela atual crise global do capitalismo, que veio à tona no último trimestre de 2008. Será que teremos de novo, para essa crise, uma solução à direita, como foi o caso da vitória do nazismo depois da crise de 1929 (temor expresso, em recente entrevista, pelo historiador Eric. J. Hobsbawn)? Será que voltaremos à adoção de políticas keynesianas, ainda que sem muitas concessões aos trabalhadores, como parece resultar de algumas propostas hoje postas em prática pelos principais países capitalistas? Será que continuarão a vigorar, ainda que sob novas formas, as mesmas políticas neoliberais? Ou será que, em consequência da crise, voltará a predominar a “grande política”, com uma retomada do papel antagonista das forças da esquerda e do mundo do trabalho? (COUTINHO, 2010, pp. 42 e 43).

Assim como já havíamos adiantado, após o fim da era petista no Brasil, o que se instaurou não foi nem de longe o predomínio da “grande política”, pelo contrário, quando a relação entre o povo, movimentos sociais, intelectuais etc. se rompe, não é mais possível sustentar uma administração, e o partido “perde seu vínculo orgânico com a classe que deveria representar” (COELHO, 2005). A legitimidade sustentada por sua base social se encurta e a extrema direita toma posse da presidência no Brasil, consolidando de maneira ainda mais escancarada os tentáculos da hegemonia perversa neoliberal. É por isso que em consonância com as elaborações de Coutinho, acreditamos que os governos Temer e Bolsonaro também devem ser interpretados a partir da categoria gramsciana de contrarreforma, pois a quadra histórica que nos encontramos está marcada pela intensificação da retirada de direitos, reforçando, mais ainda, os momentos de “restauração” e diminuindo os espaços para o atendimento das “exigências que vinham de baixo”. Entendemos que esse novo momento da contrarreforma deve se ser qualificado como uma *contrarreforma radicalizada*, que tem como característica central os traços do reacionarismo fascizante, neoconservador e *ultraneoliberal*.

Para que possamos caracterizar de maneira um pouco mais precisa a dinâmica da radicalização da contrarreforma, podemos, de forma aproximativa, parafraseando

Florestan Fernandes, indicarmos que se trata de uma “**contrarreforma a quente**”⁷⁴. Obviamente, que não se trata de uma ação violenta explícita para a implementação das contrarreformas, a exemplo da empreendida pela ditadura civil-militar, mas sim de um processo no qual a sua operacionalização se realiza em um contexto de aprofundamento do tensionamento e restrição da ordem democrática.

Na esteira da crise geral do capitalismo de 2008, esse aprofundamento e tensionamento da ordem democrática, a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, efetivaram-se, tendo como base o caldo sócio-político marcado na última década no Brasil pelo fortalecimento e expressão pública (nas ruas e, principalmente, nas redes sociais) de movimentos de extrema direita, em uma combinação que envolve radicalização econômica neoliberal (“*ultraneoliberalismo*”), *neofascismo* e neoconservadorismo.

A pauta *ultraneoliberal*, baseada em políticas econômicas que favorecem o grande capital financeirizado e o imperialismo, pode ser caracterizada, por um lado, pela retomada rígida do regime de política macroeconômica, baseado no clássico tripé: metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante (FILGUEIRAS & DRUCK, 2020; FILGUEIRAS, 2018). Por outro lado, como bem destaca MOTA (2019), para viabilizar as medidas de austeridade fiscal, esse projeto dá continuidade às contrarreformas do Estado (trabalhista, previdenciária, tributária, privatizações e administrativa) que produzem, cada vez mais, restrição das políticas sociais estruturais e expansão de políticas de transferência de renda e ações sociais voluntárias, aprofundando a *assistencialização* (MOTA, 2008) das políticas sociais.

Agregados à agenda *ultraneoliberal*, os traços fascizantes e neoconservadores (com forte fundamentação no Tradicionalismo⁷⁵) do governo Bolsonaro se expressam por meio da pauta reacionária de costumes (com forte apoio do fundamentalismo religioso, principalmente das igrejas evangélicas neopentecostais); disseminação de ódio social (LGBTIfobia, racismo, preconceito a pobres e nordestinos, machismo...); combate às instituições democráticas (valorização da ditadura de 1964, enaltecimento

⁷⁴ Como muito bem resgatado por Lima (2009), o sociólogo brasileiro, ao analisar a contrarrevolução burguesa, indica que esse processo pode se desenvolver de duas formas: “a frio” ou “a quente” (FERNANDES, 1981, p.362). A primeira se expressa em “fases ‘seguras’ e ‘construtivas’ da contrarrevolução” (IDEM, p.347); enquanto sua forma “a quente”, na boa síntese formulada por Lima (2009, p. 5), “expressa uma ação violenta, associada à ditadura militar e ao Estado autocrático burguês”.

⁷⁵ Ver Teitelbaum (2020) e Ricci (2022).

de torturadores, ameaças golpistas...); ameaças criminalização dos adversários políticos (principalmente, por meio do ataque às esquerdas); combate ao chamado “marxismo cultural” e a denominada “ideologia de gênero”; estímulo à violência cotidiana (MATOS, 2020; CISLAGHI & DEMIER, 2019; RICCI, 2022).

Nesse contexto, a questão que nos parece mais emblemática é buscar entender e explicar a adesão significativa das camadas subalternas a um governo que radicalizou a restrição do atendimento de seus interesses, tanto no campo político como no campo socioeconômico. A seguir, apresentaremos algumas breves indicações que, sob a inspiração das formulações coutinianas, poderão servir como pistas para futuras pesquisas acerca dessa questão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS – LIMA BARRETO E O ARQUÉTIPO DE POLICARPO QUARESMA: O BIZARRO NA POLÍTICA ATUAL

Conforme anteriormente sinalizado, a análise realizada terá como base o retorno à crítica literária de Coutinho sobre a obra de Lima Barreto, a partir da qual será possível acumular reflexões acerca do “bizarro” na política atual. Contudo, cabe destacar que trataremos, apenas, do elemento mais estrutural que nos ajuda a entender e explicar o processo de adesão de parte significativa das camadas subalternas ao bolsonarismo.

Conforme analisa Coutinho (2011), no romance de Lima Barreto as ações do seu personagem protagonista são produzidas, portanto, são também resultados do Brasil de sua época. Policarpo Quaresma expressa as manifestações humanas decorrentes da via prussiana/revolução passiva e da falácia do mito ufanista. De acordo com o autor, essas manifestações podem ser definidas a partir da categoria “bizarra”, pois é justamente por meio de sua forma peculiar, extravagante, excêntrica e patológica que o major tenta solucionar os “problemas” do Brasil, incorporando assim o seu patriotismo ufanista fanático, elemento que o impediu de compreender que os males que assolavam seu amado país eram frutos e resultados de um processo histórico com participação decisiva dos segmentos políticos que defendia — os quais estavam estritamente ligados à perpetuação desse projeto.

Isso posto, torna-se claramente perceptível as similaridades entre esse aspecto “bizarro” e os elementos da atualidade (a adesão a certos segmentos das massas ao bolsonarismo). Contudo, é importante ressaltar que não será possível evidenciar as

diferenciações entre o personagem do romance e os sujeitos que aqui nos interessa, tendo em vista que essa discussão demandaria um estudo aprofundado sobre o perfil dos “patriotas” do nosso tempo, em contraponto com o nacionalismo ufanista de Policarpo Quaresma. Por isso, nosso foco será concentrado na capacidade interpretativa, vinculada à “descoberta e a figuração da problemática da bizarrice”, de Lima Barreto, uma vez que os sujeitos sofrem com as contradições presentes na dialética da subjetividade-objetividade constitutiva da bizarrice. Aqui, nos interessa justamente essa capacidade de Lima Barreto (percebida por Coutinho) em penetrar no “âmago da realidade social brasileira”, pois será essa junção entre a crítica romanesca e a teorização de Coutinho — a partir de Luckás e também de Gramsci — que nos permitirá desenvolver as reflexões que auxiliam nesse processo de compreensão da dimensão mais estrutural da realidade atual. Nesse sentido, Coutinho (2011, p. 118) esclarece:

(...) a figuração das deformações bizarras da ação humana, que ocorrem necessariamente nesse quadro histórico-social “prussiano” indica o modo peculiar através do qual Lima alcançou uma expressiva vitória do realismo. Com efeito, no seio de uma realidade marcada pela fragmentação nacional, pelo caráter “espontâneo” das transformações sociais, as ações humanas significativas – capazes de simbolizar esteticamente a essência da realidade – tendem a assumir formas extremamente peculiares, muitas vezes bizarras, requerendo do romancista que as quer descobrir e representar uma grande sensibilidade artístico-ideológica.

Complementando, o autor sinaliza:

Lima obteve essa elevação, essa correta realização das leis estéticas do gênero romanesco, na exata medida em que seu tipo expressava adequadamente, simbolicamente, uma relação humano-social específica e peculiar da realidade brasileira. Enquanto tipo bizarro, Policarpo Quaresma, torna-se o símbolo das contradições humanas impostas pela “via prussiana” seguida pelo Brasil, através do seu triste destino, Lima concretiza – com meios especificamente artísticos – uma demolidora e implacável crítica àquela sociedade que condena ao ridículo, à extravagância e à bizarrice as mais profundas e autênticas inclinações do nosso povo no sentido da realização humana e, mais concretamente, da realização humana através da participação criadora no melhoramento da sociedade (idem, p. 120).

Conforme já assinalado anteriormente, Coutinho indica essas conclusões porque retira de Lukács a definição do fenômeno que nos interessa, portanto, a partir das elaborações do filósofo húngaro, o autor enfatiza:

Com efeito, a bizarrice é uma certa adaptação, que se faz no interior do sujeito e que decorre das possibilidades de prática social própria que lhe é permitida pela ordem específica da realidade. Mais corretamente: decorre do fato de que, se um homem pode se revelar capaz, em seu foro íntimo, de enfrentar a transformação negativa das formas fenomênicas dadas de uma sociedade (...), de modo tal que sua integridade interior, ameaçada por tais formas, consiga resistir à prova, se isso ocorre então a conversão dessa recusa numa prática social propriamente dita (conversão que se torna humanamente necessária) não pode ultrapassar – por causa de sua incompatibilidade socialmente determinada – os limites de uma interioridade abstrativa mais ou menos deformante. Disso decorre que o caráter desemboca na excentricidade, na extravagância (LUKÁCS, 1970, p. 122 e 123, apud COUTINHO 2011, p. 118).

Em resumo, Carlos Nelson Coutinho (2011) afirma que a bizarrice representa, a partir da descrição de Lukács, essa manifestação do caráter humano peculiar/extravagante/patológica em decorrência da necessidade que surge — de maneira totalmente livre — do sujeito atuar de forma objetiva em um meio social que se apresenta de maneira fenomênica a partir de obstáculos e impedimentos que são capazes de barrar a “atividade humana autônoma comunitariamente respaldada, isto é, a atividade capaz de explicitar sem conflitos o núcleo humano do agente” (IDEM, p.119). Nesse sentido, “a bizarrice, assim é um modo peculiar pelo qual se manifesta a incapacidade – histórica e socialmente determinada – de adequar esse núcleo humano subjetivamente preservado a um mundo social objetivamente alienado. Em sua luta para conservar a autenticidade subjetiva sem se isolar completamente do mundo, o bizarro sofre uma deformação de personalidade que o aproxima da excentricidade, até mesmo da patologia” (ibidem).

Portanto, essa relação complexa em relação à dialética da bizarrice que surge justamente a partir dessa luta para conservar o que há no núcleo da personalidade humana, acaba se deparando objetivamente com o mundo social que em vez de ampliar suas capacidades subjetivas, resulta no “completo esfacelamento desse núcleo”. Em outros termos, significa afirmar que o desejo de participação dos sujeitos na realidade social objetiva — pois acabam não suportando todas suas contradições — se apresenta como uma incapacidade de lidar com o real, isto é, “incapacidade de explicitar-se numa práxis social adequada”. Exemplo disso, é Policarpo e o seu “*pathos* nacional-popular [quando] assume a forma extravagante de um nacionalismo fanático, ufanista, fundado em mitos romântico-reacionários” (COUTINHO, 2011, p. 123). Até mesmo quando o personagem percebe parte da “problemática social brasileira”, sua visão de mundo está completamente distante de “libertar-se das

deformações impostas pela sua bizarrice”. O major, em vez de enxergar uma solução em um “caminho democrático-popular, numa autêntica transformação ‘a partir de baixo’ (...), começa a se tornar entusiástico defensor de ‘um governo forte até a tirania’” (COUTINHO, 2011, p. 125).

Para Coutinho (IDEM, IBIDEM), o protagonista do romance descobre e, em sua bizarrice, assume a “revolução pelo alto” com possível solução para o seu país. “Essa modalidade implica a crença de que alguns indivíduos excepcionais, ou quando muito uma elite esclarecida, podem substituir – enquanto sujeito histórico – as massas populares”. Portanto, significa abrir mão de um caminho democrático popular no qual o protagonismo seria a autenticidade dos subalternos e sua participação nas decisões históricas, para dar continuidade à “solução reacionária e antipopular” da “via prussiana”.

Coutinho explica que essa atuação objetiva só acontece em decorrência da construção da subjetividade, ou seja, no caso de Policarpo refere-se ao “isolamento da personalidade”, pois o Major se ocultava por meio dos papéis sociais impostos pela vida burocrática que o impediam de um contato crítico, amplo e popular com o real, gerando assim “deformações bizarras” em suas melhores qualidades humanas (emancipação da pátria, participação social, valorização do nacional). Portanto, existem elementos (tal como a burocracia) que exercem um papel de “força social essencialmente contrária ao humano, como um elemento próprio do mundo da alienação” (IDEM, p. 123), contribuindo para a adesão das camadas subalternas a certas ideologias que são contrárias aos seus próprios interesses.

Coutinho (2010), em *Hegemonia da pequena política*, acompanhando as reflexões de Gramsci, escreve sobre o bizarro, o que complementa as análises realizadas anteriormente. Vejamos:

Hegemonia, portanto, nem sempre se baseia no que Gramsci chamou de “ideologias orgânicas”, aquelas que expressam de modo claro e sistemático a concepção de mundo das classes sociais fundamentais. Independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção de mundo que Gramsci definiu como “bizarra e heteróclita” [estranho, grotesco ou incomum; excêntrico, fora do comum], com frequência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens (COUTINHO, 2010, p. 30).

Com base nesse pressuposto, é possível avançarmos no debate e indicarmos pistas para o entendimento das construções no campo da subjetividade que resultaram na ação objetiva das massas ao aderir e defender tanto a candidatura de Bolsonaro como sua política ultraneoliberal fascizante. Em termos gerais, Coutinho (2010) nos orienta nesse sentido, quando consegue (à época) elencar a predominância de determinados valores no senso comum que asseguram a reprodução do capitalismo e garantem o desenvolvimento da alienação para que a hegemonia da classe dominante (baseada em valores, como por exemplo, o individualismo, privatismo, naturalização das relações sociais etc.) se perpetue. Obviamente, o autor não pôde tratar dos valores neoconservadores e ultraneoliberais que se manifestaram de forma expansiva, principalmente, a partir de 2013, com a reemergência da direita e da extrema-direita brasileira no cenário público e que foram fundamentais para a eleição de Bolsonaro em 2018. No entanto, deixou-nos pistas valiosas para entendermos os elementos mais estruturais da dialética da bizarrice durante o período histórico configurado pela “contrarreforma a quente”.

Esse contexto foi profundamente marcado pela despolitização e diversidade das pautas que se davam de maneira confusa, desorganizada e esvaziada. A direita encontrou seu cenário ideal e intensificou a propaganda anticomunista, o ódio a esquerda e inaugurou jargões como o “gigante acordou” ou “meu partido é meu país”. Instauro-se um novo simbolismo em nossa sociedade, causando nas massas a ideia de que era preciso combater violentamente a esquerda, inclusive fisicamente, e tudo que se remetia a ela (cor vermelha, bandeiras, palavras de ordem...).

Isso significa dizer que a massa de pessoas que ocupava as ruas não era (em sua maioria) fruto da organização política e da construção de quadros de militantes organizados. Ao contrário disso, constituía-se, no seu conjunto, de brasileiros insatisfeitos com os caminhos da política nacional que expressavam nesse primeiro momento uma ação objetiva a partir de um caráter confuso, desorganizado, desesperado, fruto de uma lógica subjetiva baseada na hegemonia da pequena política, “na falta de auto-organização e participação ativa por meio de partidos políticos e outros organismos da sociedade civil” (COUTINHO, 2010, p. 31)⁷⁶.

⁷⁶ É importante ressaltar que, apesar de amplos segmentos das camadas subalternas terem aderido de forma confusa e desorganizada às mobilizações da extrema-direita, isto não significa dizer que não houve e não há ações organizadas do referido espectro político para angariar o apoio desses setores da sociedade.

Consequentemente, essa situação abriu espaços para construção de certas ideologias que mascaram o real, cercando-o de novas justificativas a serem aceitas e legitimadas. Logo, a candidatura de Bolsonaro encarnou o sonho da mudança e se apresentou como autêntico e como um sujeito marginal da política, construindo no imaginário popular a ideia de que sua forma de governar o aproximaria do povo. Assim, Bolsonaro não encarnaria o papel do “herói-nacional”, sendo considerado, portanto, um homem comum, suscetível a falhas. Observa-se, na prática, que tal postura o elevou à categoria de “mito”.

Dito isso, é importante retomarmos Gramsci para que possamos diferenciar justamente essa questão das ideologias, pois sabidamente o comunista italiano assinala que existem ideologias que são “historicamente orgânicas” e as que são “arbitrárias”:

(...) necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polemicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe a verdade e a afirma) (GRAMSCI, 1999, p. 237).

Observa-se, portanto, que é por meio da construção de uma ideologia arbitrária que se estabelece laços profundos entre Bolsonaro e as massas populares, a partir de um ideal que combinava “Deus, família e Pátria”. Assim sendo, defender a candidatura de Bolsonaro seria também a defesa da verdadeira mudança, o fim da corrupção e a inauguração da novidade na política institucional, por meio de um autêntico líder que prometia superar os “valores disseminados pela esquerda”. Esse mito da pátria fez com que as pessoas ansiassem por algo que não existe — construção subjetiva — e passassem a defender um candidato e seu projeto de Brasil, que na prática revelava valores fascistas e antipopulares.

Somando-se a esse contexto, as diversas formas de alienação promovidas por meio da mídia, dos aparelhos privados de hegemonia liberais e conservadores (*think thanks* de direita e extrema-direita e igrejas neopentecostais, por exemplo) e da operação Lava Jato, além da desmobilização política do PT — que não cumpriu parte da sua tarefa histórica de elevação da consciência das massas, limitando-se à

hegemonia da pequena política — são elementos constitutivos da lógica da dialética da bizarrice. Ou seja, se no plano da subjetividade não foi construído uma perspectiva que aprofunda os valores democráticos, o protagonismo popular e a superação do existente, conseqüentemente, as ações objetivas de determinados sujeitos das camadas subalternas, ao se depararem com os problemas nacionais, não iriam recorrer aos caminhos que os levariam à emancipação e à radicalização das defesas das liberdades humanas e ampliação dos direitos sociais. Parafraseando com o que aconteceu com Policarpo, o resultado foi a adesão de frações das camadas subalternas ao projeto em curso da “contrarreforma a quente”. Nesse caso, seria a materialização daquilo que aprendemos com Coutinho (2010, p. 120) sobre a “busca por valores autênticos em um mundo degradado, mas que precisamente por causa dessa degradação objetiva, relativiza ou deforma os próprios valores autênticos que norteariam subjetivamente sua ação”. Assim como Policarpo Quaresma em sua época, setores das camadas subalternas, hoje, tornam-se “uma encarnação viva da insensatez humana” da “contrarreforma a quente”.

E nessa particularidade, Gramsci é um grande aliado para nos ajudar a compreender esse tipo de “crença” ou “fé” dos indivíduos nesse “mito na pátria” que essencialmente são contrárias aos seus próprios interesses e revelam essa deformação dos valores autênticos do caráter humano. Para o autor, quando já não existe mais a “confiança no velho” e ainda não surgiram as bases “do novo” é que se cria o terreno fértil para o surgimento das “peculiaridades” difundindo novas concepções de mundo que se tornam populares.

...as massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma “pura”, por assim dizer, mas — apenas e sempre — como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra. A forma racional, logicamente coerente, a perfeição do raciocínio que não esquece nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso, tem a sua importância, mas está bem longe de ser decisiva; ela pode ser decisiva apenas secundariamente, quando determinada pessoa já se encontra em crise intelectual, oscila entre o velho e o novo, perdeu a confiança no velho e ainda não se decidiu pelo novo, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 108).

Nesse sentido, o marxista italiano complementa a análise quando trata das classes subalternas e suas novas convicções, especialmente quando “estão em contradição com as convicções (igualmente novas) ortodoxas, socialmente

conformistas e de acordo com os interesses das classes dominantes” (GRAMSCI, 1999, p. 109).

Em que elementos se baseia, então, a sua filosofia? E, especialmente, a sua filosofia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta? O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. Mas de fé em quem e em que? Sobretudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente, como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar tão radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que, em seu grupo, existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário; e, de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira a convencê-lo, as razões da sua fé. Ele não se recorda concretamente das razões apresentadas e não saberia repeti-las, mas sabe que elas existem, já que ele as ouviu expor e ficou convencido delas. O fato de ter sido convencido uma vez, de maneira fulminante, é a razão da permanente persistência na convicção, ainda que não se saiba mais argumentar.

Diante dessas interpretações sobre a contradição popular ao aderir valores que são contrários aos seus interesses — aprofundamento dos processos democráticos e ampliação dos direitos —, podemos analisar com maior clareza o fato de que uma grande massa apoiadora permaneça ao lado do presidente, mesmo após uma gestão antidemocrática, pois ultraneoliberal com traços fascizantes, com destaque para sua atuação durante a pandemia da Covid-19, além dos escândalos de corrupção (sistema “rachadinhas”, gabinete do ódio, recusa na compra de vacina etc.), inflação, desemprego, fome, miséria, avanço das queimadas na Amazônia, abandono dos povos originários, exaltação da violência e das formas de preconceito em todos os seus níveis, inúmeras quebra de decoro, ataque as instituições democráticas e ameaças de golpe.

Assim sendo, podemos indicar que o antipetismo e a insatisfação coletiva da política nacional possibilitaram identificar em Bolsonaro o sonho da mudança, fazendo com que o povo brasileiro — os Policarpós da atualidade — o escolhesse enquanto líder da nação por meio do voto popular, nos conduzindo a um “Triste e doloroso fim” que perdurou por longos quatro anos sob ameaças golpistas, avanço do ideário fascista e o aprofundamento da crise econômica, social e moral.

Contudo, assim como aconteceu no romance de Lima Barreto, é importante destacar que, também de forma tardia, parte dos apoiadores teve um momento de autocrítica, percebendo assim que estava sendo norteadado por uma grande ilusão: “o

seu fanático nacionalismo ufanista (...) baseava-se num mito, em um conceito de pátria que ‘certamente era uma noção sem consistência racional e que precisava ser revista’” (COUTINHO, 2010, p. 129). No entanto, essa tardia autoconsciência se estabelece apenas para parte dos seus apoiadores, pois, assim como já dito, sua “base radicalizada”, assim como Policarpo, “apenas radicaliza – de modo bizarro – os elementos ideológicos degradados da realidade que [a] envolve” (IDEM, p. 126).

A brilhante interpretação de Coutinho por meio do que foi explorado na obra de Lima Barreto, aliada às reflexões gramscianas presentes em *Hegemonia da pequena política*, permitiu-nos contribuir teoricamente para adensar o debate sobre os novos rumos da política brasileira, evidenciando um caminho profícuo para compreendermos e atuarmos junto às camadas subalternas na perspectiva de fortalecimento da expansão dos direitos de forma radicalizada. Pois, o que vimos, mesmo diante da derrota do bolsonarismo nas urnas em outubro de 2022, foi que a base radicalizada da extrema-direita ainda organiza e arquiteta ações objetivas, como o ataque e invasão na sede dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

Assim sendo, verifica-se a urgência de estudos, debates e reflexões em torno de uma construção subjetiva que possa frear e superar o bolsonarismo, enquanto expressão da extrema-direita brasileira, e a contrarreforma “a quente”, colocando a “grande política” na ordem do dia.

O retorno de Lula no comando do Executivo Nacional é permeado de alívio e expectativas, pois estivemos durante 4 anos liderados por um governo que recuperou traços do fascismo e trouxe à tona a ignorância, a estupidez, a violência, o negacionismo, o preconceito, o machismo, a fome e escancarou as desigualdades sociais e fomentou o ataque à ciência, aos professores e a universidade pública. Além das tentativas de golpe, ataques a Praça dos Três poderes em Brasília e pedidos de intervenção militar na porta dos quartéis, configurando, assim, uma “legítima deformação de personalidade que os aproxima da extravagância, excentricidade e até mesmo da patologia”.

Apesar dos reconhecidos limites do compromisso histórico do PT com a classe trabalhadora, seu retorno indica que poderão haver avanços para os mais pobres e o terreno da luta política poderá retomar suas bases democráticas. Ou seja, os entraves na busca pelo socialismo por parte dos setores revolucionários da sociedade, que inclusive fazem oposição ao PT, podem retomar suas mobilizações — agora sob o solo democrático.

Indubitavelmente, é tempo de transição! Mas de transição não apenas no que se refere ao anúncio de novos ministros e políticas de governo. É tempo de transição sobretudo em relação às táticas e estratégias que possam indicar avanços e possibilidades de mudanças.

No atual contexto, a reflexão do marxista baiano que guiou nossas interpretações durante todo esse percurso indica que o caminho para as futuras análises coloca na ordem do dia os desafios históricos que devem ser encarados pela esquerda na luta pela emancipação dos subalternos.

De qualquer modo, o principal desafio da esquerda hoje é recolocar a grande política na ordem do dia, único modo de quebrar a hegemonia da pequena política e, portanto, do capitalismo em sua forma atual, a da servidão financeira. Não se trata de uma tarefa simples. Temos muitos motivos para ser pessimistas. Mas, precisamente por isso, cabe recordar sempre o mote de Gramsci: pessimismo da inteligência, sim, mas também otimismo da vontade. Ou seja, realismo sem ilusões na análise da conjuntura, mas ao mesmo tempo, empenho na luta para transformar essa conjuntura, para fazer com que a esquerda volte a ter uma palavra a dizer – e um papel a desempenhar – no quadro que está se abrindo em consequência dessa devastadora crise (COUTINHO, 2010, p. 43).

Portanto, devemos estar atentos e fortes! Sigamos o otimismo da vontade, e não nos esqueçamos de que é tempo de transição!

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo. Cortez, 2021.

BIANCHI, A. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. **Revista Outubro**, n. 28, abril de 2017.

_____. **Gramsci entre dois mundos: política e tradução**. São Paulo. Autonomia Literária, 2020 (Capítulo 9).

BIANCHI, A.; BRAGA, R. **Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira**. Esquerda online, 2015. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2015/03/31/hegemonia-e-crise-nocoos-basicas-para-entender-a-situacao-brasileira/>

BOSCHETTI, I. BEHRING, E. e LIMA, R.L. (orgs.). **Marxismo, política social e direito**. São Paulo. Cortez, 2018.

BRAGA, R. **Apresentação**. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira/ Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs), - São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAZ, M. “A democracia como valor universal”: um clássico da esquerda no Brasil. In: Marcelo Braz (org.). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTELO, R. Carlos Nelson Coutinho e a controvérsia sobre o neoliberalismo. In: Marcelo Braz (org.). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1978.

CISLAGHI, J.F. & DEMIER, F. (orgs). **O neofascismo no poder (ANO I)**. Rio de Janeiro. Consequência, 2019.

COELHO, E. **Uma esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005, 549f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____, **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira**. In: Gramsci e América Latina. Nicola Badaloni ... [et al]: organização: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. in: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **A hegemonia da pequena política**. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira/ Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs), - São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. O significado de Lima Barreto em nossa literatura. In: COUTINHO, C.N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideais e formas**, 4.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A época neoliberal: Revolução passiva ou Contra-reforma?** Novos Rumos, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, Jan-Jun, 2012.

DEMIER, F. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2017.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador v. 31, nº 84, p. 519-534, dez. 2018.

FILGUEIRAS, L. & DRUCK, G. **O Brasil nas trevas (2013-2020): do golpe neoliberal ao neofascismo**. São Paulo. Boitempo, 2020.

GRAMSCI, A. 1891-1937 **Cadernos do cárcere, volume 1** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 3** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 5** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IASI, M. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo. Expressão Popular. 2ª Edição, 2012.

LENIN, V.I. **O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1980.

LIGUORI, G.; VOZA Pasquale: **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LIMA, K. A Obra Sociológica de Florestan Fernandes: Capitalismo Dependente e Contrarrevolução Preventiva. **ANAIS do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels**. 2009.

MATTOS, M.B. **O Governo Bolsonaro**. São Paulo. Usina Editorial, 2020.

MAZZEO, A.C. **Estado e burguesia no Brasil (origens da autocracia burguesa)**. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. Polêmicas em torno da via prussiana no Brasil. In: BRAZ, M. e RODRIGUES, M. (orgs.). **Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate**. Rio de Janeiro. Mórula, 2016.

MOTA, A. E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In: CISLAGHI, J.F. & DEMIER, F. (orgs.). **O neofascismo no poder (ANO I)**. Rio de Janeiro. Consequência, 2019.

_____. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (org.). **O Mito da Assistência Social**. São Paulo. Cortez Editora, 2008.

NETTO, J. P. Homenagem de vida Carlos Nelson Coutinho. **Em Pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro. 2012.

_____. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: Marcelo Braz (org.). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

NEVES, V. **Democracia e Socialismo: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo**. Marília. Lutas Anticapital, 2019.

PINHO Jr, N. e SOUZA FILHO, R. Neodesenvolvimentismo ou padrão liberal periférico: interpretação dos governos brasileiros à luz do orçamento federal e de indicadores sociais e econômicos de 2003 a 2016. In: IAMAMOTO, M.V. e DURIGUETTO, M.L. (orgs.). **Serviço social: questão social, território e política social**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

RICCI, R. **Fascismo brasileiro: e o Brasil gerou seu ovo da serpente**. Curitiba. Kotter, 2022.

SALVADOR, E. BEHRING, E. e LIMA, R. L. **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo. Cortez, 2019.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Campus, 1987.

SILVA, L. V. “**Via Prussiana e Revolução Passiva**” no pensamento de **Carlos Nelson Coutinho: Transposição adequada ou decalque?** Dissertação de Mestrado. São Paulo. PUC-SP, 2012.

SOUZA FILHO, R. **Carlos Nelson Coutinho, por Rodrigo de Souza Filho**. 2019 (54:26). Disponível:
https://www.youtube.com/watch?v=CXgHf5TOHz8&ab_channel=ProexUFF

SOUZA FILHO, R. & GURGEL, C. **Gestão Democrática e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2016.

TEITELBAUM, B. **Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas. Editora da UNICAMP, 2020.

Agência Brasileira ISBN
ISBN: